



## **ACADEMIA MILITAR**

# **O MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL DA UNIÃO EUROPEIA: A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**Autor:** Aspirante Aluno de Cavalaria da GNR Afonso Manuel da Mota Viana

**Orientador:** Professor Doutor Henrique Santos

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Infantaria Albino Tavares

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Cavalaria Joaquim Delgado

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL DA UNIÃO EUROPEIA: A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**Autor:** Aspirante Aluno de Cavalaria da GNR Afonso Manuel da Mota Viana

**Orientador:** Professor Doutor Henrique Santos

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Infantaria Albino Tavares

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Cavalaria Joaquim Delgado

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**

## **EPÍGRAFE**

“A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos que estejam à altura dos perigos que a ameaçam”.

Robert Schuman

## **DEDICATÓRIA**

Ao avô Viana, aos meus pais Fernando e Cristina, e ao meu irmão Duarte.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente Trabalho de Investigação Aplicada simboliza toda a dedicação e esforço decorrentes dos últimos cinco anos de formação na Academia Militar. Assim, venho agradecer a todos aqueles que, de alguma forma me apoiaram, acompanharam e disponibilizaram o seu tempo ao longo da realização deste trabalho, sendo que tal apoio se revelou indispensável para a conclusão desta importante etapa.

Ao Professor Doutor Henrique Santos, na qualidade de orientador, por todas as orientações, pelo acompanhamento constante e pela inteira disponibilidade demonstrada durante todo o processo de elaboração do trabalho, estando sempre disposto a ajudar e a transmitir os seus conhecimentos.

Ao Tenente-Coronel Albino Tavares, como coorientador, por me ter sempre respondido a todas as dúvidas com celeridade e profissionalismo, mostrando sempre um grande interesse e acompanhando o trabalho desde o seu início, manifestando sempre um grande apoio para comigo.

Um especial agradecimento ao Capitão Cláudio Quelhas, pela inteira disponibilidade demonstrada, camaradagem, humildade, e um incansável apoio desde a elaboração do guião de entrevista até à conclusão do trabalho de investigação, manifestando-se um excelente profissional.

Na Autoridade Nacional de Proteção Civil, é devido o agradecimento à Sr.<sup>a</sup> Patrícia Gaspar e à Sr.<sup>a</sup> Ana Freitas, por toda amabilidade e cordialidade demonstrada, esclarecendo todas as dúvidas e fornecendo informação essencial para a investigação.

Como não poderia deixar de ser, agradeço ao Major Carlos Morgado, ao Capitão Manuel Moreira e ao Capitão João Fernandes, pelas linhas orientadoras, dedicação, apoio, transmissão de conselhos úteis e camaradagem demonstrada na elaboração do trabalho.

A todos os entrevistados, por disponibilizarem o seu tempo e contributos ao conceder-me as entrevistas, enriquecendo sem dúvida o trabalho.

Ao Diretor de Curso, Tenente-coronel Carvalho e ao Major Rodrigues pela disponibilidade e atenção demonstradas na elaboração deste trabalho de investigação.

Agradeço à Academia Militar, como instituição de referência, por me ter proporcionado toda a formação e por me ter transmitido os conhecimentos necessários para a elaboração deste trabalho.

A toda a minha família, essencialmente aos meus pais, Fernando e Cristina, e ao meu irmão Duarte, a quem devo o meu profundo e sincero agradecimento por toda a dedicação, força e apoio incondicional dispensado, e por todos os valores transmitidos, sem os quais nunca tinha chegado onde cheguei. A família é sem dúvida o pilar mais importante da nossa vida, sendo que cada vitória minha é também uma vitória vossa.

Devo ainda um especial agradecimento à minha namorada Sofia, que apesar da distância esteve sempre ao meu lado, nos bons e nos maus momentos, transmitindo sempre energia, boa disposição e conselhos quando mais precisei.

Por fim, deixo uma palavra de apreço ao 22<sup>a</sup> Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana da Academia Militar, em especial ao Gonçalo Sousa, ao João Costa, ao João Fernandes, ao José Carvalho, ao Philippe Azevedo e ao Ivan Silva, por me terem proporcionado os melhores momentos ao longo destes 5 longos anos, tendo estado sempre presentes para me dar apoio quando necessário.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

Afonso Viana

## RESUMO

Por forma a garantir uma maior prevenção e uma resposta mais eficaz a situações de emergência na União Europeia, surgiu a necessidade de criar o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, através de uma cooperação reforçada entre os seus Estados-Membros. Este Mecanismo, cujo funcionamento é sustentado por um conjunto de estruturas elementares, nomeadamente o seu Centro de Coordenação de Resposta de Emergência, é composto pelos Estados-Membros da União Europeia, entre os quais, Portugal, por intermédio dos seus agentes de proteção civil como é o caso do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana.

Por conseguinte, este trabalho de investigação subordinado ao tema: “O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: a participação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana” tem como principal objetivo analisar a importância do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

A metodologia empregue na realização deste trabalho de investigação tem por base as orientações explanadas nas obras de Marconi & Lacatos (2003), de Quivy & Campenhoudt (2008), e de Sarmiento (2013), na qual a análise documental e as entrevistas constituem os procedimentos de recolha de dados empregues.

Conclui-se que o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, como entidade integrante do Sistema Nacional de Proteção Civil, constitui sem dúvida uma mais-valia para a resposta de Portugal no Mecanismo, na medida em que possui características essenciais que definem esta força de proteção e socorro como única e bastante completa. Apesar de a sua participação neste Mecanismo se sustentar apenas em exercícios de proteção civil, formação de peritos e constituição de Módulos de Proteção Civil, o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro distingue-se como sendo uma força com um elevado grau de mobilidade e flexibilidade, e com capacidade para garantir a dupla valência de *safety* e *security* em qualquer cenário de catástrofe, trazendo assim um conceito de atuação bastante inovador.

**Palavras-chave:** Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia; SNPC; GNR; GIPS.

## ABSTRACT

In order to improve prevention and a more effective response to emergency situations in the European Union, there was a need to create the European Union Civil Protection Mechanism, through closer cooperation between its Member States. This Mechanism, whose operation is supported by a set of basic structures, particularly its Response and Emergency Coordination Center, is composed of the European Union Member States, including Portugal, through its civil protection agents such as the Protection and Rescue Intervention Group from the National Republican Guard.

Therefore, this research paper on: “The European Union Civil Protection Mechanism: the participation of the Protection and Rescue Intervention Group from the National Republican Guard” has as its main objective to analyze the importance of the Protection and Rescue Intervention Group under the European Union Civil Protection Mechanism.

The methodology used to carry out this research is based on the guidelines contained in the works of Marconi & Lacatos (2003), Quivy & Campenhoudt (2008), and Sarmento (2013), in which the analysis of documents and interview surveys are the procedures of the collected data used.

It is concluded that the Protection and Rescue Intervention Group, as a member of the National Civil Protection System, is certainly an added value for Portugal's response to the Mechanism, since it has essential characteristics that define this protection and rescue force as unique and quite complete. Although its participation in this Mechanism is sustained only in civil protection exercises, training experts and establishment of Civil Protection Modules, the Protection and Rescue Intervention Group distinguishes itself as a force with a high degree of mobility and flexibility, and ability to ensure the double valence of safety and security in any disaster scenario, bringing a very innovative concept of performance.

**Key-words:** European Union Civil Protection Mechanism; SNPC; GNR; GIPS.



## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE .....	i
DEDICATÓRIA .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE GERAL .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	x
ÍNDICE DE QUADROS .....	xi
ÍNDICE DE TABELAS .....	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	xiv
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	4
CAPÍTULO 1: SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL .....	4
1.1.    Proteção Civil em Portugal.....	4
1.2.    Estrutura da Proteção Civil.....	5
1.3.    Agentes de proteção civil.....	5
1.3.1.    Corpos de Bombeiros .....	6
1.3.2.    Forças de Segurança .....	7
1.4.    Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.....	7
CAPÍTULO 2: GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO.....	9
2.1.    A atribuição da proteção e socorro na Guarda Nacional Republicana .....	9
2.2.    Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro .....	10

2.2.1.	Natureza e missão.....	10
2.2.2.	Organização .....	11
2.2.3.	Valências .....	11
2.3.	Empenhamento Operacional.....	13
<b>CAPÍTULO 3: MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL DA UNIÃO EUROPEIA ...</b>		<b>14</b>
3.1.	Introdução.....	14
3.2.	Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia .....	15
3.2.1.	Centro de Coordenação de Resposta de Emergência.....	16
3.2.2.	Capacidade Europeia de Resposta de Emergência .....	17
3.2.3.	Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência .....	18
3.2.4.	Formação de peritos.....	19
3.3.	Módulos de Proteção Civil.....	21
3.4.	Processo de ativação .....	22
<b>CAPÍTULO 4: PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO MECANISMO.....</b>		<b>23</b>
4.1.	Introdução.....	23
4.2.	Papel da ANPC no âmbito do Mecanismo .....	23
4.3.	Módulos portugueses de proteção civil.....	24
4.4.	Participação em exercícios.....	25
4.5.	Participação em missões de natureza operacional.....	26
4.6.	Formação de peritos.....	27
<b>PARTE II – PARTE PRÁTICA.....</b>		<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 5: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....</b>		<b>28</b>
5.1.	Método de abordagem da investigação e justificação.....	28
5.2.	Técnicas, procedimentos e meios utilizados .....	29
5.2.1.	Entrevista.....	29
5.3.	Local e data da pesquisa e recolha de dados .....	31
5.4.	Amostragem: composição e justificação.....	31
5.5.	Procedimentos e ferramentas de recolha de dados e análise .....	33
<b>CAPÍTULO 6: ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>		<b>34</b>

<b>6.1. Introdução.....</b>	<b>34</b>
6.1.1. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 1 .....	34
6.1.2. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.1 .....	35
6.1.3. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.2 .....	37
6.1.4. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.3 .....	38
6.1.5. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.1 .....	40
6.1.6. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.2 .....	41
6.1.7. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.3 .....	43
6.1.8. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 4.1 .....	44
6.1.9. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 4.2 .....	45
6.1.10. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 5 .....	47
<b>CAPÍTULO 7: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>49</b>
7.1. Introdução.....	49
7.2. Resposta às questões derivadas .....	49
7.3. Resposta à questão central.....	53
7.4. Reflexões finais .....	54
7.5. Limitações da investigação .....	55
7.6. Investigações futuras.....	55
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>
APÊNDICE A - MODELO DE INVESTIGAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA FINAL.....	II
APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA INICIAL.....	III
APÊNDICE C - GUIÃO DE ENTREVISTA FINAL.....	V
APÊNDICE D - CARTA DE APRESENTAÇÃO .....	VII
APÊNDICE E - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	IX
APÊNDICE F - CODIFICAÇÃO NUMÉRICA DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	X

APÊNDICE G - QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS .....	XIII
APÊNDICE H - ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS RESPOSTAS.....	XXVII
<b>ANEXOS .....</b>	<b>XXXII</b>
ANEXO A - ESTRUTURA ORGÂNICA DO GIPS .....	XXXIII
ANEXO B - PROCESSO DE ATIVAÇÃO.....	XXXIV
ANEXO C - PARTICIPAÇÃO EM EXERCÍCIOS .....	XXXV
ANEXO D - PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES .....	XXXVI
ANEXO E - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE GFFF DO GIPS .....	XXXVII
ANEXO F - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE CBRNDET DO GIPS .....	XXXIX
ANEXO G - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE CBRNUSAR DO GIPS.....	XL
ANEXO H - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE MUSAR DO GIPS .....	XL

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1- Estrutura orgânica do GIPS .....	XXXIII
Figura n.º 2- Processo de ativação.....	XXXIV
Figura n.º 3- Participação de Portugal em missões operacionais internacionais de proteção civil .....	XXXVI
Figura n.º 4- Ficha de inscrição do MPC de GFFF do GIPS.....	XXXVII
Figura n.º 5- Ficha de inscrição do MPC de CBRNDET do GIPS .....	XXXIX
Figura n.º 6- Ficha de inscrição do MPC de CBRNUSAR do GIPS.....	XL
Figura n.º 7- Ficha de inscrição do MPC de MUSAR do GIPS .....	XL

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1- Modelo de Investigação para a criação do guião de entrevista final .....	II
Quadro nº 2- Codificação numérica dos segmentos de resposta dos entrevistados .....	X
Quadro nº 3- Análise de conteúdo das respostas à questão 1 .....	XIII
Quadro nº 4- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.1 .....	XIV
Quadro nº 5- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.2 .....	XV
Quadro nº 6- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.3 .....	XVII
Quadro nº 7- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.1 .....	XIX
Quadro nº 8- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.2 .....	XX
Quadro nº 9- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.3 .....	XXII
Quadro nº 10- Análise de conteúdo das respostas à questão 4.1 .....	XXII
Quadro nº 11- Análise de conteúdo das respostas à questão 4.2 .....	XXIV
Quadro nº 12- Análise de conteúdo das respostas à questão 5 .....	XXV

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1- Grupo A.....	IX
Tabela n.º 2- Grupo B.....	IX
Tabela n.º 3- Análise estatística das respostas à questão 1 .....	XXVII
Tabela n.º 4- Análise estatística das respostas à questão 2.1 .....	XXVII
Tabela n.º 5- Análise estatística das respostas à questão 2.2.....	XXVIII
Tabela n.º 6- Análise estatística das respostas à questão 2.3.....	XXVIII
Tabela n.º 7- Análise estatística das respostas à questão 3.1 .....	XXIX
Tabela n.º 8- Análise estatística das respostas à questão 3.2.....	XXIX
Tabela n.º 9- Análise estatística das respostas à questão 3.3.....	XXX
Tabela n.º 10- Análise estatística das respostas à questão 4.1 .....	XXX
Tabela n.º 11- Análise estatística das respostas à questão 4.2.....	XXXI
Tabela n.º 12- Análise estatística das respostas à questão 5 .....	XXXI
Tabela n.º 13- Participação de Portugal em exercícios do Mecanismo .....	XXXV

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

### Apêndices:

A	Modelo de Investigação para a Criação do Guião de Entrevista Final
B	Guião de Entrevista Inicial
C	Guião de Entrevista Final
D	Carta de Apresentação
E	Caracterização dos Entrevistados
F	Codificação Numérica das Respostas dos Entrevistados
G	Quadros de Análise de Conteúdo das Entrevistas
H	Análise Estatística das Respostas

### Anexos:

A	Estrutura Orgânica do GIPS
B	Processo de Ativação
C	Participação em Exercícios
D	Participação em Missões
E	Ficha de Inscrição do MPC de GFFF do GIPS
F	Ficha de Inscrição do MPC de CBRNDET do GIPS
G	Ficha de Inscrição do MPC de CBRNUSAR do GIPS
H	Ficha de Inscrição do MPC de MUSAR do GIPS



## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>A</b>	
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>AMC</b>	Assessment Mission Course
<b>AMP</b>	Módulo de posto médico avançado
<b>AMP-S</b>	Módulo de posto médico avançado com cirurgia
<b>ANPC</b>	Autoridade Nacional de Proteção Civil
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>Art.º</b>	Artigo
<b>B</b>	
<b>BREC</b>	Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas
<b>BRM</b>	Busca e Resgate de Montanha
<b>C</b>	
<b>Cap</b>	Capitão
<b>CB</b>	Corpos de Bombeiros
<b>CBRNDET</b>	Módulo de deteção e amostragem NRBQ
<b>CBRNUSAR</b>	Módulo de USAR em condições NRBQ
<b>CM</b>	Conselho de Ministros
<b>CCO</b>	Centros de Coordenação Operacional
<b>CCOD</b>	Centros de Coordenação Operacional Distrital
<b>CCON</b>	Centros de Coordenação Operacional Nacional
<b>CDOS</b>	Comando Distrital de Operações de Socorro

<b>CDPC</b>	Comissão Distrital de Proteção Civil
<b>CCRE</b>	Centro de Coordenação de Resposta de Emergência
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CECIS</b>	Sistema Comum de Comunicações e Informação de Emergência
<b>CERE</b>	Capacidade Europeia de Resposta de Emergência
<b>Cfr.</b>	Conforme
<b>CIPS</b>	Companhia de Intervenção de Proteção e Socorro
<b>CMA</b>	Centro de Meios Aéreos
<b>CMI</b>	Community Mechanism Introduction Course
<b>CML</b>	Câmara Municipal de Lisboa
<b>CMPC</b>	Comissão Municipal de Proteção Civil
<b>CNOS</b>	Comando Nacional de Operações de Socorro
<b>CNPC</b>	Comissão Nacional de Proteção Civil
<b>CONAC</b>	Comandante Operacional Nacional
<b>CUE</b>	Conselho da União Europeia
<b>D</b>	
<b>DECIF</b>	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais
<b>DFEB</b>	Despacho n.º 19734/2009, de 28 de agosto
<b>DG-ECHO</b>	Direção-Geral da Ajuda Humanitária e Proteção Civil
<b>DICSE</b>	Dispositivo Conjunto de Proteção e Socorro
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DLANPC</b>	DL n.º 73/2013, de 31 de maio
<b>DLGIPS</b>	DL n.º 22/2006, de 2 de fevereiro
<b>DLSIOPS</b>	DL n.º 134/2006, de 25 de julho
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais

<b>E</b>	
<b>E</b>	Entrevistado
<b>EE</b>	Exchange of Experts
<b>EFAS</b>	European Flood Awareness System
<b>EFFIS</b>	European Forest Fire Information System
<b>ETC</b>	Módulo de campo de emergência temporário
<b>F</b>	
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FC</b>	Módulo de contenção de inundações
<b>FEB</b>	Força Especial de Bombeiros
<b>FFFH</b>	Módulo de combate aéreo a incêndios florestais com helicópteros
<b>FFFP</b>	Módulo de combate aéreo a incêndios florestais com aviões
<b>FHOS</b>	Módulo de hospital de campanha
<b>FIR</b>	Força de Intervenção Rápida
<b>FRB</b>	Módulo de salvamento em inundações com embarcações
<b>FS</b>	Forças de Segurança
<b>G</b>	
<b>GDACS</b>	Global Disaster Alerts and Coordination System
<b>GFFF</b>	Módulo de combate a incêndios florestais no solo
<b>GFFF-V</b>	Módulo de combate a incêndios florestais no solo utilizando veículos
<b>GIPS</b>	Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro
<b>GNR</b>	Guarda Nacional Republicana
<b>H</b>	
<b>HCP</b>	Módulo de bombeamento de elevada capacidade
<b>HUSAR</b>	Módulo operações de busca e salvamento em grande escala em meio urbano

<b>I</b>	
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>INSARAG</b>	International Search and Rescue Advisory Group
<b>L</b>	
<b>LBPC</b>	Lei de Bases de Proteção Civil
<b>LOGNR</b>	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
<b>LSI</b>	Lei de Segurança Interna
<b>M</b>	
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MEVAC</b>	Módulo de evacuação de vítimas de catástrofes em avião medicalizado
<b>MIC</b>	Monitoring and Information Centre
<b>MPC</b>	Módulo de Proteção Civil
<b>MUSAR</b>	Módulo de operações de busca e salvamento em média escala em meio urbano
<b>N</b>	
<b>N.º</b>	Número
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>NRBQ</b>	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
<b>O</b>	
<b>OL</b>	Oficial de Ligação
<b>OPM</b>	Operational Management Course
<b>P</b>	
<b>PECUE</b>	Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>Q</b>	
<b>QC</b>	Questão Central
<b>QD</b>	Questão Derivada

<b>R</b>	
<b>RSB</b>	Regimento de Sapadores Bombeiros
<b>RGSGNR</b>	Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana
<b>S</b>	
<b>SEC</b>	Security Course
<b>Seg.</b>	Segmento
<b>SEPNA</b>	Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente
<b>SIOPS</b>	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
<b>SNPC</b>	Sistema Nacional de Proteção Civil
<b>Sr.</b>	Senhor
<b>Sr.<sup>a</sup></b>	Senhora
<b>T</b>	
<b>TAST</b>	Technical Assistance and Support Team
<b>TCor</b>	Tenente-Coronel
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>U</b>	
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UEOS</b>	Unidade Especial de Operações Subaquáticas
<b>UI</b>	Unidade de Intervenção
<b>USAR</b>	Urban Search And Rescue
<b>V</b>	
<b>V. Ex.<sup>a</sup></b>	Vossa Excelência
<b>W</b>	
<b>WP</b>	Módulo de purificação de água

## INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, foi desenvolvido este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que simboliza o culminar do esforço e dedicação demonstrados ao longo de todo o percurso de formação na Academia Militar (AM). Assim, através do especial interesse do autor pela área da proteção e socorro, particularmente pelo Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da Guarda Nacional Republicana (GNR), associado à falta de estudos do tema em questão e à importância que o mesmo representa para a GNR, surgiu o título: “O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: a participação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana”.

A proteção e socorro é uma das atribuições pelas quais a GNR desenvolve a sua missão geral. O GIPS, criado através do DL n.º 22/2006, de 2 de fevereiro, assume uma responsabilidade particular no que concerne a este assunto, tendo surgido como “uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo nacional, no Estado, altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projeção para todo o território nacional, de intervenção em operações de proteção civil” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2006a, p. 786). Por conseguinte, o GIPS possui capacidade para atuar nas diferentes áreas da Proteção Civil, através de um leque diversificado de valências com “um elevado grau de prontidão, mobilidade e flexibilidade em todas elas” (Moreira, 2012).

Com efeito, o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, anteriormente designado de Mecanismo Comunitário de Proteção Civil, instituído em 2001 pela Decisão do Conselho 2001/792/CE, de 23 de outubro, abrange diversos países dos quais Portugal faz parte, agregando agentes de proteção civil com Módulos de Proteção Civil (MPC) inscritos, como é o caso do GIPS da GNR. Em Portugal, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) assume-se como sendo o ponto de contacto nacional do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, através do seu Comando Nacional de Operações de Proteção e Socorro (CNOS) (Martins, 2010). A cooperação internacional em matéria de Proteção Civil desempenha assim um papel fundamental “no que concerne à prevenção e redução de riscos

e de desastres, quer no socorro e resposta a catástrofes que, pela sua dimensão, ultrapassam as capacidades nacionais dos países atingidos” (Cruz, 2012, p. 02).

Deste modo, importa compreender de que forma é que o GIPS se integra no esforço nacional para o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e qual a importância da sua participação em torno do mesmo, tendo o autor definido como objetivo geral deste trabalho: Analisar a importância do GIPS da GNR no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

O objetivo geral corresponde ao conteúdo intrínseco das ideias estudadas, através de uma visão global e abrangente do tema (Marconi & Lacatos, 2003). Por conseguinte, surgiram objetivos específicos essenciais para complementar o objetivo geral referido anteriormente, sendo eles: estudar o funcionamento do Mecanismo; analisar o papel da ANPC e a sua coordenação com os outros agentes de proteção civil no âmbito do Mecanismo; conhecer a organização do GIPS, as suas capacidades e importância no âmbito do Sistema Nacional de Proteção Civil (SNPC); e analisar como se tem processado a participação do GIPS no âmbito do Mecanismo.

Por forma a compreender toda esta temática, torna-se necessário construir uma questão de partida, que segundo Quivy & Campenhoudt (2008) constitui o fio condutor do trabalho, instituindo “um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a rutura com os preconceitos e as noções prévias” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 34). Para tal, foi elaborada a seguinte Questão Central (QC): Sendo o GIPS uma entidade integrante do Sistema Nacional de Proteção Civil, qual a sua importância no que concerne à resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

Por conseguinte, surgiram Questões Derivadas (QD) que articuladas com a QC revelam ser fundamentais para solucionar a problemática anteriormente levantada:

QD1: O que é o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e como funciona?

QD2: Qual a resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

QD3: Quais as capacidades do GIPS, como está organizado e quais as suas mais-valias, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

QD4: Como se tem processado a participação do GIPS e como este se prepara para ser ativado no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

QD5: Qual o papel da ANPC e a sua coordenação com os demais agentes de proteção civil no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

No que diz respeito à metodologia de investigação, o TIA foi realizado respeitando as Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação da AM definidas pela Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1.ª/AM, de 20 de janeiro de 2016, destinando-se esta a “uniformizar e regulamentar a redação dos TI realizados no âmbito dos cursos ministrados na AM” (AM, 2016, p. 01). Para além das normas supracitadas recorreu-se essencialmente às orientações explanadas nas obras de Marconi & Lacatos (2003), de Quivy & Campenhoudt (2008), e de Sarmiento (2013). Define-se metodologia como sendo um processo ou método para atingir um fim, sendo que o método científico é composto por um conjunto de regras que visam obter novo conhecimento científico (Sarmiento, 2013).

Relativamente à estrutura do presente trabalho de investigação, a mesma se encontra dividida em três partes fundamentais, nomeadamente a Parte I – Enquadramento teórico, a Parte II - Prática, finalizando com um capítulo alusivo às conclusões e recomendações.

A Parte I é constituída por quatro capítulos, nos quais é retratado o Sistema Nacional de Proteção Civil, o GIPS, o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, e por fim, descreve-se a participação de Portugal neste Mecanismo.

Posteriormente segue-se a parte II, constituída por dois capítulos. Numa primeira fase é exposta a metodologia, a amostragem e os procedimentos e ferramentas utilizadas para a recolha de dados ao longo do trabalho de campo. De seguida, são apresentados os dados recolhidos através das entrevistas realizadas, assim como a sua análise e interpretação.

Por último, tendo por base a parte I e a parte II são apresentadas as conclusões, as respostas à questão central e às questões derivadas, bem como as reflexões finais do trabalho, as limitações sentidas durante a realização do mesmo e as propostas de investigações futuras.



# **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 1: SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL**

### **1.1. Proteção Civil em Portugal**

É na Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC)<sup>1</sup> que a Proteção Civil se encontra regulada, sendo assim definida como,

“(…) a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.” (Assembleia da República [AR], 2006, p. 5316)<sup>2</sup>.

A atividade referida, além de ser desenvolvida em todo o território nacional, pode também ser executada fora deste, em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal faça parte, no quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional (AR, 2006)<sup>3</sup>, sendo a Administração Pública responsável por promover as condições necessárias para proporcionar a concretização desta atividade, de forma descentralizada, tendo esta “um carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial” (AR, 2006, p. 5316)<sup>4</sup>.

A Proteção Civil representa assim uma atividade transversal a toda a sociedade, onde todos os cidadãos, coletiva e individualmente, desempenham um papel na sua respetiva organização e construção social (Ribeiro, 2015).

---

<sup>1</sup> Lei n.º 27/2006 de 3 de julho (LBPC).

<sup>2</sup> Conforme (Cfr.) o n.º 1 do art.º 1.º da LBPC.

<sup>3</sup> Cfr. o art.º 2.º da LBPC.

<sup>4</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 1.º da LBPC.

## **1.2. Estrutura da Proteção Civil**

A estrutura nacional de Proteção Civil é constituída por três tipos de órgãos, de acordo com a LBPC, sendo eles, de direção política, de coordenação política e de execução política (AR, 2006).

No que diz respeito à direção da política de proteção civil, esta é da responsabilidade do Primeiro-Ministro, competindo-lhe coordenar e orientar a ação dos membros do Governo relativamente a assuntos de proteção civil, e garantir o cumprimento das competências respeitantes ao Conselho de Ministros (CM), podendo este delegar as competências referidas no Ministro da Administração Interna, tendo este, por sua vez, a possibilidade de subdelegação (AR, 2006).

“Os órgãos de coordenação política são estruturas não permanentes responsáveis pela coordenação da política de proteção civil” (ANPC, 2013, p. 177) sendo eles: a Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), as Comissões Distritais de Proteção Civil (CDPC), e as Comissões Municipais de Proteção Civil (CMPC) (AR, 2006).

Quanto aos órgãos de execução política, estes definem-se como organismos técnico-administrativos responsáveis pela execução da política de Proteção Civil, sendo estes: a ANPC, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, o Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, e os Serviços Municipais de Proteção Civil (ANPC, 2013).

Regulada pelo Decreto-Lei (DL) n.º 73/2013 de 31 de maio, a ANPC é definida como “um serviço central, da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio” (MAI, 2013, p. 3200)<sup>5</sup>, e tem como missão,

“planear, coordenar e executar a política de proteção civil, designadamente na prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, de proteção e socorro de populações e de superintendência da atividade dos bombeiros, bem como assegurar o planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência com vista a fazer face a situações de crise ou de guerra” (MAI, 2013, p. 3200)<sup>6</sup>.

## **1.3. Agentes de proteção civil**

Os agentes de proteção civil “desempenham missões de intervenção, reforço, apoio e assistência” (ANPC, 2013, p.54), e estão elencados na LBPC sendo eles, os Corpos de Bombeiros (CB), as Forças de Segurança (FS), as Forças Armadas (FA), as autoridades

---

<sup>5</sup> Cfr. o art.º 1.º do DL n.º 73/2013 de 31 de maio (DLANPC).

<sup>6</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 2.º do DLANPC.

marítimas e aeronáuticas, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), as entidades públicas prestadoras de serviços de saúde, os sapadores florestais, e ainda a Cruz Vermelha, que também exerce funções de proteção civil em cooperação com os restantes agentes de proteção civil (AR, 2006).

Deste modo, importa descrever sucintamente alguns dos agentes de proteção civil referidos anteriormente, que desempenham um papel de elevada importância no que diz respeito à Proteção Civil em Portugal.

### **1.3.1. Corpos de Bombeiros**

Os CB distribuídos territorialmente focam toda a sua atenção para o socorro às populações em Portugal, estabelecendo um suporte para uma resposta quer ao nível local, quer ao nível distrital ou nacional, através de uma articulação e sob um comando único (MAI, 2007). Com efeito, o DL n.º 247/2007 de 27 de junho, aplicável à constituição, organização e funcionamento e extinção dos CB, no território continental, define um corpo de bombeiros como uma “unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões atribuídas pelo presente decreto-lei e demais legislação aplicável” (MAI, 2007)<sup>7</sup>.

Para além dos CB, existe ainda a Força Especial de Bombeiros (FEB) também designada de Canarinhos. A FEB “é uma força especial de proteção civil, dotada de estrutura e comando próprio, integrada no dispositivo operacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)” (ANPC, 2009a, p. 35025)<sup>8</sup>, cuja missão é prosseguida em todo o território nacional, podendo prosseguir as suas atribuições fora deste, quando legalmente autorizada (ANPC, 2009a). Esta força desenvolve a sua missão através de uma resposta,

“com elevado grau de prontidão, às solicitações de emergência de proteção e socorro, a ações de prevenção e combate em cenários de incêndios, acidentes graves e catástrofes, em qualquer local no território nacional ou fora do país e em outras missões de proteção civil” (ANPC, 2009a, p. 35025)<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Cfr. a alínea c) do art.º 2.º do DL 247/2007, de 27 de junho.

<sup>8</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 2.º do Despacho n.º 19734/2009, de 28 de agosto (DFEB).

<sup>9</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 2.º do DFEB.

### 1.3.2. Forças de Segurança

As FS, nomeadamente a GNR e a Polícia de Segurança Pública (PSP), executam uma atividade fundamental no que diz respeito à Proteção Civil, competindo-lhes executar as atribuições no âmbito da vertente *security*, nas respetivas áreas de jurisdição, sendo que o cumprimento das atribuições normais irá exigir um reforço próprio da atuação policial quando em situações de emergência, resultantes de acidentes graves ou catástrofes (Matias, 2013). Especificamente, a GNR poderá empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA), assim como o GIPS, na análise e deteção de zonas potencialmente contaminadas, particularmente ao nível dos solos, águas e atmosfera, bem como, executar ações de intervenção, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves, através do GIPS (ANPC, 2013).

### 1.4. Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

Por forma a melhorar a resposta a situações de risco iminente ou de ocorrência de um acidente grave ou catástrofe em Portugal, bem como definir o enquadramento das operações de proteção e socorro, foi estabelecido o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Regulado em diploma próprio, o SIOPS define-se como um “conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional” (MAI, 2006a, p. 3194)<sup>10</sup>. Este princípio do comando único incide nas estruturas do sistema, de coordenação institucional, “onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes graves e catástrofes”, e de direção e comando que, “no âmbito das competências atribuídas à Autoridade Nacional de Proteção Civil, agem perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio” como é o caso das FS e das FA (ANPC, 2013, p. 182).

São os Centros de Coordenação Operacional (CCO) que se certificam pela coordenação institucional, a nível nacional através do Centro de Coordenação Operacional

---

<sup>10</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 1.º do DL n.º 134/2006, de 25 de julho (DLSIOPS).

Nacional (CCON) e a nível distrital através dos Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD), agregando representantes de diferentes entidades, se assim a intervenção o justificar, tendo em conta cada ocorrência em concreto (MAI, 2006a). Os CCO “são responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear” (MAI, 2006a, p. 3194)<sup>11</sup>.

“Todas as instituições representadas nos CCO dispõem de estruturas de intervenção próprias que funcionam sob direção ou comando previstos nas respetivas leis orgânicas” (MAI, 2006a, p. 3195)<sup>12</sup>. Relativamente à ANPC, esta é constituída por uma “estrutura operacional própria, assente em comandos operacionais de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros” (MAI, 2006a, p. 3195)<sup>13</sup>. A estrutura operacional supramencionada compreende diferentes estruturas, entre as quais, o CNOS, os Agrupamentos Distritais de Operações de Socorro e os Comandos Distritais de Operações de Socorro (CDOS) (ANPC, 2013).

O CNOS integra uma “célula operacional de planeamento, operações, monitorização e avaliação do risco e informações, a célula operacional de logística e comunicações e a célula operacional de gestão de meios aéreos, dirigidas por chefes de células operacionais” (MAI, 2006a, p. 3195)<sup>14</sup>, e é constituído pelo Comandante Operacional Nacional (CONAC), pelo 2º CONAC e por três adjuntos de operações nacionais (MAI, 2006a). As suas competências assentam em,

“garantir a operacionalidade e articulação de todos os agentes de proteção civil que integram o SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção e coordenar operacionalmente os comandos distritais de operações de socorro através dos comandantes dos agrupamentos distritais de operações de socorro” (ANPC, 2013b, p. 184).

---

<sup>11</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 2.º do DLSIOPS.

<sup>12</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 5.º do DLSIOPS.

<sup>13</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 5.º do DLSIOPS.

<sup>14</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 6.º do DLSIOPS.

## **CAPÍTULO 2:**

### **GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO**

#### **2.1. A atribuição da proteção e socorro na Guarda Nacional Republicana**

De acordo com a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR)<sup>15</sup>, a GNR desempenha um variado leque de atribuições no cumprimento da sua missão geral. Deste modo, no espectro da proteção e socorro, a Guarda prossegue a atribuição de “proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza” (AR, 2007a, p. 8043)<sup>16</sup>, frisando também a sua responsabilidade em executar “ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência, de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes naturais e acidentes graves” (AR, 2007a, p. 8043)<sup>17</sup>.

No âmbito do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR)<sup>18</sup>, a Guarda desenvolve a sua missão geral, tendo em conta diversas áreas fundamentais, sendo a proteção e socorro uma delas.<sup>19</sup> Por conseguinte, as missões de proteção e socorro são da responsabilidade genérica de todas as unidades da GNR distribuídas pelo território nacional, assim como, do GIPS particularmente (GNR, 2010). Estas missões “inserem-se na obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo, quer se encontrem isoladas, quer no caso de catástrofes naturais ou outras situações que tal exijam, com especial incidência nas situações de crise” (GNR, 2010, p. 33857)<sup>20</sup>.

---

<sup>15</sup> Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro (LOGNR).

<sup>16</sup> Cfr. a alínea i) do n.º 1 do art.º 3.º da LOGNR.

<sup>17</sup> Cfr. a alínea g) do n.º 2 do art.º 3.º da LOGNR.

<sup>18</sup> Despacho n.º 10393/2010 de 22 de junho (RGSGNR).

<sup>19</sup> Cfr. a alínea h) do n.º 1 do art.º 6.º do RGSGNR.

<sup>20</sup> Cfr. o n.º 10 do art.º 6.º do RGSGNR.

## **2.2. Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro**

Pretendendo estabelecer uma maior capacidade operacional, uma maior vigilância, uma verdadeira unidade no planeamento, na direção e no comando, e uma nova atitude na Proteção Civil, o CM aprovou a 29 de Outubro de 2005<sup>21</sup>, através de reunião extraordinária, um conjunto de diplomas para dar resposta às falhas e carências do SNPC, na prevenção e atuação face aos incêndios florestais, bem como na prevenção de acidentes graves e catástrofes, e no socorro e assistência da população em geral (CM, 2005).

A capacidade operacional referida anteriormente torna-se evidente com a criação do GIPS, que se assume como sendo um corpo profissional de proteção civil, integrado na GNR (CM, 2005). Assim, a “capacidade organizativa” e a “natureza militar” da Guarda, conjugadas com as razões de “racionalidade e eficiência económica”, nomearam a Guarda como sendo a “estrutura do Estado mais apta para formar e levantar, suportar administrativa e logisticamente e projetar com elevada prontidão para os locais de ocorrências o GIPS” (MAI, 2006b, p. 786). Com efeito, é aprovado o DL n.º 22/2006 de 2 de fevereiro que para além de consolidar institucionalmente o SEPNA, vem criar o GIPS<sup>22</sup> da GNR, surgindo este através de “uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo nacional, no Estado, altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projeção para todo o território nacional, de intervenção em operações de proteção civil” (MAI, 2006b, p. 786).

### **2.2.1. Natureza e missão**

O GIPS como agente de proteção civil, define-se como “uma unidade especialmente vocacionada para a prevenção e a intervenção de primeira linha em incêndios florestais e de matérias perigosas, inundações, sismos e outras catástrofes ou acidentes graves, atuando operacionalmente no quadro do sistema integrado de operações de proteção e socorro”, (MAI, 2006b, p. 786). Esta unidade vem trazer “um conceito de atuação inovador, uma força militar de segurança interna com capacidades de intervenção em cenários de catástrofe” (Cardoso, 2010, p. 49).

A sua missão centraliza-se na “execução de ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e

---

<sup>21</sup> Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário, de 29 de outubro de 2005.

<sup>22</sup> Cfr. o art.º 1.º do DL n.º 22/2006 (DLGIPS).

socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves” (MAI, 2006b, p. 786)<sup>23</sup>.

### **2.2.2. Organização**

Desde a sua criação, o GIPS constitui uma das subunidades operacionais da Unidade de Intervenção (UI),<sup>24</sup> estando especialmente vocacionado para as missões de proteção e socorro.

O GIPS está distribuído por Portugal Continental, organizando-se “por subunidades de escalão Companhia e Pelotão/Centro de Meios Aéreos (CMA), num dispositivo implantado em 24 aquartelamentos dispersos por 12 distritos” (Tavares, 2014, p.19). Para além das sete Companhias de Intervenção de Proteção e Socorro (CIPS)<sup>25</sup>, o GIPS possui um comando sediado no quartel da UI, em Lisboa, que integra uma unidade de reserva operacional nacional agregando as diferentes especialidades desta força, assim como, a Base de Reserva de Alcaria (Porto de Mós) e o Subagrupamento de Montanha da Serra da Estrela (Tavares, 2014), conforme apresentado no Anexo A. As CIPS englobam diversos pelotões que guarnecem os CMA “que mantêm um elevado grau de prontidão, mobilidade e flexibilidade, para executar missões de primeira intervenção, terrestres ou helitransportadas, nos distritos da sua responsabilidade” (Barreiros, 2010, p. 19).

### **2.2.3. Valências**

O GIPS através de um largo espetro de valências possui capacidade para atuar em diferentes áreas da Proteção Civil, estando os seus militares “dotados de formação específica geral de proteção e socorro e da formação especial que os habilita a intervir em diferentes cenários de emergência” (MAI, 2006b, p. 786)<sup>26</sup>.

Em primeiro lugar, importa referir que o GIPS detém a capacidade de primeira intervenção em incêndios florestais, seja ela terrestre ou helitransportada, “desenvolvendo ações de ataque direto e indireto, com uso de ferramentas manuais ou com apoio de água” (Tavares, 2014, p. 22). “É este conceito de trabalho e organização que faz destes militares,

---

<sup>23</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 4.º do DLGIPS.

<sup>24</sup> A UI é uma unidade de reserva da GNR e as suas missões estão previstas no n.º 1 do art.º 44.º da LOGNR.

<sup>25</sup> De acordo com o *site* institucional da GNR.

<sup>26</sup> Cfr. o n.º 3 do art.º 4.º do DLGIPS.



uma força de elite helitransportada única. Estão em permanente treino, atualização técnica e tática, com uma atividade física bastante exigente” (Cardoso, 2010, p. 49).

Por conseguinte, a formação especial supracitada assenta nas seguintes especialidades: a Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS), com a missão de efetuar a busca e resgate subaquático, a inspeção judiciária subaquática, a proteção e segurança subaquática e o mergulho umbilical e em águas contaminadas; a Busca e Resgate de Montanha (BRM) que procede à Busca de pessoas desaparecidas, Resgate de Montanha e Policiamento em altitude e apoio; a Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC-USAR<sup>27</sup>), com capacidade de intervenção após a ocorrência de sismos ou derrocadas graves, através da busca e deteção em espaços confinados, resgate em escombros, movimentação de cargas e perfuração, corte e fragmentação de qualquer tipo de materiais, regendo-se pelas diretrizes do International Search and Rescue Advisory Group (INSARAG); e a especialidade de Matérias Perigosas/Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico (NRBQ), com capacidade para deteção e amostragem NRBQ, busca e salvamento em ambiente NRBQ, descontaminação individual, coletiva e improvisada, e a identificação e recolha de matérias perigosas (Tavares, 2014).

Para além de todas estas valências, em que “mantém um elevado grau de prontidão, mobilidade e flexibilidade em todas elas” (Moreira, 2012), o GIPS executa o patrulhamento florestal, realiza ações de esclarecimento e sensibilização de outras entidades e da população em geral, participa em demonstrações ou eventos públicos, realiza ações de fiscalização no âmbito do DL 124/2006<sup>28</sup>, reforça o dispositivo territorial com Forças de Intervenção Rápida (FIR)<sup>29</sup> e garante a proteção e segurança a eventos desportivos (GNR, 2017a). Efetivamente, importa salientar que os militares do GIPS assumem uma dupla função, constituindo-se como órgãos de polícia criminal, à semelhança de qualquer militar da Guarda, cumprindo as atribuições gerais da GNR em reforço do dispositivo territorial (Tavares, 2014).

---

<sup>27</sup> USAR – Urban Search And Rescue.

<sup>28</sup> Diploma legal direcionado para a defesa da floresta contra incêndios.

<sup>29</sup> A FIR é uma Força que dispõe de treino especializado e regular e de grande variedade de equipamento e armamento o que lhe permite, ao seu nível, cumprir todo o tipo de missões dentro do “espectro das operações policiais”. (Oliveira, 2014, p. 53).

### **2.3. Empenhamento Operacional**

No que diz respeito ao empenhamento operacional, durante a época crítica de incêndios florestais<sup>30</sup> (fases BRAVO, CHARLIE e DELTA), o GIPS garante a sua capacidade de primeira intervenção, no âmbito do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF)<sup>31</sup> de forma permanente e ininterrupta, sendo que, até ao momento, esta força tem revelado uma taxa de sucesso bastante considerável com valores superiores aos 94% (Tavares, 2014).

A atividade desta força concentra-se principalmente no combate aos incêndios florestais que surgem maioritariamente no verão. Contudo, a sua intervenção estende-se ao longo de todo o ano, através de outras áreas da proteção e socorro. Deste modo, o GIPS possui operacionais na Base Tática de Busca e Resgate de Montanha da Serra da Estrela, no âmbito do Plano de Operações da Serra da Estrela ativado a 1 de Dezembro, que tem como objetivo “a gestão operacional, conjunta e plurianual, de um Dispositivo Conjunto de Proteção e Socorro (DICSE), constituído por meios humanos e equipamentos de resposta operacional, com especial incidência para a área do Maciço Central da Serra da Estrela” (ANPC, 2015, p. 69).

Importa salientar que o GIPS tem capacidade para projetar materiais e equipamentos, contentorizados e passíveis de serem transportados diretamente para o local da ocorrência, seja por mar, terra ou ar (Tavares, 2014). Assim, os militares do GIPS estão prontos para atuar no âmbito de qualquer tipo de catástrofe ou acidente grave, “dando ainda apoio ao dispositivo territorial, de âmbito policial, através de patrulhamento conjunto ou autónomo, coordenado pelo comando dos Comandos Territoriais” (Tavares, 2014, p. 23), possuindo assim uma dupla função, tal como mencionado previamente. De acordo com Cardoso (2010), os militares do GIPS ostentam características únicas, que lhes confere a individualidade, são militares, com missão policial de proteção e socorro, atuam em cenários de catástrofes em qualquer parte do mundo.

Como vimos, o GIPS pode ser empenhado em qualquer local e atuar em diversos cenários de catástrofe, considerando a sua capacidade de preparação conjugado com um largo conjunto de valências.

---

<sup>30</sup> O DECIF organiza-se tendo em conta diferentes fases de perigo: ALFA (de 1 de janeiro a 14 de maio), BRAVO (de 15 de maio a 30 de junho), CHARLIE (de 1 de julho a 30 de setembro), DELTA (de 1 de outubro a 31 de outubro) e ECHO (de 1 de novembro a 31 de dezembro) (ANPC, 2016b).

<sup>31</sup> Diretiva Operacional Nacional n.º 2 - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (ANPC, 2016b).

## **CAPÍTULO 3:**

### **MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL DA UNIÃO EUROPEIA**

#### **3.1. Introdução**

Ao longo do tempo, o mundo tem sido palco de catástrofes naturais e catástrofes de origem humana cada vez mais complexas, sendo que algumas têm acontecido no espaço geográfico da União Europeia (UE). Por forma a promover uma maior prevenção destes acontecimentos, a UE através do Tratado de Lisboa “incentiva a cooperação entre os Estados-Membros a fim de reforçar a eficácia dos sistemas de prevenção das catástrofes naturais ou de origem humana e de proteção contra as mesmas” (AR, 2007b, p. 170)<sup>32</sup>. Efetivamente, importa salientar a Cláusula de Solidariedade aludida no art.º 222.º deste Tratado, a qual refere que, “a União e os seus Estados-Membros atuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana” (AR, 2007b, p. 185)<sup>33</sup>.

Tal como Barnier (2006) no seu relatório “For a European civil protection force: europe aid”, Boin, Ekengren e Rhinard (2013) também fazem referência à Europa como tendo uma “capacidade para gestão de crises” que já existe desde os anos setenta, mencionando que através desta capacidade a Europa se tornou mais visível nos últimos tempos, como foi o caso do terramoto no Haiti em Janeiro de 2010, ou a epidemia na Alemanha na primavera de 2011<sup>34</sup>. Decerto, esta capacidade europeia para iniciar e coordenar uma resposta partilhada a diferentes ameaças, crises e desastres, encontra-se em crescimento, podendo ser aproveitada pelos Estados-Membros para facilitar uma resposta conjunta, na intervenção a desastres no seu território, ou no exterior (Boin et al., 2013)<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 196.º do Tratado de Lisboa.

<sup>33</sup> Cfr. o n.º 2 do art.º 222.º do Tratado de Lisboa.

<sup>34</sup> Traduzido de Boin et al. (2013, p. 01).

<sup>35</sup> Traduzido de Boin et al. (2013, p. 02).

Com certeza, “a Proteção Civil é hoje uma preocupação com lugar de destaque nas principais agendas dos países e das organizações internacionais relevantes” (ANPC, 2009b, p. 06).

### **3.2. Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia**

Partindo da necessidade de facilitar a cooperação entre os Estados-Membros no que diz respeito à intervenção em matéria de Proteção Civil, a UE propôs a criação de um Mecanismo Comunitário de Proteção Civil, através da Decisão do Conselho 2001/792/CE, de 23 de outubro, destinado a “facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros em intervenções de socorro da Proteção Civil, em situações de ocorrência ou de ameaça de ocorrência iminente de uma emergência grave, que possam exigir uma resposta urgente” (Conselho da União Europeia [CUE], 2001, p. 08).

Nesta perspetiva, Monteiro (2009) faz referência à necessidade de adquirir um conjunto de Mecanismos no espaço da UE, destinados a atuar em conjunto no que diz respeito aos domínios da prevenção de catástrofes, assim como na minimização dos seus efeitos, através de uma ajuda mútua oportuna entre os Estados-Membros com meios mais adequados, garantindo assim uma resposta pronta, estruturada e coordenada.

A Decisão n.º 1313/2013/EU de 17 de dezembro de 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho representa um importante momento de viragem no âmbito da Proteção Civil da UE, definindo a adoção de um novo Mecanismo. O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, doravante designado por Mecanismo,

“veio dotar a União de um instrumento mais disponível, com a criação de uma reserva comum voluntária de capacidades, mais transparente, com a simplificação de procedimentos na área do financiamento, e mais solidário, ao permitir que outras organizações, tais como as Nações Unidas, suas agências ou outras organizações internacionais relevantes, possam ativar este Mecanismo” (ANPC, 2016a).

A fim de ampliar a eficácia dos sistemas que visam prevenir, preparar e responder a catástrofes naturais ou de origem humana, este Mecanismo destina-se a reforçar a cooperação entre a União e os Estados-Membros, facilitando a coordenação no domínio da Proteção Civil (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia [PECUE], 2013). Assim, o Mecanismo assenta essencialmente nos seguintes pressupostos: a criação de um Centro de Coordenação de Resposta de Emergência, a criação de uma Capacidade Europeia de

Resposta de Emergência, um Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência, e a existência de um Programa de Formação (ANPC, 2016a).

Atualmente, o Mecanismo é constituído pelos vinte e oito Estados-Membros da UE, além da Islândia, do Liechtenstein, de Montenegro, da Noruega, da República da Macedónia, da Sérvia e da Turquia (Comissão Europeia [CE], 2016a). No entanto, o seu sucesso até ao momento tem dependido muito da ativação no exterior da UE, dado que o Mecanismo tem sido usado em todo o mundo na resposta a uma grande variedade de desastres, tornando-se assim um objetivo cada vez mais importante, reforçar a coerência ao nível internacional (Boin et al., 2013)<sup>36</sup>.

Para além da eficácia da resposta do Mecanismo em caso de acidente grave ou catástrofe, é importante frisar a sua capacidade de preparação e prevenção com o fim de “reduzir os efeitos mais graves das catástrofes humanas e naturais e podem contribuir para uma adaptação mais eficaz aos efeitos das alterações climáticas” (CE, 2015a, p. 09). A avaliação dos riscos e o planeamento de gestão dos riscos realizados pelos Estados-Membros são fulcrais “para garantir uma abordagem integrada da gestão de catástrofes, estabelecendo a ligação entre as ações de prevenção de riscos e as ações de preparação e resposta” (PECUE, 2013, p. 925).

Desde 2001, na sequência de vários pedidos de assistência, o Mecanismo já recebeu mais de duzentos pedidos de assistência e monitorizou cerca de trezentos desastres, tendo intervindo nos piores cenários de catástrofe até hoje registados, salientando o terramoto no Haiti em 2010, o tornado Haiyan que atingiu as Filipinas em 2013, as cheias na Sérvia e na Bósnia em 2014, a epidemia do ébola na África Ocidental em 2014, o terramoto no Nepal em 2015, e a crise de refugiados na Europa (CE, 2016a).

### **3.2.1. Centro de Coordenação de Resposta de Emergência**

O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) tem como seu antecessor o Centro de Informação e Vigilância (MIC)<sup>37</sup> e é um dos pilares fundamentais do Mecanismo, responsável por coordenar a prestação da assistência da Proteção Civil da UE (CE, 2015b). A Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 vem definir a sua criação, estabelecendo “uma capacidade operacional 24 horas por dia e 7 dias por semana ao serviço dos Estados-Membros e da Comissão para

---

<sup>36</sup> Traduzido de Boin et al. (2013, p. 28).

<sup>37</sup> MIC – Monitoring and Information Centre.

prosseguir os objetivos do Mecanismo da União” (PECUE, 2013, p. 930)<sup>38</sup>. Para tal, o CCRE deverá manter “um contacto estreito com os pontos de contacto dos Estados-Membros para efeitos do exercício das suas funções e para as operações de resposta previstas na presente decisão e na Decisão 1313/2013/UE” (CE, 2014, P. 04)<sup>39</sup>.

O CCRE define-se como sendo o “coração operacional” do Mecanismo (Stylianides, 2015)<sup>40</sup>, garantindo assim “uma ligação permanente com os pontos de contacto operacionais nos países que participam no Mecanismo, proporcionando, em caso de emergência ou eminência, acesso imediato a informações essenciais sobre peritos, equipas de intervenção e outros meios e recursos de intervenção disponíveis” (Martins, 2010, p. 04). Para além da capacidade operacional mencionada de monitorização e coordenação permanente de resposta a eventuais catástrofes, o CCRE recolhe informação prévia em tempo real sobre desastres, monitoriza riscos, efetua o planeamento para o envio de recursos (especialistas, forças e equipamento), coopera com os Estados-Membros para determinar os recursos disponíveis, e coordena os esforços da UE em matéria de resposta a catástrofes (CE, 2015f).

O CCRE está sob a dependência da Direção-Geral da Ajuda Humanitária e Proteção Civil (DG-ECHO) da Comissão Europeia “cuja missão consiste em salvar vidas, atenuar o sofrimento e salvaguardar a dignidade das populações afetadas por crises humanitárias” (CE, 2015c, p. 03).

### **3.2.2. Capacidade Europeia de Resposta de Emergência**

A legislação relativa ao Mecanismo foi sendo reforçada ao longo dos últimos anos, com vista a melhorar a capacidade de prevenção e de resposta em caso de catástrofe. Assim, a criação de uma Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE) através da alteração do Mecanismo com a Decisão de 2013, vem atribuir um maior relevo à gestão dos riscos, à prevenção e preparação de desastres, permitindo uma melhor coordenação no planeamento da resposta entre todos os Estados-Membros, através de um sistema mais previsível e confiável (ANPC, 2016a).

Também designada por *voluntary pool*, a CERE “consiste numa reserva voluntária de capacidades de resposta previamente afetadas pelos Estados-Membros e é composta por

---

<sup>38</sup> Cfr. o art.º 7º da Decisão n.º 1313/2013/EU, de 17 de dezembro de 2013 .

<sup>39</sup> Cfr. o art.º 3º da Decisão de Execução da Comissão 2014/762/UE de 16 de outubro de 2014.

<sup>40</sup> Traduzido de Stylianides (2015, p. 04).

módulos<sup>41</sup>, por outras capacidades de resposta e por peritos” (PECUE, 2013, p. 932)<sup>42</sup>, totalizando até ao momento apenas 16 Estados-Membros participantes, dos quais Portugal não faz parte (CE, 2016b). Esta reserva voluntária irá melhorar a prevenção e preparação, e aumentar a eficiência, coerência e visibilidade da resposta da UE a catástrofes (Stylianides, 2015)<sup>43</sup>.

A CERE reúne uma série de equipas de socorro, peritos e equipamentos, que os Estados-Membros mantêm sempre em modo de espera para missões de proteção civil da UE em todo o mundo. Contudo, estas equipas cumprem exigentes critérios de qualidade, passando por um rigoroso processo de certificação e de registo<sup>44</sup> para assegurar a sua qualidade e interoperabilidade<sup>45</sup>. Para além disso, estas efetuam treinos e exercícios conjuntos, estando disponíveis para serem rapidamente enviadas quando necessário, sendo que em troca beneficiam do apoio financeiro da UE (CE, 2016b).

É importante salientar que “as capacidades de resposta que os Estados-Membros colocam à disposição da CERE estão disponíveis para operações de resposta no âmbito do Mecanismo da União, na sequência de um pedido de assistência apresentado por intermédio do CCRE” (PECUE, 2013, p. 932<sup>46</sup>), porém, a última decisão sobre a mobilização de tais capacidades cabe aos Estados-Membros que as tenham registado, quando,

“em virtude de uma situação de emergência nacional, em caso de força maior ou em casos excecionais, haja motivos ponderosos que impeçam um Estado-Membro de disponibilizar as referidas capacidades de resposta para fazer face a uma determinada catástrofe, esse Estado-Membro informa a Comissão o mais rapidamente possível desse facto, reportando-se ao presente artigo” (PECUE, 2013, p. 932)<sup>47</sup>.

### **3.2.3. Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência**

Atualmente, o Mecanismo utiliza diversas ferramentas de monitorização e informação, essenciais no planeamento, controlo e alerta, por forma a amenizar o efeito de possíveis catástrofes naturais, entre as quais: o European Forest Fire Information System

---

<sup>41</sup> Um módulo é “uma combinação predefinida, autossuficiente e autónoma de capacidades dos Estados-Membros, disponibilizadas em função de missões e necessidades, ou uma equipa operacional móvel dos Estados-Membros constituída por um conjunto de meios humanos e materiais, definida em termos da sua capacidade de intervenção ou das missões a desempenhar” (PECUE, 2013, p. 929).

<sup>42</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 11.º da Decisão n.º 1313/2013/EU.

<sup>43</sup> Traduzido de Stylianides (2015, p. 04).

<sup>44</sup> Cfr. o art.º 16.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.

<sup>45</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 15.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.

<sup>46</sup> Cfr. o n.º 7 do art.º 11.º da Decisão n.º 1313/2013/EU.

<sup>47</sup> Cfr. o n.º 7 do art.º 11.º da Decisão n.º 1313/2013/EU.

(EFFIS), responsável pela obtenção de informação atualizada sobre incêndios florestais na Europa; o European Flood Awareness System (EFAS), garantindo uma monitorização e uma previsão da ocorrência de cheias na Europa, sob o domínio da plataforma Copernicus; o Global Disaster Alerts and Coordination System (GDACS), que é uma estrutura de colaboração entre a Organização das Nações Unidas, a CE e gestores de desastres em todo o mundo, com o objetivo de garantir alertas, o intercâmbio de informações e uma coordenação de primeira fase, após o aparecimento de grandes catástrofes (CE, 2015d); e o Common Emergency and Information System (CECIS)<sup>48</sup>, “que funciona como uma plataforma de notificações e comunicações entre os serviços responsáveis pela Proteção Civil em cada país participante e os serviços competentes da Comissão” (Martins, 2010, p. 05).

O CECIS foi assim estabelecido para permitir a comunicação entre o CCRE e os pontos de contacto nacionais designados (Morsut, 2014)<sup>49</sup>, sendo “um elemento essencial do Mecanismo da União na medida em que garante a autenticidade, a integridade e a confidencialidade das informações trocadas entre os Estados-Membros que participam no mecanismo em condições normais e em situações de emergência” (CE, 2014, p. 01). Na verdade, o CECIS difunde aos Estados participantes no Mecanismo, todos os pedidos de assistência internacional que sejam solicitados ao CCRE, para além de conter o registo dos MPC, e uma base de dados com os peritos disponibilizados por cada Estado participante (ANPC, 2009b). Cada Estado-Membro deverá assegurar “que a secção específica da base de dados CECIS está permanentemente atualizada no que respeita às disponibilidades e a todos os dados factuais necessários sobre as características pertinentes de todas as capacidades de resposta registadas na CERE” (CE, 2014, p. 05)<sup>50</sup>.

### **3.2.4. Formação de peritos**

Tal como já foi referido anteriormente, o Mecanismo disponibiliza uma rede de peritos, de avaliação e coordenação, com formação adequada e que possam estar disponíveis a curto prazo, por forma a prestar assistência ao CCRE, nas atividades de monitorização, informação e facilitação da coordenação (PECUE, 2013).

---

<sup>48</sup> CECIS – Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência.

<sup>49</sup> Traduzido de Morsut (2014, p. 145).

<sup>50</sup> Cfr. o n.º 4 do art.º 6.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.



Os Estados-Membros designam os peritos, que poderão ser mobilizados como membros de equipas de peritos, sob a sua responsabilidade (PECUE, 2013), sendo o procedimento de seleção e designação de peritos elucidado na Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013. Os peritos são classificados pelos Estados-Membros pelas seguintes categorias<sup>51</sup>: peritos técnicos, peritos em avaliação, peritos em coordenação e os chefes de equipa, (CE, 2014, p. 16)<sup>52</sup>.

A formação de peritos é uma ferramenta elementar para o Mecanismo, tendo sido criado um Programa de Formação, o intercâmbio de peritos nacionais, e exercícios conjuntos, destinados a melhorar a coordenação da assistência da Proteção Civil, assegurando a compatibilidade e complementaridade entre as equipas de intervenção e os Estados participantes (Morsut, 2014)<sup>53</sup>. Este Programa de Formação “é fundamental na preparação de especialistas internacionais para intervenções da Proteção Civil dentro ou fora do espaço geográfico da União Europeia” (ANPC, 2009b, p. 11), compreendendo “cursos de formação conjuntos e um sistema de intercâmbio de peritos que permite o destacamento de indivíduos para outros Estados-Membros” (PECUE, 2013, p. 933)<sup>54</sup>.

O Programa de Formação do Mecanismo é constituído por “um conjunto de cursos de natureza estratégica, tática e operacional”, tendo “como principal objetivo dotar peritos dos Estados-membros de uma formação comum, capaz de facilitar a coordenação no terreno durante situações de emergência” (ANPC, 2016a). Deste modo, os cursos estão organizados segundo os seguintes níveis<sup>55</sup>: de base (*Community Mechanism Introduction Course* e o *Technical Experts Course*; operacional (*Information Management Course*, *International Coordination Course*, *Security Course*, *Assessment Mission Course* e o *Operational Management Refresher Course*) e de gestão (*Head of Team Course*, *High Level Coordination Course* e o *High Level Coordination Refresher Course*) (CE, 2015e).

O sistema de intercâmbio de peritos entre Estados participantes (Exchange of Experts in civil protection) é uma atividade estratégica no âmbito do Mecanismo, que permite que os peritos adquiram experiência e conhecimentos, assim como, familiarizarem-se com diferentes técnicas usadas, estudar as diferentes abordagens utilizadas por outros serviços de emergência, e se necessário, dar cursos que requeiram um conhecimento específico (Exchange of Experts [EE], 2015). Este intercâmbio “constitui uma oportunidade para

---

<sup>51</sup> Cfr. o art.º 41.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.

<sup>52</sup> Cfr. o art.º 42.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.

<sup>53</sup> Traduzido de Morsut (2014, p. 145).

<sup>54</sup> Cfr. a alínea a) do n.º 1 do art.º 13.º da Decisão n.º 1313/2013/UE.

<sup>55</sup> Cfr. o n.º 1 do art.º 28.º da Decisão de Execução da Comissão n.º 2014/762/EU.

aquisição de competências em contextos profissionais diferentes do proporcionado no país de origem e /ou através do Mecanismo” (ANPC, 2009b, p. 12).

A realização de exercícios de proteção civil entre os Estados-Membros constitui uma importância primordial no que concerne à prevenção, preparação e resposta do Mecanismo para intervir de forma eficaz num cenário de emergência. Atualmente, o Mecanismo já conta com uma carteira de exercícios bastante extensa, através do programa de exercícios de proteção civil criado pela Comissão (CE, 2014).

### **3.3. Módulos de Proteção Civil**

Tal como foi mencionado anteriormente, o CECIS, apresenta na sua base de dados um conjunto de módulos através do registo efetuado pelos Estados-Membros, constituindo uma secção específica para os módulos que estejam especificamente afetos à CERE (CE, 2014).

Os MPC são “conjuntos pré-definidos e flexíveis de recursos nacionais de um ou mais Estados participantes, capazes de responder a situações de emergência” (ANPC, 2009b, p. 10), caracterizando-se essencialmente por possuírem capacidades de assistência específicas pré-definidas para serem enviadas com curta antecedência, salientando as suas capacidades de autossuficiência, autonomia e interoperabilidade (CE, 2015e).

O desenvolvimento dos MPC compostos por recursos de um ou mais Estados-Membros destina-se a reforçar a cooperação no âmbito da Proteção Civil, e a proporcionar uma resposta mais célere e coordenada a partir dos Estados-Membros, tendo em vista atingir uma total interoperabilidade (PECUE, 2013). Assim, até ao momento já foram inscritos os seguintes MPC: bombeamento de elevada capacidade (HCP), operações de busca e salvamento em média escala em meio urbano (MUSAR), purificação de água (WP), combate aéreo a incêndios florestais com aviões (FFFP), posto médico avançado (AMP), campo de emergência temporário (ETC), operações de busca e salvamento em grande escala em meio urbano (HUSAR), deteção e amostragem NRBQ (CBRNDDET), combate a incêndios florestais no solo (GFFF), combate a incêndios florestais no solo utilizando veículos (GFFF-V), USAR em condições NRBQ (CBRNUSAR), posto médico avançado com cirurgia (AMP-S), contenção de inundações (FC), salvamento em inundações com embarcações (FRB), evacuação de vítimas de catástrofes em avião medicalizado (MEVAC), hospital de campanha (FHOS), e combate aéreo a incêndios florestais com helicópteros (FFFH) (CE, 2014). O processo de certificação e registo de um MPC no âmbito da CERE deve incluir

diversos elementos, entre os quais, uma ficha do módulo que incluía Equipas de Assistência Técnica e de Apoio (TAST)<sup>56</sup> e outras capacidades de resposta, ou peritos (Fichas CECIS), assim como, uma autoavaliação que define os requisitos de qualidade estabelecidos para o MPC em questão (CE, 2014).

### **3.4. Processo de ativação**

Relativamente ao processo de ativação, torna-se necessário compreender como funciona todo este processo em caso de ocorrência ou de iminência de ocorrência de catástrofes, seja em território dos Estados-Membros ou em território de países terceiros, segundo o Anexo B.

Um país que seja afetado por um qualquer desastre pode pedir assistência à UE, através de um pedido formal enviado ao CCRE, que por sua vez irá difundir o pedido para os pontos de contacto de todos os países participantes no Mecanismo através do CECIS, para que estes possam avaliar o pedido de assistência do país afetado (Martins, 2010). De seguida, estes países “determinam rapidamente se têm ou não condições para prestar a assistência solicitada”, sendo a mesma transmitida ao país afetado através do CCRE (PECUE, 2013, p. 934)<sup>57</sup>. Com efeito, após os países afetados aceitarem ou rejeitarem as respetivas ofertas de ajuda, o CCRE “ficará responsável por selecionar junto dos vários Estados as ajudas disponíveis, para que posteriormente o Estado requerente da ajuda possa escolher o apoio mais conveniente à situação de emergência em questão” (Tavares, 2014, p. 27).

“A direção das intervenções de assistência é da responsabilidade do Estado-Membro requerente” podendo este se necessário, “solicitar a mobilização de uma equipa de peritos para o apoiar na sua avaliação, facilitar a coordenação no terreno entre as equipas dos Estados-Membros, ou prestar aconselhamento técnico” (PECUE, 2013, p. 934)<sup>58</sup>.

No entanto, Boin et al. (2013) referem que toda esta assistência acarreta algumas limitações, exemplificando o caso de Portugal, aquando do seu pedido de assistência ao Mecanismo no âmbito dos fogos florestais em 2003<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> As TAST (Technical Assistance and Support Team) são responsáveis por estabelecer “recursos humanos e materiais constituídos por um ou mais Estados-Membros para a execução de tarefas de apoio” (CE, 2014, p. 04).

<sup>57</sup> Cfr. o n.º 4 do art.º 15.º da Decisão n.º 1313/2013/UE.

<sup>58</sup> Cfr. o n.º 5 do art.º 15.º da Decisão n.º 1313/2013/UE.

<sup>59</sup> Traduzido de Boin et al. (2013, p. 36).

## **CAPÍTULO 4:**

### **PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO MECANISMO**

#### **4.1. Introdução**

A cooperação de Portugal em matéria de proteção civil é realizada em grande parte através do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. Contudo, esta também se desenvolve “no quadro bilateral, através de vários acordos, nomeadamente com Espanha (1992), França (1995), Rússia (1999), Marrocos (1992) e Cabo Verde (1998) ” (ANPC, 2012, p. 04). Com efeito, o Mecanismo já foi ativado diversas vezes em diferentes cenários de acidente grave ou de catástrofe, tornando-se necessário realçar a participação de Portugal no mesmo, quer em missões de natureza operacional, quer em exercícios e formação de peritos, dado que, no âmbito “dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do direito internacional, a atividade de proteção civil pode ser exercida fora do território nacional, em cooperação com Estados estrangeiros ou organizações internacionais de que Portugal seja parte” (AR, 2006, p. 5316)<sup>60</sup>.

#### **4.2. Papel da ANPC no âmbito do Mecanismo**

Constitui uma atribuição primordial da ANPC garantir a “coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro” (MAI, 2013, p. 3200)<sup>61</sup>, com a possibilidade de participar em missões de proteção civil no exterior, mediante autorização do membro do Governo responsável pela administração interna (MAI, 2013). Em caso de auxílio externo, a ANPC tem o dever de “prever a constituição de equipas de resposta rápida modulares com graus de prontidão crescentes para efeitos de ativação, para atuação dentro e fora do País” (AR, 2006, p. 5325)<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Cfr. o n.º 3 do art.º 2.º da LBPC.

<sup>61</sup> Cfr. a alínea e) do n.º 3 do art.º 3.º do DLANPC.

<sup>62</sup> Cfr. o n.º 4 do art.º 51.º da LBPC.

No caso de Portugal ser o país recetor de auxílio externo, o pedido e a sua concessão constituem uma competência do Governo, excetuando os tratados ou convenções internacionais, para além de que, no território nacional, cabe à ANPC a responsabilidade de garantir tanto o acompanhamento como a receção das forças estrangeiras no caso de concessão de auxílio externo, proporcionando todo o apoio logístico necessário (AR, 2006).

De salientar a importância que a ANPC representa para o Mecanismo e para os agentes de proteção civil em Portugal, na medida em que esta se assume como “o ponto de contacto nacional, através do seu Comando Nacional de Operações de Proteção e Socorro (CNOS)” (Martins, 2010).

### **4.3. Módulos portugueses de proteção civil**

Portugal já possui determinados MPC que abrangem diversas áreas da Proteção Civil através dos diferentes agentes de proteção civil nacionais capazes para tal, como é o caso do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), da FEB e do GIPS.

O RSB integra “dois módulos de proteção civil integrados no Mecanismo Europeu de Proteção Civil - Módulos de Busca e Resgate em Ambiente Urbano e em Ambiente Biológico e Químico” (Câmara Municipal de Lisboa [CML], 2012), ou seja, o MPC de CBRNUSAR e de MUSAR, enquanto a FEB dispõe apenas do MPC de GFFF-V, isto é, combate a incêndios florestais no solo utilizando veículos (ANPC, 2017)<sup>63</sup>.

Já o GIPS representa o agente de proteção civil em Portugal com mais módulos inscritos no Mecanismo totalizando quatro MPC “médios (incêndios florestais, amostragem e identificação de matérias perigosas, descontaminação individual e coletiva, busca e resgate em estruturas colapsadas)” (Tavares, 2014, p. 20), ou seja, o MPC de GFFF<sup>64</sup> (combate a incêndios florestais no solo), o MPC de CBRNDET<sup>65</sup> (detecção e amostragem NRBQ), o MPC de CBRNUSAR<sup>66</sup> (USAR em condições NRBQ), e o MPC de MUSAR<sup>67</sup> (operações de busca e salvamento em média escala em meio urbano), respetivamente.

---

<sup>63</sup> Informação concedida pelo CNOS da ANPC em 10 de março de 2017.

<sup>64</sup> Cfr. apresentado no Anexo E.

<sup>65</sup> Cfr. apresentado no Anexo F.

<sup>66</sup> Cfr. apresentado no Anexo G.

<sup>67</sup> Cfr. apresentado no Anexo H.

#### **4.4. Participação em exercícios**

Os exercícios de proteção civil são fundamentais para garantir uma eficaz cooperação entre os Estados-Membros que participam no Mecanismo, na medida em que permitem melhorar as capacidades de prevenção, preparação e resposta a eventuais catástrofes. Assim, “por forma a melhorar a proficiência” do Mecanismo, torna-se “necessário proceder a treinos conjuntos, para que assim se possam colmatar as lacunas existentes ao nível da coordenação entre as diversas entidades” (Pinheiro, 2011, p. 18).

A participação de Portugal em exercícios do Mecanismo, através da ANPC e dos diversos agentes de proteção civil nacionais, espelha uma grande parte do seu contributo para com o Mecanismo, além da sua intervenção em missões de natureza operacional. Um exemplo da participação nacional foi o exercício SARDINIA, realizado em 2008 no âmbito dos incêndios florestais, na ilha da Sardenha em Itália tendo envolvido uma grande amplitude de meios, com o objetivo de testar “os procedimentos do apoio logístico às equipas europeias, sua mobilização, coordenação e operacionalidade dos vários equipamentos” (Pinheiro, 2011, p. 18), e contou com a participação de uma equipa de comando e coordenação da ANPC, uma Brigada dos CB Voluntários, uma Brigada da FEB, e ainda de destacar uma Brigada do GIPS, de acordo com o Anexo C. Portugal já possui assim uma vasta experiência no que diz respeito a este assunto, tendo participado em diversos exercícios focalizados para diferentes cenários de catástrofe.

Além disso, importa frisar que também já realizou exercícios em território nacional, como por exemplo, o PTQUAKE09. Este foi o primeiro exercício de proteção civil em Portugal a nível internacional, planeado e orientado pela ANPC “para testar e exercitar a resposta operacional do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro às diversas ocorrências de proteção civil associadas à ocorrência de um evento sísmico, especialmente no que respeita aos mecanismos de assistência internacional” (ANPC, 2009c, p. 06), tendo abrangido 24 entidades (entre elas o GIPS) com 2282 elementos no seu total (ANPC, 2009c).

O GIPS como agente de proteção civil participa em diversos exercícios de proteção civil no quadro do Mecanismo, sublinhando assim a sua participação nos exercícios MODEX<sup>68</sup>, organizados pela Falck<sup>69</sup>, que têm como objetivo “explorar e praticar os meios

---

<sup>68</sup> “Os exercícios Modex são co-financiados pela Comissão Europeia e visam explorar e praticar os meios e prontidão dos mesmos em cenários de catástrofes ou acidentes graves de ajuda internacional” (GIPS, 2013, p. 07).

<sup>69</sup> “A Falck Safety Services é uma empresa inovadora no âmbito da segurança e com dispersão a nível mundial, é a maior fornecedora de ambulâncias no mercado” (GIPS, 2013, p. 07).

e prontidão dos mesmos em cenários de catástrofes ou acidentes graves de ajuda internacional” (GIPS, 2013, p. 07). Um destes exercícios teve lugar em Haapsalu na Estónia em maio de 2013, por intermédio do MPC de deteção e amostragem NRBQ (CBRNDET) contando com a participação de dez militares do GIPS (GIPS, 2013). Neste exercício, para além do MPC do GIPS, participou o MPC de bombeamento de elevada capacidade (HCP) da Polónia, o MPC do posto médico avançado com cirurgia (AMP-S) da Itália, um módulo TAST da Alemanha e uma Equipa de técnicos da UE (GIPS, 2013). A equipa CBRN do GIPS, além da sua missão principal que consistia na deteção, identificação e monitorização de substâncias suspeitas, foi chamada a intervir na vertente policial estabelecendo um perímetro de segurança e procedendo ao restabelecimento da ordem pública, devido a distúrbios com refugiados na Base de Operações, tendo sido necessário o uso da força em alguns casos por forma a efetuar detenções (GIPS, 2013).

Importa ainda salientar a organização de exercícios por iniciativa da GNR, destacando assim a sua última intervenção no âmbito do projeto europeu Soteria, onde a GNR teve a oportunidade de testar a utilização das redes sociais no surgimento de uma eventual situação de emergência, contando com uma atuação de cerca de 70 operacionais do GIPS, chamados a intervir em diversas situações de emergência (GNR, 2017b).

#### **4.5. Participação em missões de natureza operacional**

A participação portuguesa em missões de natureza operacional no quadro do Mecanismo já dura há alguns anos, sendo importante realçar a sua intervenção com equipas nacionais em diferentes cenários de catástrofe, tal como exposto no Anexo D, entre os quais: o sismo de Marrocos em fevereiro de 2004 com uma equipa constituída pela ANPC, RSB, INEM e PSP; o *tsunami* no Sudoeste Asiático em 2005, com o envio de diversas equipas de proteção e socorro para a Indonésia e Tailândia; o grande sismo do Haiti em 2010 constituindo uma Força Operacional Conjunta da ANPC, FEB e INEM; e os incêndios florestais no Chile em janeiro de 2017 através do envio de 52 operacionais da FEB.

O apoio concedido por Portugal a outros Estados-Membros “para além da visível expressão de solidariedade demonstrada” permite “adquirir experiência nos teatros de operações, trocar conhecimentos e formas de atuar que se pretendem conjuntas e coordenadas, por forma a facilitar uma resposta europeia e o desenvolvimento de uma capacidade de resposta rápida da União” (ANPC, 2012, p. 05).

Por outro lado, Portugal é um país “com alguma experiência adquirida enquanto país recetor de assistência internacional” (ANPC, 2012, p. 05) tendo já solicitado o auxílio do Mecanismo em diferentes situações, especialmente no que concerne aos incêndios florestais. Veja-se por exemplo os incêndios florestais de 2003 que tiraram a vida a vinte pessoas e queimaram cerca de 6% da área florestal nacional, forçando Portugal a solicitar a ajuda da UE através do seu Mecanismo, por forma a auxiliar perto de 3.000 bombeiros, bem como os militares da GNR com a ajuda de meios aéreos e helicópteros (Boin et al., 2013)<sup>70</sup>.

#### **4.6. Formação de peritos**

A formação de peritos no quadro do Mecanismo apresenta-se como uma ferramenta essencial “na formação de quadros na área da gestão da emergência, fundamental na preparação dos peritos para as intervenções internacionais no âmbito da proteção civil, dentro ou fora do espaço geográfico da União Europeia” (ANPC, 2016a). Por intermédio do Programa de Formação do Mecanismo, Portugal já conta com 76 elementos formados, da estrutura técnica e operacional da ANPC, assim como da GNR (por meio do GIPS), do RSB, da Escola Nacional de Bombeiros, e das Regiões Autónomas, tendo já participado em 170 ações de formação neste contexto (ANPC, 2016a).

O sistema de intercâmbio de peritos incluído no Programa de Formação do Mecanismo, “cujo principal objetivo é o de contribuir para o reforço e a melhoria da cooperação europeia em termos de Proteção Civil e no domínio das intervenções de assistência no quadro do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia” (ANPC, 2016a), conta também com a participação de Portugal. Este sistema funciona através do envio de peritos portugueses para outros Estados-Membros, assim como, a receção de peritos estrangeiros, sendo a ANPC a entidade responsável pela coordenação nacional (ANPC, 2016a).

O GIPS da GNR tem inscritos no Mecanismo “peritos credenciados pela UE, para apoio a incidentes de proteção civil que ocorram no espaço europeu ou no âmbito de resposta a pedidos de ajuda internacionais” (Tavares, 2014), dispondo assim de dez oficiais com os seguintes cursos de Proteção Civil do Mecanismo: dez cursos Community Mechanism Introduction Course (CMI), três cursos Operational Management Course (OMC), um curso Security Course (SEC) e um curso Assessment Mission Course (AMC) (CE, 2017).

---

<sup>70</sup> Traduzido de Boin et al. (2013, p. 01).



## **PARTE II – PARTE PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 5: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS**

#### **5.1. Método de abordagem da investigação e justificação**

Marconi & Lacatos definem o método como sendo “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (2003, p. 83). Por conseguinte, “os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 24), permitindo produzir conhecimento ou desenvolver e melhorar conhecimentos já existentes (Sarmiento, 2013). Assim, por forma a responder às exigências de um trabalho de investigação, usou-se como estrutura elementar deste trabalho o método dedutivo, por se considerar o mais adequado para o mesmo, permitindo obter conclusões essenciais a partir das opiniões dos diferentes entrevistados.

Deste modo, o método dedutivo parte “das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenómenos particulares (conexão descendente) ” (Marconi & Lacatos, 2003, p. 106), “baseando-se num raciocínio racional e lógico, que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 08). Com efeito, este método tem como finalidade explicar o conteúdo das suas premissas, devendo estas sustentar de modo completo a conclusão, sacrificando assim o desenvolvimento do conteúdo por forma a atingir a “certeza” (Marconi & Lacatos, 2003), sendo que a conclusão será sempre verdadeira, quando o raciocínio dedutivo for válido e as suas premissas verdadeiras. Assim, “a dedução não gera conhecimentos novos, uma vez que a conclusão é sempre um caso particular da lei geral” (Sarmiento, 2013).

## **5.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados**

No âmbito de qualquer trabalho de investigação é fundamental a aquisição de informação exata, fiável, válida e completa, sendo esta um conjunto de dados processados, por intermédio da interpretação do utilizador (Sarmiento, 2013). Por conseguinte, “os dados primários são pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica” (Sarmiento, 2013, p. 16).

Os “procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação” (Marconi & Lacatos, 2003, p. 166), assumem diferentes formas. Para tal, seguindo as normas e diretrizes expostas nas obras de Sarmiento (2013) e Quivy e Campenhoudt (2008), recorreu-se às seguintes fontes de dados e instrumentos de investigação, a entrevista e a análise documental, sendo esta última “produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas que podem ser contemporâneas ou retrospectivas” (Sarmiento, 2013, p. 27).

Quanto às entrevistas, estas assumem uma informação de natureza qualitativa, tendo sido usada uma análise categorial como técnica de análise do conteúdo. Esta “é uma técnica sistemática e replicável, que classifica e reduz o número de palavras de texto, em categorias do conteúdo, utilizando uma metodologia científica com regras de codificação” (Sarmiento, 2013, p. 53), passando os dados complexos e extensos da entrevista para dados de mais fácil interpretação e avaliação.

### **5.2.1. Entrevista**

A utilização de entrevistas permite complementar as leituras e vice-versa, na medida em que são responsáveis por “revelar determinados aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 69). Para além disso, as entrevistas “permitem obter um conjunto de informações através de discursos individuais ou de grupo. Contrariamente ao inquérito por questionário há um contacto direto falado entre o investigador e os seus interlocutores” (Sarmiento, 2013, p. 30).

A escolha da entrevista teve por base “uma maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos, etc (...) [bem como] a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos” (Marconi & Lacatos, 2003, p. 198). No

entanto, é fundamental que a entrevista “decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas e demasiado precisas (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 70).

De acordo com este trabalho de investigação, a utilização da entrevista tornou possível “explorar um domínio e aprofundar o seu conhecimento através da inquirição presencial a um ou mais indivíduos” sendo que “os conteúdos são mais ricos em informação (Sarmento, 2013, p. 28). Assim, este método adequa-se inteiramente ao presente trabalho de investigação que tem como finalidade a “análise de um problema específico: os dados do problema, os pontos de vistas presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 193).

Por conseguinte, as entrevistas foram estruturadas através de um guião de entrevista construído a partir das QD<sup>71</sup> do trabalho de investigação, que se apresenta como “um instrumento para a recolha de informações na forma de texto” (Sarmento, 2013, p. 31), tendo-se optado pela utilização de uma entrevista diretiva, em que o entrevistado não pode fugir às perguntas que lhe são apresentadas, respondendo só ao que lhe é perguntado, através de um guião previamente construído e cuidadosamente planeado (Sarmento, 2013). Assim, é sempre importante manter a dinâmica da entrevista e conduzir a mesma para os objetivos estabelecidos, devendo o entrevistador manter sempre uma intervenção da forma mais aberta possível, por forma a encaminhar o entrevistado para assuntos que possam assumir especial importância para o tema em questão (Quivy e Campenhoudt, 2008).

A validação da entrevista inicial deve ser efetuada recorrendo a quatro especialistas no mínimo, com o intuito de obter uma correta formulação das perguntas e conformidade com os objetivos de investigação (Sarmento, 2013). Para tal, a validação foi realizada pelo Professor Doutor Henrique Santos, pela Sr.<sup>a</sup> Patrícia Gaspar, pelo Tenente-Coronel (TCor) Tavares, pelo TCor Delgado e pelo Capitão (Cap) Quelhas, cujos contributos possibilitaram a modificação de alguns pontos importantes do guião de entrevista inicial, tal como apresentado no Apêndice B. Deste modo, esta validação permitiu adicionar questões pertinentes para o tema em questão, reorganizar a ordem das mesmas por forma a obter uma sequência lógica, bem como proceder à reconstrução frásica de algumas questões.

Após se proceder à validação da entrevista inicial, foi efetuado um pré-teste “a pelo menos duas pessoas da amostra, para eventualmente ajustar o guião de entrevista”

---

<sup>71</sup> Cfr. apresentado no Apêndice A.

(Sarmiento, 2013, p. 35), designadamente ao TCor Tavares e ao Cap Quelhas, finalizando com um guião definitivo onde são inseridas as alterações propostas (Sarmiento, 2013).

### **5.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados**

Os dados consistem em “valores discretos, que são registados, podem ser relacionáveis entre si e dizem respeito a uma entidade ou evento” (Sarmiento, 2013, p. 16). A escolha dos métodos de recolha dos dados é terminante, no que diz respeito aos resultados do trabalho em questão, sendo que os métodos de recolha e os métodos de análise se complementam entre si, devendo ser escolhidos em conjunto, em função dos objetivos da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Por conseguinte, a recolha de dados dividiu-se em duas fases: a análise documental, de grande importância para a investigação em si, dado que todo o enquadramento teórico se baseia em diversos documentos extraídos de diferentes suportes, provenientes de vários autores (Sarmiento, 2013), e a entrevista já mencionada anteriormente. A recolha de dados para a análise documental foi realizada na sede da ANPC e nas bibliotecas da AM, da Escola da Guarda, do Instituto Universitário Militar e na biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. A pesquisa bibliográfica foi complementada com dados existentes em fontes abertas na internet, nomeadamente na recolha de diplomas legais e informação de relevo para o tema em questão, assim como, no acesso a outras plataformas eletrónicas como é o caso da EBSCOHOST e do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. A recolha de dados através das entrevistas foi realizada de forma presencial e individual, desenvolvendo-se por todo o território nacional, em consequência da amostra<sup>72</sup> de indivíduos a entrevistar se encontrar dispersa, como é o caso da ANPC, do RSB, do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), e das diferentes estruturas operacionais do GIPS distribuídas a nível nacional. A execução das entrevistas decorreu no período de 06 de março a 07 de abril de 2017.

### **5.4. Amostragem: composição e justificação**

Após definir os tipos de recolha de dados utilizados, importa agora caracterizar o processo de amostragem utilizado neste tipo de investigação, sendo que, apenas através dos

---

<sup>72</sup> A amostra “é um subconjunto não vazio dos indivíduos pertencentes a uma população” (Sarmiento, 2013, p. 75).

elementos que constituem um determinado conjunto, é que poderemos aceder a informações úteis e precisas (Quivy e Campenhoudt, 2008). A escolha de tal processo deve ter em conta uma amostra final que seja representativa da população<sup>73</sup> (Sarmiento, 2013).

Assim, após ser constituído “o método mais adequado, e depois de explicitados os seus objetivos específicos, a primeira questão a colocar é: “Quem inquirir?” (Ghiglione & Malaton, 2001, p. 25). Deste modo, importa identificar a população que representa interesse para a investigação, assim como escolher um conjunto específico de pessoas (amostra) a inquirir dentro dessa população (Ghiglione & Malaton, 2001).

Com efeito, pretendendo-se determinar uma amostra representativa com características idênticas às da população, e sabendo que a inquirição de todos os membros de uma população seria demasiado exaustiva (Ghiglione & Malaton, 2001), o presente trabalho de investigação dividiu-se segundo dois grupos essenciais de Entrevistados (E)<sup>74</sup>, o Grupo A (tabela n.º1) constituído pelos comandantes, entidades e Oficiais de Ligação (OL) da Proteção Civil, e o Grupo B (tabela n.º 2) constituído pelos oficiais da GNR com formação no Mecanismo.

A divisão em dois grupos tem por base uma clara separação entre os oficiais da GNR com experiência no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, que por sua vez pertencem ou já pertenceram ao GIPS (grupo B), e outras entidades (grupo A) com ou sem formação no âmbito do Mecanismo, mas que representam grande importância para a estrutura da Proteção Civil em Portugal, nomeadamente na sua relação com a GNR. Na constituição deste grupo é de realçar a presença do CONAC, cargo mais elevado da estrutura nacional da Proteção Civil, o Adjunto de Operações Nacional, entidade com mais experiência no Mecanismo em Portugal, tendo desempenhado funções de representante da ANPC no Mecanismo, o comandante da FEB, com alguma experiência em missões de natureza operacional, e o OL da GNR com a ANPC. No grupo B, para além dos oficiais com cursos de Proteção Civil do Mecanismo, a amostra destaca-se pela presença do antigo comandante do GIPS, que desempenha agora funções como 2º CONAC, e do comandante do RSB, anteriormente no cargo de 2.º comandante do GIPS.

Assim, este estudo foi constituído por uma amostra de onze entrevistados, como se pode verificar nas tabelas expostas no Apêndice E.

---

<sup>73</sup> A população define-se como “o conjunto de indivíduos (pessoas, objetos, empresas, equipamentos, entre outros) com uma ou mais características comuns, que se pretende analisar ou inferir” (Sarmiento, 2013, p. 71).

<sup>74</sup> Cfr. apresentado no Apêndice E.

### **5.5. Procedimentos e ferramentas de recolha de dados e análise**

Todo o processo envolvente na realização das entrevistas acompanhou um conjunto de etapas por forma a garantir uma melhor preparação das mesmas, assumindo esta preparação um momento essencial da investigação na medida em que exige certas medidas, entre as quais, ter em consideração o planeamento de uma entrevista com vista a alcançar um determinado objetivo, conhecer previamente a entidade que vamos entrevistar, e garantir uma preparação específica na organização de um guião constituído por questões pertinentes e importantes para a investigação em questão (Marconi & Lacatos, 2003).

Com efeito, foi previamente enviado aos entrevistados por meio de correio eletrónico um guião de entrevista (Apêndice C) e uma carta de apresentação (Apêndice D), com a finalidade de enquadrar os entrevistados com o tema em questão, bem como os objetivos e a finalidade da investigação. Devendo as respostas “ser anotadas no momento da entrevista, para maior fidelidade e veracidade das informações” (Marconi & Lacatos, 2003, p. 200), todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização do entrevistado em causa por meio de dois dispositivos eletrónicos em simultâneo.

## **CAPÍTULO 6:**

### **ANÁLISE DE RESULTADOS**

#### **6.1. Introdução**

No presente capítulo são analisados e interpretados os dados recolhidos a partir da transcrição das entrevistas. Para tal, utilizou-se uma análise estatística das respostas dos entrevistados<sup>75</sup>, tendo por base o Apêndice F que diz respeito à codificação numérica dessas respostas, partindo de diferentes segmentos de resposta (Seg.) de acordo com a frequência das mesmas, para os quais foi utilizada uma cor diferente por forma a facilitar a sua compreensão. Desta forma, foi possível elucidar e sintetizar o conteúdo exposto no Apêndice G referente às ideias principais das respostas dos entrevistados a cada uma das questões.

##### **6.1.1. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 1**

No que diz respeito às respostas à questão n.º 1: **“Qual a sua experiência no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, doravante designado por Mecanismo?”**

Tendo por base os dados expostos na tabela n.º 3 (Apêndice H) podemos verificar que 81% das pessoas entrevistadas possuem experiência no Mecanismo com base na formação em diversos cursos, sendo o CMI e o OMC os cursos mais comuns. Para além disso, apenas 18% mencionam ter experiência no que diz respeito ao programa de formação do Mecanismo; de acordo com o E3 que possui “uma experiência associada em termos de coordenação do programa de formação do Mecanismo (...) a ANPC também é a entidade responsável pelo programa de formação, promovendo a nomeação de peritos (...)”. Com a mesma frequência (18%), afirmam que acompanharam o crescimento do Mecanismo. Deste modo, segundo o E2 “a minha experiência é longa, pois tive o privilégio de acompanhar os primeiros passos que o Mecanismo deu desde a sua criação”, e, na mesma perspetiva, o E3

---

<sup>75</sup> Cfr. apresentado no Apêndice H.

refere que “a minha experiência é mais no âmbito político sendo que acompanhei a revisão da legislação que enquadra o Mecanismo (...)”.

Dos entrevistados, 36% já participaram no intercâmbio de peritos no âmbito do Mecanismo. O E8 destaca a sua “participação como trainer, ou seja, perito, em exercícios no âmbito do Mecanismo, avaliando e orientando outras forças de proteção civil”, assim como o E6 mencionando uma “troca de peritos com a Alemanha, e (...) com a Espanha. (...)”. Para além deste intercâmbio de peritos, 27% refere ter participado em exercícios de proteção civil no quadro do Mecanismo, aspeto destacado pelo E9 que já participou “como observador num exercício USAR no âmbito do Mecanismo, na Dinamarca, Langvang em dezembro de 2016”.

Verifica-se que apenas 9% dos entrevistados já participaram numa missão de natureza operacional, no qual o E4 realça a sua intervenção na “mobilização do módulo da FEB para o Chile recentemente (...)”. Na mesma percentagem (9%) evidenciam uma participação como ponto de contacto de Portugal no Mecanismo. De acordo com o E2 “fui representante da ANPC perante Portugal no comité de gestão do Mecanismo na UE, e fui o ponto de contacto de Portugal junto do Mecanismo”. Além disso, somente 9% destacam uma participação como responsável pela gestão dos módulos do GIPS no âmbito do Mecanismo.

Ainda, 9% mencionam não ter qualquer experiência no que diz respeito ao Mecanismo, ao que o E5 refere que “eu não tenho experiência alguma naquilo que diz respeito ao Mecanismo em si e na sua ativação ou como intervém (...)”.

Expostas as percentagens, verifica-se que, em toda a amostra, apenas um dos entrevistados não possui qualquer experiência no âmbito do Mecanismo. Relativamente aos outros resultados, esta experiência é na sua maioria representada pelos cursos de formação de peritos derivados do Programa de Formação do Mecanismo, pelo intercâmbio de peritos entre forças de proteção civil, e pela participação em missões de natureza operacional e em exercícios de proteção civil entre as diferentes entidades. Além disso, alguns entrevistados referem que a sua participação se estende desde a coordenação do Programa de Formação até à gestão dos MPC.

### **6.1.2. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.1**

Relativamente às respostas à questão n.º 2.1: **“Concorda que Portugal, enquanto Estado-Membro, ao longo destes anos tem assegurado uma resposta de qualidade, pelos compromissos assumidos?”**



Relativamente aos dados retirados da tabela n.º 4 (Apêndice H) verifica-se que 91% dos entrevistados concordam que Portugal tem assegurado uma resposta de qualidade no âmbito do Mecanismo, sendo que 45% destaca essa qualidade referindo o E11 que a partir de “um trabalho de muita devoção e muita entrega, com um forte teor de reconhecimento dos países afetados, Portugal tem recolhido os frutos da qualidade do trabalho desenvolvido.” Partindo deste “forte teor de reconhecimento” 27% consideram que existe um reconhecimento de Portugal no exterior, verificando-se que 72% dos entrevistados declaram que Portugal possui capacidade e tem-se afirmado pela positiva, seja em missões de natureza operacional, mencionando o E1 que “exemplo de uma excelente resposta, foi o último pedido no âmbito do Mecanismo (...) na ajuda do Chile”. O E2 reforça esta ideia indicando que “sempre que Portugal esteve presente nas missões desencadeadas no âmbito do Mecanismo, conseguiu sempre deixar uma excelente impressão daquilo que foi o trabalho feito”.

Reforçando a resposta de qualidade, 18% dos entrevistados reforçam que Portugal tem assumido um contributo importante a vários níveis no âmbito do Mecanismo, ao nível da preparação e ao nível da intervenção em missões de proteção civil, assegurando o E6 que “seja em missões, seja em exercícios, não só na participação como na preparação temos dado um bom contributo”. No que diz respeito a esta preparação, ou seja, cursos de formação no quadro do Mecanismo, apenas 9% salientam que “ao nível da formação temos estado na linha da frente”, segundo o E3. Para além disso, 9% enunciam que a participação de Portugal se traduz em patamares de eficiência e profissionalismo, afirmando o E2 que “tudo aquilo que temos feito no quadro do Mecanismo, quer em termos da ajuda que temos prestado, quer em termos do acolhimento da ajuda que temos recebido tem-se pautado sempre por patamares de eficiência e profissionalismo (...)”.

Por outro lado, 18% refere que atualmente existe alguma necessidade de recursos, referindo o E9 que Portugal “poderia ter um papel mais interventivo, se tivesse mais e diversificados recursos, de modo a conseguir disponibilizar ajuda mais diferenciada em diferentes áreas”. A par desta necessidade, 9% dos entrevistados destacam uma escassa listagem de módulos inscritos no Mecanismo e na *voluntary pool*.

Assim, pode-se concluir que a resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo tem sido seguramente uma resposta de qualidade contando com um forte reconhecimento do exterior, através das capacidades de prevenção e preparação, assim como dos resultados positivos extraídos dos exercícios e das missões de natureza operacional onde Portugal participou. Contudo, é importante salientar que existem alguns pontos a serem corrigidos,

como é o caso da necessidade de recursos logísticos e da possibilidade de mais módulos serem inscritos.

### 6.1.3. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.2

Nos dados recolhidos nas respostas à questão n.º 2.2: **“Quais considera ser as ações e atividades fundamentais para desenvolver e potenciar as capacidades de resposta de determinada entidade no âmbito do Mecanismo?”**

Tendo por base os dados expostos na tabela n.º 5 (Apêndice H) constata-se que 81% dos entrevistados consideram que a aposta no treino e formação é uma ação fundamental a desenvolver, afirmando o E8 que “é fundamental que os responsáveis tenham formação no âmbito do Mecanismo, acima de tudo para perceber o seu enquadramento”. O E11 fortalece esta ação referindo que devem existir “elementos habilitados com diversos cursos e formações no âmbito do Mecanismo”. Ainda, com a mesma percentagem (81%) destacam a participação em exercícios de proteção civil no âmbito do Mecanismo como uma das principais atividades a desenvolver, indicando o E9 que deve existir uma “participação em exercícios (...) de modo a testar as capacidades dos seus Módulos inscritos, a capacidade e competência dos seus técnicos, assim como, a adequabilidade dos seus recursos logísticos (...)”.

Por conseguinte, a potenciação dos recursos e capacidades de cada entidade é mencionado por 54%, sendo que “os materiais e equipamentos têm que ser os ideais para os diferentes teatros de operações”, segundo o E8. O E2 por sua vez afirma ser importante “potenciar os recursos e as capacidades que já existem em cada entidade (...), neste caso em concreto para a cooperação no âmbito do Mecanismo”.

Dos entrevistados, apenas 9% referiram a sensibilização da população “para que as pessoas saibam que isto existe e como funciona o Mecanismo, é meio caminho andado para que a nossa participação se possa pautar pelas regras e critérios de eficiência, da qualidade e do profissionalismo”, de acordo com o E2. No entanto, 18% mencionaram que deve ser estabelecida uma articulação mais direta entre as entidades por forma a garantir a interoperabilidade. Relativamente a essas entidades, o E6 salienta a possibilidade de “haver interligação entre elas, para numa situação real existir capacidade de interoperabilidade”. Não obstante, o E3 refere que se deverá “encetar uma articulação mais direta com estas entidades no sentido de lhes explicar quais são as vantagens destes módulos”. Esta explicação relacionada com uma maior divulgação dos módulos é apenas mencionada por

18% que segundo o E4 “a própria divulgação desses módulos ao nível das entidades deveria ser maior (...)”.

Estatisticamente, 36% descrevem o intercâmbio e a partilha de informações entre entidades como uma ação importante a desenvolver. Deste modo, o E11 refere a possibilidade de “aumentar as dinâmicas de interajuda e intercâmbio de conhecimentos”, sendo reforçado pelo E9 mencionando a “participação em intercâmbios e visitas com caráter didático e formativo a outras entidades (de diferentes estados-membros), com vista a partilhar experiência e ganhar conhecimento nesta área”. Por último, somente 9% dos entrevistados indica a dinamização de auditorias para verificar as condições dos módulos inscritos, como atividade a reforçar.

Tendo em conta as percentagens em causa, conclui-se que existe um grande número de ações e atividades a desenvolver, por forma a melhorar as capacidades de resposta de qualquer entidade integrante no Mecanismo. Estas ações baseiam-se essencialmente numa melhoria dos recursos de cada entidade, e na aposta do treino, da formação e de exercícios conjuntos entre diferentes agentes de proteção civil, garantindo assim o intercâmbio e a partilha de informações que por sua vez irá permitir uma melhor atuação num determinado teatro de operações.

#### **6.1.4. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 2.3**

Relativamente às respostas à questão n.º 2.3: **“Considera que poderão ser implementadas medidas ou ações, no futuro, para melhorar a participação de Portugal no âmbito do Mecanismo?”**

De acordo com os dados recolhidos e apresentados na tabela n.º 6 (Apêndice H) observou-se que através de 63% dos entrevistados, a medida ou ação mais referida é a criação e registo de mais módulos de proteção civil. De acordo com o E2 Portugal deveria “potenciar o registo de mais módulos para que constem na base de dados do Mecanismo”. Na mesma perspetiva o E3 menciona que “consegue-se perfeitamente criar módulos partilhados e passíveis de ser inscritos no CECIS”.

Dos entrevistados, 27% mencionam que devem ser criados procedimentos e mecanismos internos para aumentar a celeridade de todo o processo de resposta no âmbito do Mecanismo. Com efeito, o E1 por exemplo refere que poderão ser criadas “formas mais expeditas de fazer essa acreditação e não criar uma burocracia tão pesada do ponto de vista da ativação do Mecanismo (...)”, a partir da criação dos módulos. Além disso, 18% sugerem

a participação de Portugal na *voluntary pool* (CERE), mencionando o E3 a opção de “avaliar a capacidade ou possibilidade dos módulos já existentes poderem ser inscritos na *voluntary pool*”.

A aposta na prevenção, promovendo e reforçando a participação em ações de formação, treinos e exercícios, é referida por 72%. Na perspetiva do E9 é importante “promover formação interna para as diferentes entidades, replicando a formação específica ministrada pela Comissão Europeia nesta área”. Também, nesta perspetiva, o E6 destaca que é essencial que haja treino, exercícios, (...) ações voltadas para o treino e para a formação contínua”.

Verifica-se que apenas 9% dos entrevistados considera que a divulgação e sensibilização a nível interno constitui uma medida importante a implementar. Deste modo, o E4 destaca a necessidade de “uma maior divulgação a nível interno das nossas estruturas”. Com a mesma percentagem (9%), enunciaram que a sensibilização da população representa um aspeto importante, referindo o E5 que “a prevenção civil somos todos nós e cada um de nós não deixa de ser um agente de proteção civil, sendo que as pessoas devem estar sensibilizadas”.

Estatisticamente, 18% destacam a cooperação e interoperabilidade entre os agentes de proteção civil. O E8 por exemplo menciona que “a cooperação e interoperabilidade entre os agentes de proteção civil é também fundamental”. Com uma percentagem idêntica (18%), referem que é essencial investir num reforço dos meios de proteção civil. Então, o E9 expõe a criação de “um fundo anual específico a que cada entidade pudesse concorrer, de modo a poder adquirir novos equipamentos ou outros materiais”.

Dos entrevistados, 9% menciona apenas que “isto é uma gestão e uma coordenação que está a cargo da ANPC”, segundo o E10. Com um valor semelhante (9%), destacam a importância de “promover auditorias internas, para verificar o estado atual dos módulos inscritos de todas as entidades”, tal como refere o E9.

De uma forma geral, as frequências expostas indicam que a participação de Portugal no Mecanismo poderá ser melhor, consoante a criação ou melhoramento de certas medidas ou ações indicadas pelos entrevistados. Destas, destacam-se a criação e registo de um maior número de MPC, entre os quais os módulos partilhados, bem como a aposta nas atividades de prevenção, como é o caso da realização de ações de formação e de exercícios entre as diferentes entidades participantes no Mecanismo. Estas atividades irão, de alguma forma melhorar a cooperação e a interoperabilidade entre agentes de proteção civil.

### 6.1.5. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.1

Quanto à análise realizada às respostas alusivas à questão n.º 3.1: **“Considera que o GIPS se encontra bem preparado e tem assumido de forma eficaz os compromissos assumidos no âmbito do Mecanismo, ainda que nunca tenha sido ativado para missão de natureza operacional?”**

Segundo os dados apresentados na tabela n.º 7 (Apêndice H), constata-se que a totalidade dos entrevistados (100%), considera que o GIPS se encontra bem preparado e pronto para intervir no âmbito do Mecanismo. Neste âmbito, o E3 afirma que o GIPS “estará naturalmente bem preparado para assumir uma resposta internacional eficaz”. Na mesma ótica, o E8 ressalta que “o GIPS está pronto para intervir com militares capazes, independentemente de ainda não ter sido chamado para uma situação real”. O E4 menciona, ainda, que “se essa estrutura operacional for envolvida num desses incidentes (...), estará com certeza preparada (...) irá fazer um trabalho adequado e tecnicamente bem executado”.

Ainda, 54% salientam a atividade de excelência que o GIPS tem conseguido ao longo dos últimos anos através da sua participação, de acordo com o E2 “está muito bem preparado e tem tido uma participação muito eficaz, gradual e sustentada no Mecanismo (...)”. O E8, por sua vez, refere que “em todos os exercícios que o GIPS participou ficamos todos muito bem”. Com efeito, na proporção de 27%, destacaram a estrutura militar do GIPS como uma mais-valia. Na perspetiva do E3 “existe uma grande vantagem sendo que é uma estrutura militar, sendo que na minha opinião pessoal é uma mais-valia, para além de que estarão bem organizados”. Não obstante, o E5 destaca como mais-valia o facto de ser uma força de natureza militar altamente disciplinada, bem organizada, hierarquizada e com disponibilidade permanente”. Ainda neste seguimento, o E11 realça as capacidades do GIPS, “dado que tem uma natureza militar, sendo uma força que garante as vertentes de *safety* e de *security*”.

Verifica-se que de acordo com 72% os militares do GIPS possuem o equipamento adequado e estão altamente treinados, ao que o E9 refere que “o GIPS atualmente possui os recursos humanos e equipamentos técnicos necessários para projetar os seus módulos a qualquer momento, caso sejam ativados”. O E4 reforça este aspeto, mencionando que o GIPS “tem o equipamento adequado e terá com certeza as pessoas com a formação adequada”. Por conseguinte, 36% vem destacar que a formação proporcionada ao GIPS tem sido bem aplicada, segundo o E5 “uma taxa de sucesso que anda na ordem dos 90%, e isso

só por si pode muito bem funcionar como uma avaliação à capacidade de resposta e ao aprontamento do GIPS para este tipo de necessidades”.

Contudo, 18% dos entrevistados afirmam existir uma necessidade de aquisição de melhores equipamentos, descrevendo o E6 uma “necessidade de se efetuar ajustamentos e algumas aquisições do ponto de vista logístico”. Outra necessidade apontada consiste na formação de mais militares do GIPS, a qual foi mencionada pela mesma percentagem (18%). Neste seguimento, o E9 indica a possibilidade de “mais formação no âmbito da coordenação e gestão operacional, no quadro da assistência internacional”.

Observando as frequências em causa, observa-se que o GIPS se encontra bem preparado para intervir numa missão de proteção civil no âmbito do Mecanismo, com militares bem treinados e com o equipamento adequado. Apesar de ainda não ter participado em nenhuma missão de natureza operacional, já conta com participação em exercícios e com formação, tendo conseguido resultados bastante positivos. Com efeito importa referir a sua estrutura de natureza militar, que consegue garantir simultaneamente as vertentes do *safety* e do *security*.

#### **6.1.6. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.2**

Nos dados recolhidos nas respostas à questão n.º 3.2: **“Considerando a natureza (safety & security) do GIPS entende que este constitui uma mais-valia para o Mecanismo?”**

De acordo com os dados recolhidos e apresentados na tabela n.º 8 (Apêndice H), observa-se que 63% consideram as vertentes do *safety* e do *security* do GIPS uma mais-valia para o Mecanismo. Segundo o E4, “sim, claramente. (...) há missões específicas que importa garantir estas duas vertentes”, assim como o E11 mencionando que é “claramente uma mais-valia. Os cenários de catástrofe estão muitas vezes de mão dada com situações de insegurança e criminalidade, existindo sempre uma grande janela de oportunidade para a desordem pública.”. Ainda, o E1 refere que “é sempre uma mais-valia, o facto de uma entidade como o GIPS ter estas duas valências (...)”. No entanto, 27% salientam que apenas será uma mais-valia desde que bem enquadrada; de acordo com o E2 “num contexto com uma componente securitária mais forte, como é o caso do Haiti, isso se calhar era uma vantagem (...) pode ser uma mais-valia desde que bem enquadrada”. Por outro lado, 36% referem que a questão de atuarem armados pode ser um constrangimento. Deste modo, o E3 indica que “numa missão destas de natureza humanitária, não são permitidas a entrada de

armas”. Reforçando este aspeto, o E2 realça que “numa missão internacional de combate a um incêndio florestal, eu tenho dúvidas que deixassem os militares do GIPS atuar armados”.

Dos entrevistados, 27% afirma que a vertente do *safety* deve estar mais destacada que o *security*. Veja-se o E5 referindo que “(...) o empenhamento do GIPS no Mecanismo é feito estritamente na vertente do *safety*”. Na mesma ótica, relativamente às missões operacionais, “na maioria delas estamos a falar no âmbito do Mecanismo, do *safety* e não do ponto de vista do *security*”, segundo o E1. Todavia, uma percentagem de 63% considera que estas vertentes funcionam de forma complementar permitindo ao GIPS uma resposta mais completa. Assim, o E11 afirma que “a dupla valência de *security* e *safety* permite ao GIPS dar uma resposta mais completa do ponto de vista de garantir a segurança e conseguir intervir em cenários de catástrofe”, do mesmo modo que o E8 indicando que “uma força que vai para um determinado cenário para além do *safety* tem de o complementar com o *security*, e o GIPS tem essa capacidade”. Por conseguinte, 18% descrevem que tendo em conta estas duas vertentes, os seus militares “estariam sempre mais bem preparados, (...) e se calhar poder ter uma tomada de decisão diferente”, segundo o E3.

A necessidade de segurança é destacada apenas pelo E10, referindo este que “para que as forças atuem é fundamental que haja condições de segurança”. A mesma percentagem (9%) declara que “os militares do GIPS têm vasto conhecimento e uma larga experiência na vertente da segurança”, de acordo com o E5. Também, 9% constata que “o GIPS tem capacidade de ser uma força autossustentável no âmbito do Mecanismo”, segundo o E8.

Apenas 9% menciona que “não existe um consciente conhecimento das verdadeiras capacidades do GIPS”, tal como referido pelo E9.

Por último, 9% declara que a questão do *security* fora do nosso país não é uma mais-valia, referindo o E7 que “o exercício da competência de segurança (*security*), nunca pode ser exercida em território não nacional, pelo que nós nunca vamos armados”.

Concluindo, de acordo com os dados recolhidos, os cenários de catástrofe são cada vez mais afetados pela insegurança e desordem pública, sendo que a dupla valência do *safety* e *security* constitui no geral uma mais-valia para uma força como o GIPS, conseguindo assim uma resposta mais completa, garantindo a segurança e ao mesmo tempo intervindo em cenários de catástrofe, através de missões de proteção e socorro. Contudo, esta vertente da segurança terá de ser bem enquadrada e estudada pelo Mecanismo, na medida em que a atuação de forças de proteção e socorro armadas poderá ser um constrangimento para uma missão de proteção civil de natureza humanitária.

### 6.1.7. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 3.3

De acordo com os dados retirados das respostas à questão n.º 3.3, direcionada apenas aos oficiais da GNR com formação no Mecanismo: **“Apenas para os oficiais da GNR com formação no Mecanismo: Como se tem processado a participação do GIPS no âmbito do Mecanismo, assim como, em que tem consistido a sua preparação ao longo destes anos para poder ser ativado a qualquer momento?”**

Tendo por base os dados expostos na tabela n.º 9 (Apêndice H) constata-se que 100% dos entrevistados enunciam a participação do GIPS em exercícios no âmbito do Mecanismo. De acordo com o E9, “o GIPS tem participado em alguns exercícios efetuados no âmbito do Mecanismo (...). Atualmente encontra-se a preparar um exercício USAR, que vai ter lugar em Portugal, em Junho de 2017 – Modex Falck”; também o E10 menciona que “em termos operacionais nunca fomos empenhados mas em termos de exercícios já fomos empenhados diversas vezes”.

Com a mesma percentagem (100%) evidenciam a formação e a frequência de cursos. Segundo o E8 “a formação do Mecanismo começou a alargar-se para um maior número de militares (...)”; na mesma linha de pensamento, o E10 refere que “os oficiais do GIPS têm tido formação no âmbito do Mecanismo para perceber o seu funcionamento, ficando credenciados como peritos”. Por conseguinte, somente 16% referem que “a preparação do GIPS passa pelo seu treino contínuo e diário para melhorar a sua eficiência operacional”, citando o E9.

Relativamente ao contacto com diferentes entidades e ao intercâmbio de conhecimentos, é apenas mencionado por 16% dos entrevistados. Desta forma, segundo o E11 deve existir um “contacto com diferentes entidades, o intercâmbio de conhecimentos e visualizar diferentes realidades. Isto acaba por criar dinâmicas bastante positivas, permitindo ter contacto e interação com elementos de diferentes áreas (...)”. Além disso, 33% referem que foram adquiridos equipamentos; conforme o E9 “encontramo-nos também a efetuar algumas aquisições logísticas para dotar o Módulo de condições mais propícias para a projeção da força”. Ainda, o E9 destaca o início de um processo de certificação de um módulo médio de USAR, contribuindo assim “para melhorar e dar um salto muito qualitativo na resposta do GIPS em caso de catástrofe”.

Considerando as percentagens em causa, pode-se concluir que a participação do GIPS no Mecanismo resulta essencialmente das suas atividades de preparação perante uma possível ativação resultante do Mecanismo. Esta preparação tem por base uma regular



participação do GIPS em exercícios de proteção civil, destacando a organização de exercícios de proteção civil em território nacional no quadro do Mecanismo, bem como as ações de treino especializadas para os MPC, e a participação na formação e frequência de cursos de proteção civil, existindo já um número representativo de peritos com os mesmos. Importa também referir a aquisição de recursos logísticos, melhorando assim a sua capacidade de projeção e atuação.

#### **6.1.8. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 4.1**

Quanto à análise realizada às respostas alusivas à questão n.º 4.1: **“Como se processa a ativação das forças para os cenários de catástrofe?”**

De acordo com os dados expostos na tabela n.º 10 (Apêndice H), verifica-se que 91% dos entrevistados enunciaram o normal processo de ativação em caso de catástrofe no âmbito do Mecanismo, tal como foi explicado no presente trabalho. Com efeito, o E1 menciona que “é recebido o pedido de assistência internacional no sistema CECIS (...)”, e por sua vez, “o Mecanismo através do CCRE difunde esse pedido de apoio para todos os países e esse respondem se são ou não voluntários”, de acordo com o E6. Por conseguinte, o E7 menciona que “a partir daí, é o Mecanismo que faz a articulação e a agilização para que tudo chegue ao teatro de operações”. Para além disso, 36% menciona que a decisão final é sempre política, ao que o E2 refere que “(...) temos de ter sempre luz verde da tutela pois há uma análise, uma avaliação política que é feita daquilo que são os interesses nacionais”. Do mesmo modo, o E11 salienta que “todo este processo passa muito por uma escolha política, da tutela (...)”. Ainda 27% descrevem que poderão ser enviados peritos para além das forças; de acordo com o E8 “o Mecanismo tem uma pool de peritos com funções específicas e com formação (...) com o objetivo de preparar o terreno para a receção das forças (...)”, e, na mesma linha de pensamento, o E1 refere que “no caso do Chile, tivemos dois pedidos: um pedido de forças, isto é do módulo que estava inscrito e também um perito para acompanhar a missão no âmbito da coordenação da operação”.

No que diz respeito à ativação, de acordo com 27%, esta poderá ser feita ao abrigo do Mecanismo, ou então ao abrigo de acordos bilaterais. Segundo o E7, “já aconteceu, (...) Espanha pedir ajuda diretamente a Portugal no âmbito do acordo bilateral, não passando pelo Mecanismo”. Igualmente, de acordo com o E10, “o Mecanismo é que decide quem é que vai empenhar de acordo com os módulos. Contudo, isto não condiciona os acordos bilaterais que existem entre outros países”. Contudo, a gestão e coordenação de uma missão de

proteção civil é da responsabilidade da ANPC, segundo 18% dos entrevistados. Nesta perspetiva, o E2 refere que “cabe-nos a nós, ANPC, operacionalizar no terreno aquilo que de facto for decidido superiormente”.

Com a percentagem de 54%, ressaltaram que a escolha das forças recai sobre o módulo que possui as características adequadas para o tipo de apoio solicitado. O E10 refere que, “o Mecanismo é que decide quem é que vai empenhar de acordo com os módulos”. Neste seguimento, o E6 menciona que no caso do Chile, “a FEB avançou pois é a única entidade no país com o módulo necessário”. Todavia, para 9% é consecutivamente a mesma força escolhida para teatros internacionais. Segundo o E11, “(...) causando descontentamento da nossa parte e não havendo um maior reconhecimento no trabalho desenvolvido até agora. (...) sentimos claramente uma desvalorização enorme das potencialidades que representamos no seio internacional e nacional”.

Por último, na mesma percentagem (9%) menciona não possuir conhecimentos para responder a esta questão, referindo o E5 que “isto ultrapassa-me”.

Tendo em conta as percentagens em causa, denota-se que quase todos os entrevistados tem conhecimento do funcionamento do processo de ativação em caso de catástrofe ou acidente grave no âmbito do Mecanismo. Para além disso, foram mencionados aspetos importantes como é o caso do envio de peritos e da cooperação bilateral com outros países.

Importa ainda referir que a escolha das forças enviadas tem por base os módulos solicitados para determinado cenário, sendo referido que existe alguma desigualdade na escolha das forças escolhidas para as missões de natureza operacional.

#### **6.1.9. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 4.2**

No que diz respeito às respostas à questão n.º 4.2: **“Na sua opinião, não deveria existir um critério mais específico no que diz respeito à vertente da segurança, de acordo com os diferentes cenários?”**

Relativamente aos dados retirados da tabela n.º 11 (Apêndice H) observa-se que 36% destacam a importância da segurança dos elementos que atuam em cenários de catástrofe. O E5 menciona que “a vertente da segurança ao longo dos últimos anos tem sido o objetivo principal (...) a segurança dos elementos que atuam em cenários de catástrofe assume bastante importância”. Do mesmo modo o E2 refere que “a segurança tem um papel absolutamente preponderante”. Por conseguinte, 63% dos entrevistados salientam que esta

segurança deverá ser assegurada pelas autoridades locais, mencionando o E1 que “as equipas de socorro só devem entrar quando há efetivamente condições de segurança para esses operacionais intervirem”. Na mesma perspetiva, o E2 afirma que “a segurança é da responsabilidade da *host nation* (...) ou seja garantir que os países estão em condições de receber a ajuda humanitária, de receber forças de proteção civil (...)”. Todavia, apenas 9% considera que a segurança é da responsabilidade das equipas que participam neste tipo de cenário, ao que o E2 refere que “as equipas que seguem neste tipo de cenários são responsáveis pela sua própria segurança”.

Estatisticamente, 27% constatarem que isto é sempre uma questão complexa, dado que “isto mexe com questões do foro legal ou do foro da jurisprudência daquilo que é o direito internacional e que de facto não permite que determinadas coisas se façam acordo prévio”, segundo o E2. Por conseguinte, 18% dos entrevistados menciona que este “é um caminho que o próprio Mecanismo vai ter de fazer”, tal como refere o E6, ou seja, é uma responsabilidade do Mecanismo. Na mesma percentagem (18%), consideram que deve ser estudado o terreno e o cenário, por forma a decidir qual a força a avançar, segundo o E8 “o estudo prévio do terreno do teatro de operações para onde estamos a enviar a força, tem de ser feito convenientemente, por forma a decidir qual a força a avançar”. Ainda, apenas o E3 afirma que “a vertente de segurança é analisada sempre caso a caso, sendo que para cada situação este trabalho é feito no CNOS”.

Dos entrevistados, 27% referem que devem existir módulos com capacidade de oferecer condições de segurança. Com efeito, o E6 declara que “num futuro muito breve será colocada essa questão, de alguns módulos terem capacidade de dar condições de segurança à própria força (...)”. Na mesma ótica, de acordo com o E7 “deveria haver esse cuidado de mobilizar este tipo de módulo para um cenário onde de facto é necessário garantir a segurança das próprias pessoas”. Com uma percentagem semelhante (27%), concorda que o GIPS possui a capacidade de garantir as vertentes de *safety* e de *security*, sendo uma mais-valia. Assim, o E8 por exemplo refere que o GIPS “possui a capacidade de *safety* e de *security* na mesma força, e acima de tudo tem militares completos pois tem formação ao nível da proteção e socorro e ao nível de força de segurança”. Também o E10 destaca que “é uma mais-valia, nós (GIPS) já termos essa perspetiva em termos do security (...)”.

Por último, há 9% que coloca a possibilidade de haver uma criação de uniformidade entre as duas vertentes. Na perspetiva do E4 dever-se-ia “tentar criar uma uniformidade a esse nível e um conjunto de regras que possam ser aceites por cada país, mas sempre previamente negociado”.

Considerando as frequências apresentadas, a segurança constitui um aspeto complexo e de grande relevo a ter em consideração num qualquer cenário de emergência, principalmente no que diz respeito às forças que atuam em operações de proteção e socorro. Deste modo, apesar de o país afetado ser responsável pela segurança das forças empregues, poderiam ser adotadas certas medidas, desde um estudo mais incisivo do cenário para onde serão enviadas as forças, até à criação de módulos com capacidade para garantir a segurança das mesmas. Assim, o GIPS assume-se como uma força única e completa, com capacidade para garantir estas duas vertentes num cenário de catástrofe.

#### **6.1.10. Análise e discussão do resultado das entrevistas à questão 5**

Quanto à análise às respostas à questão n.º 5: **“Como considera a coordenação posterior da ANPC com os restantes agentes de proteção civil em Portugal, no âmbito do Mecanismo?”**

No seguimento dos dados obtidos e apresentados na tabela n.º 12 (Apêndice H), verifica-se que 63% dos entrevistados revelam que existe uma boa coordenação entre a ANPC e os restantes agentes de proteção civil. O E1 menciona que “essa coordenação é excelente”, e, na mesma perspetiva o E5 refere que a ANPC “tem feito um bom trabalho, sendo algo que é inquestionável e que é bem aceite por parte de todos os agentes de proteção civil”. No entanto, 36% salientam que esta cooperação tem vindo a crescer, aspeto destacado pelo E2 referindo que “existe ainda um longo caminho a percorrer”. Já o E6 menciona que existem “aspetos que espero que tenham tendência a melhorar e que no futuro exista um processo mais célere”. Para além disso, é destacada por 45% dos entrevistados, uma facilidade de articulação com todas as entidades. De acordo com o E7, existe “um processo de agilização bastante simples. Interagimos diretamente uns com os outros”. Não obstante, o E4 destaca a “facilidade de comunicação e eventualmente de mobilização”.

Dos entrevistados, 27% considera que a ANPC tem condições e as pessoas adequadas para desenvolver esse processo, como é o caso do E5, afirmando que “é importante que exista sempre uma entidade a coordenar, e neste caso concreto é a ANPC”. Por conseguinte, de acordo com 18%, “está previamente definido e está assegurado quem é que responde perante determinada circunstância”, segundo o E1.

Contudo, para 27% dos entrevistados esta coordenação é considerada desigual e não equitativa. Na perspetiva do E9, “no que respeita à nomeação para a formação específica, a escolha recai quase sempre para os mesmos (Estrutura da ANPC e Bombeiros), não sendo

dadas as mesmas oportunidades às outras entidades que participam também no Mecanismo”. Reforçando esta ideia, o E11 menciona que “em várias situações o GIPS não esteve em pé de igualdade com os restantes agentes de proteção civil, como foi o caso do Haiti e das forças enviadas para Espanha há cerca de dois anos”. Por sua vez, de acordo com 9%, “a transmissão da informação para outras entidades demora mais, sendo um processo complexo”, tal como refere o E6. Com a mesma percentagem (9%), sugerem a realização de reuniões periódicas com as entidades participantes pela ANPC. Deste modo, o E9 salienta que “deveria haver por parte da ANPC, reuniões mais periódicas de atualização e debate sobre o papel de Portugal no quadro de ajuda no âmbito do Mecanismo, com especial relevância para as entidades que participam ativamente no mesmo”.

Ainda, 18% dos entrevistados mencionam que deve existir uma participação de todas as entidades formadas nesta matéria, que segundo o E2, “essa participação é tão mais rica quanto mais participada for pelas outras entidades”. Na mesma opinião, para o E5 “os agentes de proteção civil têm que colaborar, e acima de tudo têm que se complementar, pois o sistema é um só e todos trabalham num objetivo comum”.

De acordo com as percentagens obtidas, constata-se que existe uma cooperação favorável entre a ANPC e os agentes de proteção civil em Portugal, que tem vindo a melhorar ao longo do tempo, permitindo assim uma boa articulação entre todos. No entanto, alguns entrevistados referiram que essa coordenação não é equilibrada, existindo alguma desigualdade para com outras entidades, assim como uma demorada transmissão de informação. Deste modo, deverá existir uma igual participação de todas as entidades com formação no âmbito do Mecanismo.

## **CAPÍTULO 7:**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

#### **7.1. Introdução**

No presente trabalho de investigação procurou-se analisar a importância do GIPS e como se tem processado a sua participação como entidade integrante do SNPC, no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

Assim, este capítulo surge após concluídas a parte I e II do presente trabalho, ou seja, o Enquadramento teórico e a Parte prática respetivamente, sendo apresentadas essencialmente as respostas às questões de investigação, tendo por base a análise documental e os dados recolhidos através das respostas dos entrevistados. Além disso, nesta parte final são expostas as reflexões finais e as limitações sentidas durante a elaboração do mesmo, sendo por fim apresentadas propostas para investigações futuras.

#### **7.2. Resposta às questões derivadas**

No que diz respeito à QD1: **“O que é o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e como funciona”?**

Estando a União Europeia cada vez mais exposta a catástrofes naturais e catástrofes de origem humana mais complexas, causando assim um enorme sentimento de insegurança para a sociedade e afetando gravemente a sua estrutura económica, surgiu a necessidade de criar o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, por forma a garantir uma maior prevenção e uma resposta mais eficaz a essas catástrofes, através de uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros da UE.

Anteriormente denominado por Mecanismo Comunitário de Proteção Civil, este Mecanismo destina-se a facilitar uma cooperação entre os Estados-Membros da UE no domínio da Proteção Civil, em situações de catástrofe ou de acidente grave que exijam uma resposta urgente. Assim, a criação do Centro de Coordenação de Resposta e Emergência (CCRE) com capacidade operacional para estabelecer uma ligação entre o Mecanismo e

todos os pontos de contacto dos Estados participantes na resposta a uma determinada catástrofe, da Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CERE) como uma reserva voluntária de capacidades de resposta constituída por módulos e peritos de proteção civil, do Sistema Comum de Comunicação de Informação de Emergência (CECIS) como plataforma de informação e comunicação entre todos os Estados-Membros, onde são registados todos os peritos e MPC, e do Programa de Formação essencial para a preparação dos peritos, através de diversos cursos de formação e do sistema de intercâmbio de peritos, vem estabelecer os pilares definidores do funcionamento deste Mecanismo.

Por conseguinte, qualquer país que seja afetado por um cenário de catástrofe ou acidente grave, poderá solicitar auxílio ao Mecanismo através de um pedido formal, que por sua vez, irá difundir este pedido aos países participantes no Mecanismo, para que estes analisem a assistência solicitada e informem quais as suas capacidades, através dos seus MPC inscritos. De seguida o CCRE irá informar o país afetado das ofertas dos países participantes, podendo este aceitar ou rejeitar as mesmas. Por último, se aceite, o CCRE é responsável por efetuar a articulação entre o país que faculta a assistência e o país que solicita a mesma, sendo o país afetado responsável por coordenar as operações no terreno.

**Face à QD2: “Qual a resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”**

Portugal já possui uma vasta intervenção no quadro do Mecanismo através dos seus agentes de proteção civil, desde a participação em diversos exercícios de proteção civil e em missões de natureza operacional, por intermédio dos diferentes MPC inscritos, estendendo-se à formação e ao intercâmbio de peritos.

Com base na sua participação, a resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo tem sido seguramente de qualidade contando com níveis de eficiência e profissionalismo, seja como país recetor de assistência internacional no acolhimento aos países prestadores dessa assistência, seja na sua intervenção com um ou mais MPC num determinado cenário de catástrofe em resposta a um pedido de ajuda do Mecanismo. Esta resposta de qualidade tem por base os resultados positivos alcançados aquando da sua prestação em missões como é o caso do Haiti em 2010 ou do Chile em janeiro de 2017, que permitiram assim um forte reconhecimento do exterior.

No entanto, para que essa resposta se mantenha, torna-se necessário desenvolver e aprimorar certos aspetos, potencializando portanto as capacidades de prevenção e resposta das entidades integrantes no Mecanismo. Com efeito, a aquisição e melhoria dos recursos logísticos das entidades, uma maior aposta em atividades de treino, formação, participação

em exercícios de proteção civil, e a criação e divulgação de um maior número de MPC, são fundamentais para melhorar o desempenho dos agentes de proteção civil em resposta a um determinado cenário de catástrofe, enriquecendo assim a resposta nacional no Mecanismo.

Relativamente à QD3: **“Quais as capacidades do GIPS, como está organizado e quais as suas mais-valias, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”**

Como subunidade operacional da UI da GNR, o GIPS distribui-se por Portugal Continental por intermédio dos seus 24 aquartelamentos, através das 7 CIPS e dos CMA dispersos por 12 distritos. O seu comando encontra-se sediado na sede da UI, integrando uma unidade de reserva operacional nacional que integra as diferentes especialidades do GIPS, a Base de Reserva de Alcária e o Subagrupamento de Montanha da Serra da Estrela.

O GIPS constitui-se como sendo uma força única com um elevado grau de prontidão e flexibilidade, com capacidade para garantir as suas atribuições como força de segurança e ao mesmo tempo, as atribuições no que concerne à vertente da proteção e socorro, como entidade integrante do SNPC. Para tal, o GIPS dispõe de um largo número de valências que o permitem atuar em diversas áreas da proteção e socorro, salientando a UEOS, a BRM, a BREC, a especialidade de Matérias Perigosas/ NRBQ e a sua capacidade de primeira intervenção aos incêndios florestais. Ainda, importa salientar a realização de ações de prevenção, bem como o seu apoio ao dispositivo territorial na execução de ações de patrulhamento e de fiscalização. Além das suas valências, esta força de proteção e socorro conta com militares altamente treinados e especializados em cada uma das valências mencionadas, possuindo uma especial capacidade de projeção de materiais e equipamentos, podendo ser empenhada em qualquer local atuando em diferentes cenários de catástrofe.

No âmbito do Mecanismo, o GIPS constitui-se como o agente de proteção civil em Portugal com o maior número de MPC inscritos, colocando assim à prova algumas das suas especialidades referidas, como é o caso do combate aos incêndios florestais, das matérias perigosas e da busca e resgate em meio urbano.

O GIPS encontra-se muito bem preparado para responder a uma eventual catástrofe no quadro do Mecanismo, possuindo equipamento sofisticado e militares bem preparados. A sua dupla valência do *safety* e *security* constitui sem dúvida uma mais-valia para o Mecanismo, na medida em que lhe garante uma resposta mais completa, pois detém a capacidade para garantir a segurança do local e ao mesmo tempo intervir em ações de proteção e socorro, sendo este o seu *core-business*. Assim sendo, a estrutura militar do GIPS



ostenta uma mais-valia, constituindo-se como uma força organizada, altamente disciplinada e com disponibilidade permanente.

No que diz respeito à QD4: **“Como se tem processado a participação do GIPS e como este se prepara para ser ativado no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”**

A participação do GIPS já conta com alguns anos de experiência, apesar de este nunca ter sido ativado para uma missão real no que diz respeito ao Mecanismo.

Os exercícios de proteção civil constituem a maior dimensão da participação do GIPS no Mecanismo, tendo este integrado operacionais em diversos exercícios conjuntos, não só realizados entre os agentes de proteção civil em Portugal, mas também com entidades e forças de proteção e socorro de outros Estados-Membros. Além disso, o GIPS já organizou exercícios de proteção civil em território nacional com a integração de forças nacionais, encontrando-se atualmente a organizar um exercício especificamente para testar a capacidade de resposta do Mecanismo na ocorrência de um sismo, onde vão participar diferentes MPC de USAR da UE.

As ações de preparação e treino são também uma preocupação para o GIPS, tendo este já inscrito alguns peritos credenciados no Mecanismo, com formação para fornecer a coordenação e assessoria numa eventual catástrofe que possa ocorrer. Importa ainda referir a preparação dos seus militares, que é cada vez mais exigente e focada para cada uma das suas valências com módulos inscritos, para que estejam cada vez mais bem preparados para uma possível intervenção. Esta preparação é complementada com a aquisição de recursos logísticos e equipamentos, essenciais para potenciar a sua capacidade de atuação no terreno.

Quanto à QD5: **“Qual o papel da ANPC e a sua coordenação com os demais agentes de proteção civil no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”**

No que diz respeito à sua participação no Mecanismo, a ANPC já participou em diferentes cenários de catástrofe através do envio de peritos, tendo também organizado e coordenado exercícios de proteção civil em território nacional, como por exemplo o PTQUAKE09. Relativamente ao intercâmbio de peritos, cabe à ANPC a responsabilidade pela coordenação nacional na receção de peritos estrangeiros.

A coordenação entre todos os agentes de proteção civil e outras entidades responsáveis pela área da proteção e socorro é sempre assegurada pela ANPC, além de esta garantir o acompanhamento, a receção e o apoio logístico necessário às forças que prestem

assistência a Portugal no âmbito do Mecanismo. Importa ainda realçar que a ANPC representa o ponto de contacto nacional com o CCRE do Mecanismo, por via do seu CNOS. Esta coordenação com os demais agentes de proteção civil tem vindo a melhorar ao longo dos anos, podendo dizer-se que representa uma coordenação bastante favorável e de simples articulação entre todos. No entanto, por vezes esta coordenação poderia ser mais equilibrada no que concerne à igual transmissão da informação por todas entidades, bem como na escolha equilibrada das forças a intervir nos diferentes cenários, tendo em conta a formação e os MPC constituídos por cada uma. Assim, a Proteção Civil será mais forte quanto mais entidades nela participarem.

### 7.3. Resposta à questão central

Após serem respondidas as questões derivadas, importa agora responder de forma sustentada e integral à QC colocada: **“Sendo o GIPS uma entidade integrante do Sistema Nacional de Proteção Civil, qual a sua importância no que concerne à resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”**

O GIPS encontra-se articulado operacionalmente no quadro do SIOPS, sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do comando da GNR. Por conseguinte, esta força possui a capacidade para atuar em diversas áreas da proteção e socorro, através de um largo espectro de valências, destacando a Unidade Especial de Operações Subaquáticas (UEOS), a Busca e Resgate de Montanha (BRM), a Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC), a especialidade de matérias perigosas, assim como a sua capacidade de primeira intervenção aos incêndios florestais, constituindo uma força helitransportada única. Com efeito, o GIPS conta com militares altamente treinados, com um elevado grau de prontidão e especializados em cada uma das valências mencionadas, sendo a sua preparação cada vez mais rigorosa, com treino permanente e uma atividade física exigente.

O GIPS como força de proteção e socorro ostenta características únicas essenciais para a resposta de Portugal no Mecanismo, distinguindo-se como uma força única com um elevado grau de mobilidade e flexibilidade, estando os seus militares capazes de cumprir as suas atribuições como força de segurança, e, ao mesmo tempo, atuar em missões de proteção e socorro, como entidade integrante do SNPC. Assim sendo, a estrutura militar do GIPS destaca-se como uma mais-valia, apresentando uma força organizada, altamente disciplinada, e com disponibilidade permanente. Além disso, esta força caracteriza-se por possuir uma grande capacidade de projeção para todo o território nacional, através do envio

de materiais e equipamentos diretamente para o local da ocorrência, podendo ser empenhado em qualquer lugar e atuar em diferentes cenários de catástrofe.

Estas características representam para o Mecanismo uma enorme mais-valia, dado que o GIPS apresenta capacidades que o permitem atuar em qualquer tipo de cenário de catástrofe, dispondo de recursos humanos bem preparados e de equipamentos adequados. Com efeito, a dupla valência de *safety* e *security* do GIPS constitui efetivamente uma mais-valia para este Mecanismo, trazendo assim um conceito de atuação bastante inovador, pois consegue intervir em cenários de catástrofe, e, ao mesmo tempo assegurar a segurança da força e do local, garantindo assim uma resposta mais completa. Um exemplo da utilização desta capacidade foi a intervenção do GIPS no exercício MODEX do Mecanismo, através da utilização de um MPC de deteção e amostragem NRBQ, no qual os seus militares tiveram que estabelecer um perímetro de segurança e proceder ao restabelecimento da ordem pública, por forma a cumprir sua missão principal que consistia na identificação e monitorização de substâncias suspeitas, situação que foi reconhecida, apreciada e altamente elogiada por todos os intervenientes no exercício. Contudo, a utilização da vertente de segurança terá de ser cuidadosamente estudada e enquadrada pelo Mecanismo, por forma a permitir a atuação de forças de proteção e socorro armadas num cenário de catástrofe.

Apesar de o GIPS nunca ter sido ativado para uma missão de natureza operacional no âmbito do Mecanismo, já participou e organizou diversos exercícios de proteção civil com resultados bastante positivos. Estes exercícios permitiram integrar operacionais de diferentes entidades e forças de proteção civil nacionais, garantindo assim um importante intercâmbio de informações e experiências, bem como a interoperabilidade. Além disso, no âmbito da formação o GIPS já possui diversos peritos com cursos de Proteção Civil no quadro do Mecanismo, representando o agente de proteção civil em Portugal com mais MPC inscritos.

#### **7.4. Reflexões finais**

Da investigação efetuada, e complementando com as respostas às questões de investigação, conclui-se que o GIPS como força de proteção e socorro integrada no SNPC, apesar de não possuir experiência em missões operacionais internacionais de proteção civil, constitui uma mais-valia para a participação de Portugal no âmbito do Mecanismo, tendo em consideração as suas capacidades e características peculiares consideradas únicas a nível nacional. Porém, a razão pela qual uma força como o GIPS nunca ter sido ativada para um

cenário de catástrofe real, deve-se ao facto de não possuir os módulos solicitados para esse cenário, ou simplesmente por avançar outra força com um módulo semelhante, sendo importante a existência de um critério que satisfaça a participação de todas as entidades com MPC no Mecanismo.

A participação do GIPS numa missão de natureza operacional no âmbito do Mecanismo é de grande interesse para o mesmo, na medida em que possibilitará uma maior aquisição de experiência e de reconhecimento, podendo colocar à prova toda a sua preparação e capacidades. Assim, a qualidade da resposta de Portugal poderá ser reforçada, abrangendo uma maior participação e intervenção de uma força de proteção e socorro como o GIPS, que se revela única para o SNPC e para o Mecanismo.

### **7.5. Limitações da investigação**

No decorrer da investigação surgiram três grandes limitações, que de alguma forma se tornaram condicionantes para o desenrolar da mesma. Em primeiro lugar, importa realçar o facto de o tema em questão ser inovador, existindo portanto muito pouca bibliografia sobre a participação do GIPS no Mecanismo.

O número de páginas definidas para a elaboração do presente trabalho de investigação também se consideram bastante reduzidas, tendo limitado cada uma das áreas investigadas.

Por fim, outra limitação sentida deveu-se ao facto de a amostra se encontrar dispersa pelo território continental e pela demora da confirmação das entrevistas por parte dos entrevistados.

### **7.6. Investigações futuras**

Para investigações futuras, sugere-se um estudo aprofundado sobre as capacidades e recursos de cada instituição, para se poder equacionar a criação de novos MPC, por forma a aproveitar ao máximo os recursos do país, otimizando assim a resposta de Portugal perante catástrofes. Além disso, seria interessante efetuar um estudo comparativo das capacidades e recursos de MPC de outros Estados-Membros, para recolher informação e potencializar a resposta dos MPC nacionais.

Por fim, seria importante realizar um Estudo-Caso de uma catástrofe, como por exemplo o sismo do Haiti em 2010, de modo a explorar as mais-valias que existem especificamente em possuir MPC com a natureza do GIPS (*safety e security*).

## REFERÊNCIAS

- Academia Militar [AM]. (2016). *NEP 522/1ªed/AM de 20 de janeiro de 2016*. Lisboa: Academia Militar.
- Assembleia da República [AR]. (2006). Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com última alteração e republicação pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto: Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. *Diário da República, 1ª série*, pp. 5311-5326.
- Assembleia da República [AR]. (2007a). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro: Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República, 1ª série*, pp. 8043-8051.
- Assembleia da República [AR]. (2007b). Tratado de Lisboa - Versão Consolidada. pp. 01-447.
- Assembleia da República [AR]. (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto: Aprova a Lei de Segurança Interna, alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. *Diário da República, 1ª série*, pp. 6135-6141.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2009a). Despacho n.º 19734/2009, de 28 de agosto. *Diário da República, 2ª série*, pp. 35025-35027.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2009b). *Organizações, Sistemas e Instrumentos Internacionais de Proteção Civil* (Vol. 10). Lisboa: ANPC.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2009c). PTQUAKE09. *PROCIV, 15*. Obtido em 18 de março de 2017, de [http://www.prociv.pt/bk/newsletter/WEB\\_JUNHO\\_15.pdf](http://www.prociv.pt/bk/newsletter/WEB_JUNHO_15.pdf)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2012). Proteção civil e cooperação internacional - Portugal na Europa. *PROCIV, 54*.
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2013). *Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil*. Lisboa: ANPC. Obtido em 27 de março de 2017, de [http://www.prociv.pt/bk/RISCOSPREV//Documents/Componentes\\_p%C3%BAblicas.pdf](http://www.prociv.pt/bk/RISCOSPREV//Documents/Componentes_p%C3%BAblicas.pdf)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2015). *Relatório de Atividades de 2015*. Lisboa: ANPC.

- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2016a). *União Europeia*. Obtido em 28 de março de 2017, de Autoridade Nacional de Proteção civil: <http://www.prociv.pt/pt-pt/PROTECAOCIVIL/RELINTERNACIONAIS/UE/Paginas/default.aspx>
- Autoridade Nacional de Proteção Civil [ANPC]. (2016b). *Diretiva Operacional Nacional n.º 2 - DECIF*. Lisboa: ANPC.
- Barnier, M. (2006). *For a European civil protection force: europe aid*.
- Barreiros, I. (2010). *O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Academia Militar.
- Boin, A., Ekengren, M., & Rhinard, M. (2013). *The European Union as Crisis Manager: patterns and prospects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (2012). *Anuário do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa 2012*. Lisboa. Obtido em 10 de abril de 2017, de [https://issuu.com/camara\\_municipal\\_lisboa/docs/anu\\_\\_rio\\_rsb\\_2012](https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/anu__rio_rsb_2012)
- Cardoso, José. (2010). *Personalidade e agressividades: um estudo em militares de proteção e socorro*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Comissão Europeia [CE]. (2014). Decisão de Execução da Comissão, de 16 de outubro de 2014, que estabelece as normas de execução da Decisão 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, pp. 01-45.
- Comissão Europeia [CE]. (2015a). *Relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de proteção civil da União Europeia e sua aplicação em 2015*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia [CE]. (2015b). Emergency Response Coordination Centre. *ECHO FACTSHEET*. Obtido em 13 de março de 2017, de [http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/ERC\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/ERC_en.pdf)
- Comissão Europeia [CE]. (2015c). *Ajuda humanitária e proteção civil*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia [CE]. (2015d). *Monitoring Tools*. Obtido em 13 de março de 2017, de Comissão Europeia: [http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/monitoring-tools\\_en](http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/monitoring-tools_en)
- Comissão Europeia [CE]. (2015e). *The New Union Civil Protection Mechanism*. Obtido em 12 de março de 2017, de Comissão Europeia: [http://ec.europa.eu/echo/files/civil\\_protection/civil/pdfdocs/infoday2015/EUCPM\\_Presentation.pdf](http://ec.europa.eu/echo/files/civil_protection/civil/pdfdocs/infoday2015/EUCPM_Presentation.pdf)

- Comissão Europeia [CE]. (2015f). *Emergency Response Coordination Centre*. Obtido em 13 de março de 2017, de Comissão Europeia: [http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/emergency-response-coordination-centre-ercc\\_en](http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/emergency-response-coordination-centre-ercc_en)
- Comissão Europeia [CE]. (2016a). *EU Civil Protection Mechanism*. Obtido em 13 de março de 2017, de Comissão Europeia: [http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/mechanism\\_en](http://ec.europa.eu/echo/what/civil-protection/mechanism_en)
- Comissão Europeia [CE]. (2016b). European Emergency Response Capacity. *ECHO FACTSHEET*. Obtido em 12 de março de 2017, de [http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/EERC\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/echo/files/aid/countries/factsheets/thematic/EERC_en.pdf)
- Comissão Europeia [CE]. (2017). *ERCC Portal*. Obtido em 13 de março de 2017, de Comissão Europeia: <http://erccportal.jrc.ec.europa.eu/Open-Cecis>
- Conselho da União Europeia [CUE]. (2001). Decisão do Conselho, de 23 de outubro de 2001, que estabelece um mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada no quadro das intervenções de socorro da Proteção Civil. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, pp. 07-11.
- Conselho de Ministros [CM]. (2005). Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário de 29 de outubro de 2005. Obtido em 26 de março de 2017, de <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc17/comunicados-cm/cm-2005/20051029.aspx>
- Cruz, A. (setembro de 2012). Proteção civil e cooperação internacional - Portugal na Europa. *PROCIV*, 54, pp. 01-08.
- Exchange of Experts [EE]. (2015). *Programme Guidelines*. Obtido em 03 de abril de 2017, de Exchange of Experts in civil protection: [https://www.exchangeofexperts.eu/SharedDocs/Downloads/EN/guidelinesEN.pdf;jsessionid=15769F29A95F3876BF2414C641D04C68.1\\_cid379?\\_\\_blob=publicationFile&v=14](https://www.exchangeofexperts.eu/SharedDocs/Downloads/EN/guidelinesEN.pdf;jsessionid=15769F29A95F3876BF2414C641D04C68.1_cid379?__blob=publicationFile&v=14)
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: teoria e prática* (4ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro [GIPS]. (2013). *Relatório de Missão 004/13: Matérias Perigosas - Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico*.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2010). Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª série, pp. 33856-33891.

- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (15 de setembro de 2016). Organograma do GIPS. *Organogramas da Unidade de Intervenção*. Lisboa: Comando Operacional.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2017a). *Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro*. Obtido em 12 de fevereiro de 2017, de Guarda Nacional Republicana: [http://www.gnr.pt/atrib\\_GIPS.aspx](http://www.gnr.pt/atrib_GIPS.aspx)
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2017b). *Portugal testa redes sociais em resposta a simulacro de sismo*. Obtido em 14 de abril de 2017, de Guarda Nacional Republicana: [http://www.gnr.pt/MVC\\_GNR/Recortes/Details/108](http://www.gnr.pt/MVC_GNR/Recortes/Details/108)
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. d. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas Editora.
- Martins, A. (abril de 2010). Cooperação Internacional em Matéria de Proteção Civil. *Cadernos Municipais*, 3, pp. 36-41.
- Matias, L. (2013). *Articulação operacional dos agentes de proteção civil em caso de catástrofe natural*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2006a). Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, com última alteração e republicação pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio: Instituiu o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. *Diário da República*, 1ª série, pp. 3190-3199.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2006b). Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de fevereiro. *Diário da República*, 1ª série, pp. 785-787.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2007). Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho. *Diário da República*, 1ª série, pp. 4064-4069.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2010). Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1ª série, 33856-33891.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2010). Despacho n.º 10393/2010 de 22 de junho: Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 2ª Série, n.º 119, 33856-33891.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2013). Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro: Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil. *Diário da República*, 1ª série, pp. 3199-3206.



- Monteiro, F. M. (2009). Os riscos e o Sistema Europeu de Proteção Civil. *V Encontro Nacional e I Congresso Internacional de Riscos: Riscos, Sociedade(s) e Segurança* (pp. 228-232). Coimbra: Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.
- Moreira, L. (2012). *Valências e Capacidades do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Academia Militar.
- Morsut, C. (2014). The EU's Community Mechanism for Civil Protection: Analysing Its Development. *Journal of Contingencies and Crisis Management*, pp. 143-149.
- Oliveira, P. (2014). Grupo de Intervenção de Ordem Pública. *Pela Lei e Pela Grei, n.º 104*, pp. 40-53. Obtido em 12 de fevereiro de 2017, de <http://www.gnr.pt/mostrarPdf.ashx?a=2&i=5>
- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia [PECUE]. (2013). Decisão n.º 1313/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia. *Jornal Oficial da União Europeia*, pp. 924-347.
- Pinheiro, M. (2011). *A GNR e a sua participação na Proteção Civil*. Lisboa: Academia Militar.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, M. J. (2015). Proteção Civil. Em *Proteção Civil* (pp. 109-119). Lisboa. Obtido em 16 de março de 2017, de [https://www.researchgate.net/publication/281117468\\_Protecao\\_Civil](https://www.researchgate.net/publication/281117468_Protecao_Civil)
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (1º ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Schuman, R. (1950). *Declaração Schuman*. Paris. Obtido em 14 de março de 2017, de [https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt)
- Stylianides, C. (2015). *European Civil Protection Forum 2015*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Tavares, A. (2014). O Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro. *Pela Lei e Pela Grei, n.º 103*, pp. 18-48. Obtido em 18 de novembro de 2016, de <http://www.gnr.pt/mostrarPdf.ashx?a=2&i=6>

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - MODELO DE INVESTIGAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA FINAL

**Quadro nº 1- Modelo de Investigação para a criação do guião de entrevista final**

<b>QC:</b> “Sendo o GIPS uma entidade integrante do Sistema Nacional de Proteção Civil, qual a sua importância no que concerne à resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”	
	<b>Questão 1:</b> Qual a sua experiência no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, doravante designado por Mecanismo?
<b>QD1:</b> “O que é o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia e como funciona?”	<b>Questão 4:</b> <b>4.1)</b> Como se processa a ativação das forças para os cenários de catástrofe?  <b>4.2)</b> Na sua opinião, não deveria existir um critério mais específico no que diz respeito à vertente da segurança, de acordo com os diferentes cenários?
<b>QD2:</b> “Qual a resposta de Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”	<b>Questão 2:</b> <b>2.1)</b> Concorda que Portugal, enquanto Estado-Membro, ao longo destes anos tem assegurado uma resposta de qualidade, pelos compromissos assumidos?  <b>2.2)</b> Quais considera ser as ações e atividades fundamentais para desenvolver e potenciar as capacidades de resposta de determinada entidade no âmbito do Mecanismo?  <b>2.3)</b> Considera que poderão ser implementadas medidas ou ações, no futuro, para melhorar a participação de Portugal no âmbito do Mecanismo?
<b>QD3:</b> “Quais as capacidades do GIPS, como está organizado e quais as suas mais-valias, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”	<b>Questão 3:</b> <b>3.1)</b> Considera que o GIPS se encontra bem preparado e tem assumido de forma eficaz os compromissos assumidos no âmbito do Mecanismo, ainda que nunca tenha sido ativado para missão de natureza operacional?  <b>3.2)</b> Considerando a natureza ( <i>safety &amp; security</i> ) do GIPS entende que este constitui uma mais-valia para o Mecanismo?
<b>QD4:</b> “Como se tem processado a participação do GIPS e como este se prepara para ser ativado no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”	<b>Questão 3:</b> <b>3.3)</b> Apenas para os oficiais da GNR com formação no Mecanismo: Como se tem processado a participação do GIPS no âmbito do Mecanismo, assim como, em que tem consistido a sua preparação ao longo destes anos para poder ser ativado a qualquer momento?
<b>QD5:</b> “Qual o papel da ANPC e a sua coordenação com os demais agentes de proteção civil no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?”	<b>Questão 5:</b> Como considera a coordenação posterior da ANPC com os restantes agentes de proteção civil em Portugal, no âmbito do Mecanismo?

**Fonte: Autor**

## APÊNDICE B - GUIÃO DE ENTREVISTA INICIAL

**Cargo ou Função:**

**Nome:**

**Posto ou Grau Académico:**

**Idade:**

**Data / Hora:**

**Local:**

Concorda que esta entrevista seja gravada, e posteriormente transcrita e analisada no Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada titulado por “*O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: a participação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana*”?

**Questão 1:** Qual a sua relação e experiência no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

**Questão 2:** De acordo com o artigo 1º da Decisão do Conselho 2001/792/CE de 23 de Outubro de 2001, foi criado um mecanismo comunitário “*destinado a facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros em intervenções de socorro da Proteção Civil, em situações de ocorrência ou de ameaça de ocorrência iminente de uma emergência grave, que possam exigir uma resposta urgente*”. Concorda que o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia tem contribuído de forma decisiva na prevenção e resposta a acidentes graves ou catástrofes?

**Questão 3:** De acordo com o DL nº 22/06 de 2 de fevereiro, o GIPS surgiu como sendo “*uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo nacional altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projeção para todo o território nacional, de intervenção em operações de proteção civil*”. Considerando a natureza (*safety & security*)

do GIPS entende que este constitui uma mais-valia para o Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia? Justifique.

**Questão 4:** Em Portugal o ponto de contacto do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia é a ANPC. Como considera a coordenação posterior da ANPC com os restantes agentes de proteção civil em Portugal, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia?

**Questão 5:** Em Janeiro de 2017 Portugal mobilizou um grupo de operacionais, em resposta ao pedido de ajuda do Chile para o combate a incêndios florestais, no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia.

**5.1)** Como se processa a ativação das forças para os cenários de catástrofe?

**5.2)** Na sua opinião, não deveria existir um critério mais específico no que diz respeito à vertente da segurança, de acordo com os diferentes cenários?

**Questão 6:** O que deveria ser feito em Portugal no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia para melhorar, não só a capacidade de resposta a situações de catástrofe, mas também a sua prevenção e preparação?

## APÊNDICE C - GUIÃO DE ENTREVISTA FINAL

**Cargo ou Função:**

**Nome:**

**Posto ou Grau Académico:**

**Idade:**

**Data / Hora:**

**Local:**

Concorda que esta entrevista seja gravada, e posteriormente transcrita e analisada no Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada titulado por *“O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: a participação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana”*?

**Questão 1:** Qual a sua experiência no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, doravante designado por Mecanismo?

**Questão 2:** De acordo com o artigo 1º da Decisão do Conselho 2001/792/CE de 23 de Outubro de 2001, foi criado um mecanismo comunitário *“destinado a facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros em intervenções de socorro da Proteção Civil, em situações de ocorrência ou de ameaça de ocorrência iminente de uma emergência grave, que possam exigir uma resposta urgente”*.

**2.1** Concorda que Portugal, enquanto Estado-Membro, ao longo destes anos tem assegurado uma resposta de qualidade, pelos compromissos assumidos?

**2.2** Quais considera ser as ações e atividades fundamentais para desenvolver e potenciar as capacidades de resposta de determinada entidade no âmbito do Mecanismo?

**2.3** Considera que poderão ser implementadas medidas ou ações, no futuro, para melhorar a participação de Portugal no âmbito do Mecanismo

**Questão 3:** De acordo com o DL nº 22/06 de 2 de fevereiro, o GIPS surgiu como sendo *“uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo nacional altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projeção para todo o território nacional, de intervenção em operações de proteção civil”*. Embora nunca tenha sido ativado para uma missão de natureza operacional no âmbito do Mecanismo, o GIPS, como entidade do Sistema Nacional de Proteção Civil, possui compromissos para com o mesmo, particularizando, módulos constituídos de intervenção em diferentes áreas.

**3.1** Considera que o GIPS se encontra bem preparado e tem assumido de forma eficaz os compromissos assumidos no âmbito do Mecanismo, ainda que nunca tenha sido ativado para missão de natureza operacional?

**3.2** Considerando a natureza (*safety & security*) do GIPS entende que este constitui uma mais-valia para o Mecanismo?

**3.3** Apenas para os oficiais da GNR com formação no Mecanismo: Como se tem processado a participação do GIPS no âmbito do Mecanismo, assim como, em que tem consistido a sua preparação ao longo destes anos para poder ser ativado a qualquer momento?

**Questão 4:** Em Janeiro de 2017 Portugal mobilizou um grupo de operacionais, em resposta ao pedido de ajuda do Chile para o combate a incêndios florestais, no âmbito do Mecanismo.

**4.1** Como se processa a ativação das forças para os cenários de catástrofe?

**4.2** Na sua opinião, não deveria existir um critério mais específico no que diz respeito à vertente da segurança, de acordo com os diferentes cenários?

**Questão 5:** Em Portugal o ponto de contacto para assuntos do Mecanismo é a ANPC. Como considera a coordenação posterior da ANPC com os restantes agentes de proteção civil em Portugal, no âmbito do Mecanismo?

## **APÊNDICE D - CARTA DE APRESENTAÇÃO**



### **ACADEMIA MILITAR**

#### **O MECANISMO DE PROTEÇÃO CIVIL DA UNIÃO EUROPEIA: A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**

**Autor:** Aspirante Aluno de Cavalaria da GNR Afonso Manuel da Mota Viana

**Orientador:** Professor Doutor Henrique Santos

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Infantaria Albino Tavares

**Coorientador:** Tenente-Coronel de Cavalaria Joaquim Delgado

**Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, setembro de 2017**



## **Carta de Apresentação**

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana, lecionado na Academia Militar, torna-se essencial a realização de entrevistas com a finalidade de recolher informações para a investigação subordinada ao tema: “O Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia: a participação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana”.

A presente investigação tem por objetivo analisar a importância da participação do GIPS como entidade integrante do SNPC no Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, descrevendo o funcionamento deste Mecanismo, assim como a missão, organização e capacidades do GIPS.

A seleção dos entrevistados foi realizada com base nos diferentes intervenientes e entidades com conhecimentos e experiência na área do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, que de alguma forma participam ou já participaram no Sistema Nacional de Proteção Civil e, ainda, que compreendam a importância do estudo em causa.

Face ao exposto, o contributo de V. Ex.<sup>a</sup> constitui-se como fundamental para este trabalho de investigação, na medida em que lhe concederá credibilidade e valor, permitindo assim complementar a análise documental realizada.

Agradecido pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

Afonso Manuel da Mota Viana

Aspirante de Cavalaria da GNR

## APÊNDICE E - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Tabela n.º 1- Grupo A

Grupo A – Comandantes, Entidades e OL – Proteção Civil				
E	Nome	Posto ou Grau Académico	Função	Local
E1	Rui Esteves	Licenciatura	CONAC	Lisboa
E2	Patrícia Gaspar	Licenciatura	Adjunto de Operações Nacional da ANPC	Lisboa
E3	Ana Freitas	Licenciatura	Chefe da DRI da ANPC	Lisboa
E4	José Realinho	12º Ano	Comandante da FEB	Lisboa
E5	Joaquim Delgado	Tenente-Coronel	OL da GNR na ANPC	Lisboa

Fonte: Autor

Tabela n.º 2- Grupo B

Grupo B – Oficiais da GNR com formação no Mecanismo				
E	Nome	Posto ou Grau Académico	Função	Local
E6	Albino Tavares	Tenente-Coronel	2.º CONAC	Arganil
E7	Pedro Patrício	Tenente-Coronel	Comandante do RSB	Lisboa
E8	Carlos Morgado	Major	Assessor do Comandante do CARI	Lisboa
E9	Cláudio Quelhas	Capitão	Coordenador das especialidades do GIPS	Lisboa
E10	João Fernandes	Capitão	Comandante da 1.ª CIPS	Pombal
E11	Manuel Moreira	Capitão	Comandante da 4.ª CIPS	Braga

Fonte: Autor

## APÊNDICE F - CODIFICAÇÃO NUMÉRICA DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

**Quadro nº 2- Codificação numérica dos segmentos de resposta dos entrevistados**

<b>Questão 1:</b> Qual a sua experiência no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, doravante designado por Mecanismo?	
Segmento Q.1.1	Intercâmbio de peritos
Segmento Q.1.2	Formação em diversos cursos no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.1.3	Acompanhei o crescimento do Mecanismo
Segmento Q.1.4	Fui o ponto de contacto de Portugal no Mecanismo
Segmento Q.1.5	Coordenação do programa de formação do Mecanismo
Segmento Q.1.6	Participei numa missão de natureza operacional
Segmento Q.1.7	Eu não tenho experiência alguma naquilo que diz respeito ao Mecanismo
Segmento Q.1.8	Participação em exercícios
Segmento Q.1.9	Responsável pela gestão dos módulos do GIPS
<b>Questão 2: 2.1)</b> Concorda que Portugal, enquanto Estado-Membro, ao longo destes anos tem assegurado uma resposta de qualidade, pelos compromissos assumidos?	
Segmento Q.2.1.1	Sim, concordo
Segmento Q.2.1.2	Uma resposta de qualidade
Segmento Q.2.1.3	Patamares de eficiência e profissionalismo
Segmento Q.2.1.4	A nível da formação temos estado na linha da frente
Segmento Q.2.1.5	Alguma necessidade de recursos
Segmento Q.2.1.6	Um contributo importante a vários níveis no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.2.1.7	Portugal demonstra ter capacidade e tem-se afirmado pela positiva
Segmento Q.2.1.8	Portugal é reconhecido no exterior
Segmento Q.2.1.9	Escassa listagem de módulos inscritos no Mecanismo e na <i>voluntary pool</i>
<b>Questão 2: 2.2)</b> Quais considera ser as ações e atividades fundamentais para desenvolver e potenciar as capacidades de resposta de determinada entidade no âmbito do Mecanismo?	
Segmento Q.2.2.1	Apostar no treino e formação
Segmento Q.2.2.2	Participação em exercícios de proteção civil no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.2.2.3	Devem-se potenciar os recursos e as capacidades que já existem em cada entidade
Segmento Q.2.2.4	Sensibilização da população
Segmento Q.2.2.5	Estabelecer uma articulação mais direta entre as entidades garantindo a interoperabilidade
Segmento Q.2.2.6	Maior divulgação dos módulos pelas entidades
Segmento Q.2.2.7	Intercâmbio e partilha de informações
Segmento Q.2.2.8	Dinamizar auditorias para verificar as condições dos módulos inscritos
<b>Questão 2: 2.3)</b> Considera que poderão ser implementadas medidas ou ações, no futuro, para melhorar a participação de Portugal no âmbito do Mecanismo?	
Segmento Q.2.3.1	Criação e registo de mais módulos de proteção civil
Segmento Q.2.3.2	Criar procedimentos e mecanismos internos para aumentar a celeridade de todo o processo de resposta no âmbito do Mecanismo

Segmento Q.2.3.3	Ponderar a participação na <i>voluntary pool</i> (CERE)
Segmento Q.2.3.4	Apostar na prevenção, promovendo e reforçando a participação em ações de formação, treinos e exercícios
Segmento Q.2.3.5	Divulgação e sensibilização a nível interno
Segmento Q.2.3.6	Sensibilização da população
Segmento Q.2.3.7	Investir num reforço dos meios de proteção civil
Segmento Q.2.3.8	Cooperação e interoperabilidade entre os agentes de proteção civil
Segmento Q.2.3.9	Isto é uma gestão e uma coordenação que está a cargo da ANPC
Segmento Q.2.3.10	Promover auditorias internas, para verificar o estado atual dos módulos inscritos de todas as entidades
<b>Questão 3: 3.1)</b> Considera que o GIPS se encontra bem preparado e tem assumido de forma eficaz os compromissos assumidos no âmbito do Mecanismo, ainda que nunca tenha sido ativado para missão de natureza operacional?	
Segmento Q.3.1.1	Há necessidade de formar mais militares do GIPS
Segmento Q.3.1.2	Está bem preparado e pronto para intervir no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.3.1.3	Atividade de excelência que o GIPS tem conseguido ao longo dos últimos anos
Segmento Q.3.1.4	Os seus militares possuem equipamento adequado e estão altamente treinados
Segmento Q.3.1.5	A estrutura militar é uma mais-valia
Segmento Q.3.1.6	Necessidade de aquisição de melhores equipamentos
Segmento Q.3.1.7	A formação que tem sido proporcionada ao GIPS tem sido bem aplicada
<b>Questão 3: 3.2)</b> Considerando a natureza ( <i>safety &amp; security</i> ) do GIPS entende que este constitui uma mais-valia para o Mecanismo?	
Segmento Q.3.2.1	Claro que sim
Segmento Q.3.2.2	A questão de atuarem armados pode ser um constrangimento
Segmento Q.3.2.3	Uma mais-valia desde que bem enquadrada
Segmento Q.3.2.4	A valência <i>safety</i> deve estar mais destacada
Segmento Q.3.2.5	Melhor preparação e tomada de decisão
Segmento Q.3.2.6	Estas vertentes funcionam de forma complementar permitindo ao GIPS uma resposta mais completa
Segmento Q.3.2.7	Vasto conhecimento e uma larga experiência na vertente da segurança
Segmento Q.3.2.8	Para que as forças atuem é fundamental que hajam condições de segurança
Segmento Q.3.2.9	O GIPS tem capacidade de ser uma força autossustentável no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.3.2.10	Não existe um consciente conhecimento das verdadeiras capacidades do GIPS
Segmento Q.3.2.11	A questão do <i>security</i> fora do nosso país não é uma mais-valia.
<b>Questão 3: 3.3)</b> Apenas para os oficiais do GIPS: Como se tem processado a participação do GIPS no âmbito do Mecanismo, assim como, em que tem consistido a sua preparação ao longo destes anos para poder ser ativado a qualquer momento?	
Segmento Q.3.3.1	Participação em exercícios no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.3.3.2	Formação e frequência de cursos
Segmento Q.3.3.3	Acabamos por adquirir equipamentos
Segmento Q.3.3.4	Contacto com diferentes entidades e intercâmbio de conhecimentos
Segmento Q.3.3.5	Treino contínuo e diário para melhorar a sua eficiência operacional
Segmento Q.3.3.6	Encontramo-nos a iniciar um processo de certificação de um módulo médio USAR
<b>Questão 4: 4.1)</b> Como se processa a ativação das forças para os cenários de catástrofe?	
Segmento Q.4.1.1	Processo de ativação de forças no âmbito do Mecanismo
Segmento Q.4.1.2	A decisão final é política
Segmento Q.4.1.3	Para além das forças, podem ser pedidos peritos
Segmento Q.4.1.4	A ativação é feita ao abrigo do Mecanismo, ou então ao abrigo de acordos bilaterais
Segmento Q.4.1.5	A gestão e coordenação de uma missão de proteção civil é da responsabilidade da ANPC
Segmento Q.4.1.6	A escolha recai sobre o módulo que possui as características adequadas para o tipo de apoio solicitado

Segmento Q.4.1.7	É consecutivamente a mesma força escolhida para teatros internacionais
Segmento Q.4.1.8	Isto ultrapassa-me
<b>Questão 4: 4.2) Na sua opinião, não deveria existir um critério mais específico no que diz respeito à vertente da segurança, de acordo com os diferentes cenários?</b>	
Segmento Q.4.2.1	Devem ser asseguradas as condições de segurança pelas autoridades locais
Segmento Q.4.2.2	As equipas que participam neste tipo de cenários são responsáveis pela sua própria segurança
Segmento Q.4.2.3	É sempre uma questão complexa
Segmento Q.4.2.4	Para cada situação este trabalho é feito no CNOS
Segmento Q.4.2.5	Criação de uniformidade entre as duas vertentes
Segmento Q.4.2.6	É uma responsabilidade do Mecanismo
Segmento Q.4.2.7	A segurança dos elementos que atuam em cenários de catástrofe assume bastante importância
Segmento Q.4.2.8	Existência de módulos com capacidade de oferecer condições de segurança
Segmento Q.4.2.9	O GIPS possui a capacidade de <i>safety</i> e de <i>security</i> , sendo uma mais-valia
Segmento Q.4.2.10	Deve ser estudado o terreno e o cenário, por forma a decidir qual a força a avançar
<b>Questão 5) Em Portugal o ponto de contacto para assuntos do Mecanismo é a ANPC. Como considera a coordenação posterior da ANPC com os restantes agentes de proteção civil em Portugal, no âmbito do Mecanismo?</b>	
Segmento Q.5.1	Existe uma boa coordenação
Segmento Q.5.2	Está previamente definido e está assegurado quem é que responde perante determinada circunstância
Segmento Q.5.3	Esta coordenação tem vindo a crescer
Segmento Q.5.4	Deve existir uma participação de todas as entidades formadas nesta matéria
Segmento Q.5.5	Facilidade de articulação com todas as entidades
Segmento Q.5.6	A ANPC tem as condições e as pessoas adequadas para desenvolver esse processo
Segmento Q.5.7	Existe uma coordenação desigual e não equitativa
Segmento Q.5.8	A transmissão da informação para outras entidades demora mais, sendo um processo complexo
Segmento Q.5.9	Realização de reuniões periódicas com as entidades participantes pela ANPC

Fonte: Autor<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

## APÊNDICE G - QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Quadro nº 3- Análise de conteúdo das respostas à questão 1

E	Ideias principais das respostas à questão 1	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (...) funções que desempenho hoje como CONAC e que desempenhei no passado enquanto Comandante Operacional Distrital, e enquanto chefe da delegação de proteção civil.</li> <li>- É uma experiência longa (...) formação não só na União Europeia mas também no <b>intercâmbio de peritos</b> e de experiências (...).</li> <li>- <b>Tenho dois cursos do Mecanismo</b>, sendo eles o Community Mechanism Introduction Course e o Operational Management Course.</li> </ul>	<p><b>Q.1.1</b> <b>Q.1.2</b></p>
E2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A minha experiência é longa, pois tive o privilégio de <b>acompanhar os primeiros passos que o Mecanismo deu desde a sua criação</b>.</li> <li>- O Mecanismo foi criado em 2001, e foi precisamente nessa altura que <b>comecei a acompanhar toda esta questão da cooperação internacional</b> em matéria de proteção civil.</li> <li>- Fui representante da ANPC perante Portugal no comité de gestão do Mecanismo na UE, e <b>fui o ponto de contacto de Portugal junto do Mecanismo</b>.</li> <li>- Participei nas reuniões do grupo de trabalho de proteção civil do Conselho onde se veio a aprovar diferente legislação complementar (...).</li> <li>- <b>Sou formadora no âmbito do Mecanismo</b> e <b>fiz toda a formação do Mecanismo</b>.</li> </ul>	<p><b>Q.1.3</b></p> <p><b>Q.1.4</b></p> <p><b>Q.1.5</b> <b>Q.1.2</b></p>
E3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A minha experiência é mais no âmbito político sendo que <b>acompanhei a revisão da legislação que enquadra o Mecanismo</b> no quadro do grupo de trabalho de proteção civil do Conselho da EU (...).</li> <li>- Mais tarde em 2012/2013, <b>estivemos novamente a analisar o Mecanismo</b> que existia (...) no sentido de criarmos um novo Mecanismo (...).</li> <li>- Tenho uma <b>experiência associada em termos de coordenação do programa de formação do Mecanismo</b> ou seja, a ANPC também é a entidade responsável pelo programa de formação, promovendo a nomeação de peritos, podendo intervir numa situação de emergência se assim for considerado oportuno.</li> </ul>	<p><b>Q.1.3</b></p> <p><b>Q.1.5</b></p>
E4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (...) <b>mobilização do módulo da FEB para o Chile recentemente, no qual eu fui o Comandante</b>.</li> <li>- <b>Fiz duas ações de formação no âmbito do Mecanismo</b> e fiz também uma ação de formação especificamente direcionada para os incêndios florestais (...).</li> </ul>	<p><b>Q.1.6</b></p> <p><b>Q.1.2</b></p>
E5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Eu não tenho experiência alguma naquilo que diz respeito ao Mecanismo em si e na sua ativação ou como intervém, e não tendo eu acompanhado o Mecanismo em termos de atuação em teatro de operações, não posso fazer qualquer tipo de avaliação</b>.</li> </ul>	<p><b>Q.1.7</b></p>
E6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Tenho uma série de cursos do Mecanismo</b> e <b>tenho participado em diversos exercícios</b> (...).</li> <li>- <b>Tenho três cursos</b>: o Community Mechanism Introduction Course, o Operational Management Course e o Security Course. Vou tirar agora o Assessment Mission Course.</li> </ul>	<p><b>Q.1.2</b> <b>Q.1.8</b> <b>Q.1.2</b></p>

E7	- (...) <b>fiz uma troca de peritos</b> com a Alemanha, e (...) com a Espanha. (...) eu estava ligado ao nosso centro de operações, e fui ver como funcionava o centro de operações destes países. - <b>Tenho duas formações do Mecanismo</b> : o Community Mechanism Introduction Course e o Operational Management Course.	Q.1.1 Q.1.2
E8	- (...) <b>tenho formação em diversos cursos no âmbito do Mecanismo</b> : o Community Mechanism Introduction Course e o Operational Management Course que realizei enquanto oficial do GIPS. - <b>Sou perito europeu de proteção civil e fui chamado para participação como training</b> , ou seja, perito, em exercícios no âmbito do Mecanismo, avaliando e orientando outras forças de proteção civil.	Q.1.2 Q.1.1
E9	- Atualmente sou <b>responsável pela gestão dos Módulos do GIPS</b> inscritos no âmbito do Mecanismo. - <b>Possuo o Curso CMI</b> – Introduction Mechanism Course. - Já <b>participei como observador num exercício</b> USAR no âmbito do Mecanismo, na Dinamarca, Langvang em dezembro de 2016.	Q.1.9 Q.1.2 Q.1.8
E10	- (...) <b>formação que tive no estrangeiro</b> , nomeadamente na Suécia (...) sobre o Mecanismo, e que culminou com um <b>grande exercício de simulação do acionamento do Mecanismo</b> . - <b>Tenho um curso do Mecanismo</b> : o Technical Experts Course.	Q.1.1 Q.1.8 Q.1.2
E11	- Fui convidado e nomeado para integrar a <b>formação em Technical Experts Course</b> (...) dando ferramentas para que possamos dentro do enquadramento ou da área de trabalho de cada elemento, integrar uma equipa de avaliação e reconhecimento num cenário de catástrofe.	Q.1.2

Fonte: Autor<sup>77</sup>

Quadro nº 4- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.1

E	Ideias principais das respostas à questão 2.1	Seg.
E1	- <b>Não tenho dúvidas disso</b> . Portugal (...) tem claramente assegurado <b>uma resposta de excelente qualidade</b> (...) e <b>exemplo de uma excelente resposta</b> , foi o <b>último pedido no âmbito do Mecanismo</b> (...) na ajuda do Chile. Nunca uma missão no âmbito do Mecanismo foi preparada num espaço tao curto de tempo como foi esta missão.	Q.2.1.1 Q.2.1.2 Q.2.1.7
E2	- <b>Concordo sim</b> . A nossa <b>resposta é sem dúvida de qualidade</b> , pois tudo aquilo que temos feito no quadro do Mecanismo, quer em termos da ajuda que temos prestado, quer em termos do acolhimento da ajuda que temos recebido <b>tem-se pautado sempre por patamares de eficiência e profissionalismo</b> (...). - Sempre que Portugal esteve presente nas missões desencadeadas no âmbito do Mecanismo, conseguiu sempre deixar uma <b>excelente impressão daquilo que foi o trabalho feito</b> . A última missão no Chile foi prova disso, tendo Portugal sido <b>reconhecido pelo trabalho feito</b> . - Temos tido um papel e uma <b>qualidade muito grande</b> naquilo que tem sido feito, sem dúvida.	Q.2.1.1 Q.2.1.2 Q.2.1.3  Q.2.1.7 Q.2.1.8 Q.2.1.2
E3	- <b>Sim, definitivamente</b> . Ao longo dos anos temos vindo a formar pessoas no quadro deste programa de formação do Mecanismo, preparadas para intervir num cenário de catástrofe (...). - <b>Ao nível da formação temos estado na linha da frente</b> . - Enquanto participante nós temos utilizado este Mecanismo mais como beneficiário, do que propriamente como país dador (...) esta dupla experiência, faz com que <b>Portugal tenha uma boa experiência e seja reconhecido no exterior</b> numa situação muito positiva naquilo que toca à assistência internacional.	Q.2.1.1  Q.2.1.4 Q.2.1.8
E4	- <b>Eu penso que sim</b> . (...) tenho acompanhado de forma direta ou indireta as mobilizações que foram pedidas pelo Mecanismo (...) Portugal sempre que requisitado	Q.2.1.1

<sup>77</sup> Adaptado de Sarmento (2013).



	tem dado, apesar de alguma necessidade de equipamentos, um contributo importante a vários níveis no âmbito do Mecanismo.	Q.2.1.5 Q.2.1.6
E5	- <b>Sim</b> . Não têm sido feitos muitos pedidos no âmbito do Mecanismo a Portugal, mas existe um grande esforço para que realmente haja uma participação cada vez mais ativa e que os módulos que fazem parte do Mecanismo estejam realmente prontos para uma intervenção, e a dar uma melhor resposta.	Q.2.1.1 Q.2.1.7
E6	- <b>Claro que sim</b> . Apesar de termos sempre espaço para progredir e ser melhores, Portugal tem dado uma resposta de grande qualidade. - Seja em missões, seja em exercícios, não só na participação como na preparação temos dado um bom contributo.	Q.2.1.1 Q.2.1.2 Q.2.1.6
E7	- Não tenho conhecimento de forças constituídas para um cenário. Participamos em exercícios do Mecanismo, e das situações em que tive conhecimento e onde participei, demonstramos ter capacidade e ficamos bem no contexto do exercício com as nossas competências.	Q.2.1.7
E8	- <b>Sim, concordo</b> . Tendo em conta a minha experiência no estrangeiro obtive esse feedback. Já antes de existir o Mecanismo, Portugal (...) projetou meios para catástrofes e os resultados foram excelentes. - Até ao momento a resposta tem sido boa e com qualidade, mas não tem sido mais pois não tem havido necessidade.	Q.2.1.1 Q.2.1.7 Q.2.1.2
E9	- <b>Sim concordo</b> . Portugal tem disponibilizado ao longo destes anos, depois de criado o Mecanismo, ajuda, sobretudo quando ocorreram alguns dos desastres mais significativos em que foi ativado o Mecanismo, em particular no âmbito dos sismos e dos incêndios florestais, quer fora e dentro da europa. - (...) podendo dizer-se por isso, que Portugal possui já um papel dinâmico e interativo neste sistema de ajuda recíproca no quadro do Mecanismo. - (...) poderia ter um papel mais interventivo, se tivesse mais e diversificados recursos, de modo a conseguir disponibilizar ajuda mais diferenciada em diferentes áreas. (...) escassa listagem de módulos inscritos no Mecanismo e na voluntary pool.	Q.2.1.1 Q.2.1.7 Q.2.1.5 Q.2.1.9
E10	- <b>Tenho a ideia que sim</b> , apesar de não estar dentro da resposta que o país tem dado ao longo dos anos, sendo que a última missão foi esta do Chile. Estamos capazes e temos forças para isso. Até hoje, sempre que nos foi solicitado respondemos positivamente.	Q.2.1.1 Q.2.1.7
E11	- <b>Sim</b> . Portugal tem dado algum apoio a diversos países, tendo tido uma resposta positiva, cumprindo aquilo que está vinculado em termos de capacidade de resposta apara adequar a sua ajuda, e tem-se afirmado pela positiva. - Portugal tem participado com um apoio de enorme qualidade. Tem sido um trabalho de muita devoção e muita entrega, com um forte teor de reconhecimento dos países afetados, Portugal tem recolhido os frutos da qualidade do trabalho desenvolvido.	Q.2.1.1 Q.2.1.7 Q.2.1.2 Q.2.1.8 Q.2.1.2

Fonte: Autor<sup>78</sup>

Quadro nº 5- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.2

E	Ideias principais das respostas à questão 2.2	Seg.
E1	- Claramente, a formação e o treino fazem sempre toda a diferença. - É evidente de que relativamente a estas ações, primeiramente passa por ter formação adequada e no intercâmbio como tem sido feito. As ações de treino entre os vários países e entre as várias ações e os vários níveis fazem todo o sentido.	Q.2.2.1 Q.2.2.7
E2	- Devem-se potenciar os recursos e as capacidades que já existem em cada entidade (...), neste caso em concreto para a cooperação no âmbito do Mecanismo. - Apostar na formação, planeamento, no treino e na preparação, participando em exercícios de proteção civil realizados todos os anos em países europeus, sendo que a formação e preparação dos operacionais é muito importante, para melhorar a sua capacidade de resposta.	Q.2.2.3 Q.2.2.1 Q.2.2.2

<sup>78</sup> Adaptado de Sarmento (2013).



	- A <b>sensibilização da população</b> , para que as pessoas saibam que isto existe e como funciona o Mecanismo, é meio caminho andado para que a nossa participação se possa pautar pelas regras e critérios de eficiência, da qualidade e do profissionalismo.	Q.2.2.4
E3	<p>- Enquanto autoridade nacional junto do Mecanismo, é à ANPC que cai a responsabilidade de coordenar o registo dos módulos de proteção civil. Somos nós que temos que <b>ir junto de todas as entidades</b> (...) explicar o que é o Mecanismo, <b>convidando-os a identificarem módulos e recursos</b> que possam ser afetos ao Mecanismo (...).</p> <p>- Para além disto o Mecanismo prevê um orçamento anual atribuído pela Comissão Europeia, ou seja, Portugal pode participar no quadro do Mecanismo através da candidatura a <b>projetos divulgados pela EU para exercícios internacionais</b> e podemos desta forma coordenada com outros países potenciar esta componente de <b>financiamento comunitário para exercícios de proteção civil</b>, ou para projetos que tenham a ver com a área de prevenção e desenvolvimento do trabalho técnico-científico, sendo estas áreas uma mais-valia para nós.</p> <p>- (...) <b>encetar uma articulação mais direta com estas entidades</b> no sentido de lhes explicar quais são as <b>vantagens destes módulos</b> (...).</p>	<p>Q.2.2.7</p> <p>Q.2.2.2</p> <p>Q.2.2.5 Q.2.2.7</p>
E4	<p>- (...) qualquer entidade deve (...) <b>ter pessoas nos seus quadros com vários níveis</b>, nos vários patamares englobados pelo Mecanismo.</p> <p>- (...) procurar consoante aquilo que são as suas áreas de intervenção, que possam ter também <b>equipamento</b> e a <b>formação ao nível da manobra</b> (...) tentarmos <b>complementar os equipamentos</b> que temos (...).</p> <p>- A própria <b>divulgação desses módulos ao nível das entidades</b> deveria ser maior (...).</p>	<p>Q.2.2.1</p> <p>Q.2.2.3 Q.2.2.1 Q.2.2.7</p>
E5	<p>- Para que exista uma boa capacidade de resposta, o mais importante é acima de tudo <b>termos forças com valências muito específicas</b> (...).</p> <p>- <b>A formação é importantíssima</b> (...). A grande mais-valia no fundo é a existência de organização, <b>treinos</b> e <b>exercícios conjuntos</b>, entre diferentes agentes de proteção civil em Portugal, para uma atuação eficaz num teatro de operações. Assim, se uma determinada força estiver bem treinada, (...) terá mais facilidade em conseguir executar a sua missão.</p>	<p>Q.2.2.3 Q.2.2.1 Q.2.2.2</p>
E6	<p>- Cada entidade, principalmente aquelas que têm módulos inscritos no Mecanismo, <b>é fundamental que cada uma delas se prepare autonomamente</b> e (...) <b>haver interligação entre elas</b>, para numa situação real existir capacidade de interoperabilidade.</p> <p>- <b>Aumentar o número de exercícios e mais formação conjunta</b>, é fundamental.</p>	<p>Q.2.2.1 Q.2.2.5 Q.2.2.2 Q.2.2.1</p>
E7	<p>- Deveria haver um <b>regular exercitar da ativação</b>, que é um procedimento que se não for estimulado tenho dúvidas que ao fim de alguns anos as coisas estejam sempre prontas.</p> <p>- (...) iniciativa da entidade, mas também da Autoridade, <b>garantir algum exercício de aprontamento</b>, de prontidão, estimular mais este tipo de atividades para as entidades que têm módulos.</p>	<p>Q.2.2.1</p> <p>Q.2.2.2</p>
E8	<p>- (...) é fundamental que os responsáveis tenham <b>formação no âmbito do Mecanismo</b>, acima de tudo para perceber o seu enquadramento.</p> <p>- A força tem de estar bem preparada (...) com militares bem preparados fisicamente e principalmente psicologicamente, para garantir uma resposta eficaz a uma determinada catástrofe.</p> <p>- (...) <b>Os materiais e equipamentos tem que ser os ideais</b> para os diferentes teatros de operações.</p> <p>- <b>A participação em exercícios</b> (...) e <b>treinos conjuntos com forças internacionais</b>, por forma a conhecer as capacidades e meios utilizados pelas forças, sendo importante <b>existir um intercâmbio e partilha de informações</b>.</p>	<p>Q.2.2.1</p> <p>Q.2.2.3</p> <p>Q.2.2.2 Q.2.2.1 Q.2.2.7</p>

E9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação em exercícios (...) de modo a testar as capacidades dos seus Módulos inscritos, a capacidade e competência dos seus técnicos, assim como, a adequabilidade dos seus recursos logísticos, desenvolvendo e consolidando assim, a experiência de todos os participantes para garantir uma adequada e eficiente resposta em missão operacional real.</li> <li>- Participação em formação específica no âmbito do Mecanismo (...).</li> <li>- Participação em intercâmbios e visitas com caráter didático e formativo a outras entidades (de diferentes estados-membros), com vista a partilhar experiência e ganhar conhecimento nesta área.</li> <li>- Realização de treinos conjuntos e formação especializada com as diferentes entidades participantes do Mecanismo, em cada área de intervenção operacional específica dos módulos.</li> <li>- Dinamizar auditorias (...) para verificar as condições dos módulos inscritos.</li> </ul>	<p>Q.2.2.2 Q.2.2.3</p> <p>Q.2.2.1 Q.2.2.7</p> <p>Q.2.2.1</p> <p>Q.2.2.8</p>
E10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A questão dos treinos operacionais, e este ano temos cá um grande exercício internacional, em que nós (GIPS) vamos ser aqueles que montamos o cenário e eles vão ser os técnicos a intervir, ou seja, não vamos estar como equipas de intervenção mas sim a organizar e criar o cenário.</li> </ul>	<p>Q.2.2.1 Q.2.2.2</p>
E11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (...) elementos habilitados com diversos cursos e formações no âmbito do Mecanismo, ou seja ter elementos com formação de <i>technical expert</i>, com ferramentas para interagir numa equipa de avaliação e reconhecimento.</li> <li>- (...) <i>know-how</i> e do conhecimento, possam enriquecer a própria instituição, tendo uma visão mais abrangente do Mecanismo para perceber todo o seu funcionamento.</li> <li>- Potenciar atividades como treinos e exercícios conjuntos, sendo isto mais um meio para desenvolver e potenciar capacidades de resposta.</li> <li>- Aumentar as dinâmicas de interajuda e intercâmbio de conhecimentos.</li> </ul>	<p>Q.2.2.1</p> <p>Q.2.2.3</p> <p>Q.2.2.1 Q.2.2.2 Q.2.2.7</p>

Fonte: Autor<sup>79</sup>

Quadro nº 6- Análise de conteúdo das respostas à questão 2.3

E	Ideias principais das respostas à questão 2.3	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Claro que sim. (...) há sempre espaço para melhorar e tem de haver essa perspetiva de criar condições para introduzir melhorias.</li> <li>- Podermos acreditar mais módulos no âmbito do Mecanismo, e criar formas mais expeditas de fazer essa acreditação e não criar uma burocracia tão pesada do ponto de vista da ativação do Mecanismo (...).</li> </ul>	<p>Q.2.3.1 Q.2.3.2</p>
E2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há sempre possibilidade de melhorar aquilo que temos. Hoje em dia, já atingimos um bom patamar daquilo que é a nossa participação no Mecanismo.</li> <li>- Potenciar o registo de mais módulos para que constem na base de dados do Mecanismo.</li> <li>- Ponderar a nossa participação na <i>voluntary pool</i> (CERE), implicando termos meios que ficam durante um determinado período de tempo prioritariamente alocados em intervenções europeias no quadro do Mecanismo.</li> <li>- Continuar a reforçar a nossa participação nas ações de formação do Mecanismo alargando o espetro de entidades (...).</li> <li>- Já estamos num patamar muito interessante em termos de <i>know-how</i> e de prestação no âmbito do Mecanismo.</li> </ul>	<p>Q.2.3.1</p> <p>Q.2.3.3</p> <p>Q.2.3.4</p>
E3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar mais módulos de proteção civil e avaliar a capacidade ou possibilidade dos módulos já existentes poderem ser inscritos na <i>voluntary pool</i>.</li> <li>- Consegue-se perfeitamente criar módulos partilhados e passíveis de ser inscritos no CECIS.</li> <li>- Promover a formação dos nossos quadros e das entidades que potencialmente poderão também ser envolvidas na resposta internacional, no âmbito do Mecanismo.</li> </ul>	<p>Q.2.3.1 Q.2.3.3 Q.2.3.1</p> <p>Q.2.3.4</p>

<sup>79</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

E4	- Uma maior divulgação a nível interno das nossas estruturas (...), uma maior preocupação e sensibilização (...), em haver um esforço direcionado especificamente para este tipo de intervenções.	Q.2.3.5 Q.2.3.4
E5	- Queremos sempre obter melhores resultados. No futuro poderá ser necessário criar mais valências, sendo todo esse processo bastante dinâmico. - Somos muito reativos e pouco preventivos, sendo importante que no futuro devemos apostar muito mais na prevenção e análise do risco. - É importante que haja alguma resiliência e pro-atividade por parte da população, sendo que todo este processo não envolve só os agentes de proteção civil, mas também a população em geral, por forma a minimizar o risco e a colaborar na prevenção. - A prevenção civil somos todos nós e cada um de nós não deixa de ser um agente de proteção civil, sendo que as pessoas devem estar sensibilizadas. O cidadão desempenha um papel fundamental em todo este sistema.	Q.2.3.1 Q.2.3.4 Q.2.3.6
E6	- Sim, há sempre espaço para melhorar. É essencial que haja treino, exercícios, (...) ações voltadas para o treino e para a formação contínua. - Os módulos inscritos já têm uma abrangência muito grande, mas de acordo com a experiência que tenho podiam ser inscritos outros módulos (...).	Q.2.3.4 Q.2.3.1
E7	- (...) não temos mobilidade de os levar para o teatro de operações (...) não há capacidade de levar a força (...). - (...) se não temos essa capacidade de transporte, o Mecanismo tem de proporcionar meios. O nosso problema nacional é de não ter capacidade para colocar lá a força.	Q.2.3.7
E8	- (...) Quantos mais militares e civis tivermos com preparação e formação no âmbito do Mecanismo melhor. - A cooperação e interoperabilidade entre os agentes de proteção civil é também fundamental (...). - Não existe necessidade de cada força ter meios em duplicado, sendo que a ANPC podia ter um “kit de equipamentos”, comum a todas as forças nacionais, e quando Portugal fosse solicitado para um apoio internacional este seria utilizado (...).	Q.2.3.4 Q.2.3.8 Q.2.3.2
E9	- Melhorar o ratio relativamente à formação específica no quadro do Mecanismo, por entidade. - Promover auditorias internas, para verificar o estado atual dos módulos inscritos de todas as entidades. - Criar um fundo anual específico a que cada entidade pudesse concorrer, de modo a poder adquirir novos equipamentos ou outros materiais (...). - Equacionar a possibilidade de constituir novos módulos (...) aproveitando e rentabilizando ao máximo as capacidades de cada entidade (...). - Promover formação interna para as diferentes entidades, replicando a formação específica ministrada pela Comissão Europeia nesta área. - Promover um exercício anual para testar a capacidade de resposta dos seus módulos e dos peritos portugueses, na gestão e coordenação da resposta de Portugal no quadro do Mecanismo.	Q.2.3.4 Q.2.3.10 Q.2.3.7 Q.2.3.1 Q.2.3.4
E10	- Sim, aproveitando também a vertente que a Guarda tem na perspetiva de ter autonomia total (...) conjugando aqui as vertentes do safety e do security. - Isto é uma gestão e uma coordenação que está a cargo da ANPC (...).	Q.2.3.9
E11	- Fazer exercícios conjuntos no âmbito dos acordos bilaterais, como é o caso de Espanha, havendo intercâmbio de conhecimentos entre os países. - Portugal deveria ter mais módulos inscritos no Mecanismo e adequar a sua própria organização neste âmbito. - Investir na das diversas vertentes da proteção civil. - Criar procedimentos e mecanismos internos para aumentar a celeridade de todo o processo de resposta no âmbito do Mecanismo.	Q.2.3.4 Q.2.3.8 Q.2.3.1 Q.2.3.2

Fonte: Autor<sup>80</sup>

<sup>80</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

**Quadro nº 7- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.1**

E	Ideias principais das respostas à questão 3.1	Seg.
E1	- Não tenho dúvidas de que a formação que tem sido proporcionada ao GIPS, que tem sido bem aplicada (...) <b>há necessidade de formar mais militares do GIPS</b> . Quanto mais militares do GIPS tivermos formados, naturalmente melhor poderão responder a todas as circunstâncias, e claramente depois melhorar, do ponto de vista da resposta operacional.	Q.3.1.2 Q.3.1.1
E2	- Sem dúvida nenhuma. Tenho acompanhado desde a sua génese o GIPS e acho que tem feito um trabalho absolutamente fantástico em termos daquilo que é a sua preparação. - O GIPS tem sabido aproveitar aquilo que tem feito em termos nacionais, a sua capacidade, <b>os seus equipamentos</b> , <b>o seu know-how</b> , <b>os seus recursos</b> para potenciar isto junto do Mecanismo e aquilo que é a sua participação dentro do Mecanismo. - Está muito bem preparado e <b>tem tido uma participação muito eficaz</b> , gradual e sustentada no Mecanismo, e está em condições de continuar a sustentar essa <b>participação</b> pois tem os equipamentos, tem a formação e tem pessoal treinado. - Deste modo, participação numa missão real é uma questão de tempo e de oportunidade, que virá garantidamente.	Q.3.1.2  Q.3.1.4 Q.3.1.7 Q.3.1.2 Q.3.1.3 Q.3.1.2
E3	- Sim. (...) para os módulos dos GIPS serem integrados no Mecanismo já têm de responder a uma série de critérios que estão previstos na legislação, ou seja, <b>esses módulos só lá estão se responderem a determinados critérios e requisitos</b> . - No âmbito dos exercícios internacionais e exercícios nacionais, nós temos colaborado com o GIPS, e <b>este tem participado</b> . - <b>As relações têm sido sempre muito positivas</b> e existe <b>uma grande vantagem sendo que é uma estrutura militar, sendo que na minha opinião pessoal é uma mais-valia</b> , para além de que estarão bem organizados. - Aquilo que se vê a nível nacional onde o GIPS intervém no combate aos incêndios, e na sua postura ativa e eficaz no combate a esta catástrofe, naturalmente que será sempre expectável que <b>numa situação internacional a resposta irá sempre na mesma linha</b> . - <b>Estará naturalmente bem preparado para assumir uma resposta internacional eficaz</b> .	Q.3.1.2  Q.3.1.3 Q.3.1.5  Q.3.1.2
E4	(...) <b>tem o equipamento adequado e terá com certeza as pessoas com a formação adequada</b> . Não tenho grandes dúvidas disso. - (...) se essa estrutura operacional for envolvida num desses incidentes (...), <b>estará com certeza preparada</b> (...) irá fazer um trabalho adequado e tecnicamente bem executado. - <b>Acredito que sim, que estão bem preparados para os módulos onde estão inscritos</b> .	Q.3.1.4  Q.3.1.2
E5	- <b>Sim, não há dúvida nenhuma que o GIPS se encontra bem preparado</b> . - Relativamente ao seu empenhamento todos os anos no terreno, maioritariamente a nível dos incêndios florestais, não há dúvida nenhuma de que eles <b>estão altamente treinados e os resultados falam por si</b> . - Sem sobra de dúvida, eles têm uma taxa de sucesso que anda na ordem dos 90%, e isso só por si pode muito bem funcionar como uma avaliação à capacidade de resposta e ao <b>aprontamento do GIPS para este tipo de necessidades</b> . - <b>O GIPS tem como mais-valia o facto de ser uma força de natureza militar</b> altamente disciplinada, bem organizada, hierarquizada e com disponibilidade permanente. Tudo isto são contributos para uma taxa de sucesso e para uma <b>atividade de excelência que o GIPS tem conseguido ao longo dos últimos anos</b> .	Q.3.1.2  Q.3.1.4  Q.3.1.7 Q.3.1.5 Q.3.1.6
E6	- Sim, sem dúvida. O GIPS encontra-se <b>muitíssimo bem preparado</b> e tem assumido este compromisso de forma plena. Há sempre espaço para melhorar, nomeadamente na <b>aquisição de melhores equipamentos</b> . - <b>Os militares são altamente treinados</b> , profissionais e muitíssimo enquadrados com o Mecanismo e na forma como devem intervir nos diferentes módulos.	Q.3.1.2  Q.3.1.6 Q.3.1.4
E7	<b>Sim, a nível dos exercidos tem sido exemplar</b> . Em todos os exercícios que o GIPS participou <b>ficamos todos muito bem</b> .	Q.3.1.2 Q.3.1.7 Q.3.1.3
E8	- <b>O GIPS encontra-se bem equipado</b> , com equipamento suficiente para intervir no âmbito do Mecanismo. - A preparação é contínua. <b>O GIPS tem militares especialistas em diferentes valências e muito bem preparados</b> (...).	Q.3.1.4  Q.3.1.2

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Mecanismo obriga a que a força tenha de cumprir uma série de requisitos, sendo um deles a participação em exercícios e formações. O GIPS (...) tem feito exercícios, (...) e <b>tem participado em formação no âmbito do Mecanismo</b>.</li> <li>- O GIPS está pronto para intervir com militares capazes, independentemente de ainda não ter sido chamado para uma situação real.</li> </ul>	<p>Q.3.1.3</p> <p>Q.3.1.2</p>
E9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O GIPS atualmente <b>possui os recursos humanos e equipamentos técnicos necessários</b> para <b>projetar os seus módulos a qualquer momento</b>, caso sejam ativados.</li> <li>- (...) necessidade de se efetuar ajustamentos e algumas <b>aquisições do ponto de vista logístico</b>.</li> <li>- (...) <b>mais formação</b> no âmbito da coordenação e gestão operacional, no quadro da assistência internacional (...).</li> <li>- Temos plena consciência que ainda temos um longo caminho a percorrer nesta preparação. Para nós a preparação é contínua, procurando melhorar através do treino e formação as nossas capacidades operacionais.</li> </ul>	<p>Q.3.1.4</p> <p>Q.3.1.2</p> <p>Q.3.1.6</p> <p>Q.3.1.1</p>
E10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim. (...) por <b>termos os recursos necessários, quer humanos, quer materiais</b>, e pela autonomia que existe no GIPS (...). O GIPS <b>tem tudo para conseguir responder bem no âmbito do Mecanismo</b>, podendo também ser interligado com outras valências da GNR.</li> </ul>	<p>Q.3.1.2</p> <p>Q.3.1.4</p> <p>Q.3.1.3</p>
E11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- (...) <b>dado que tem uma natureza militar</b>, sendo uma força que garante as vertentes de safety e de security.</li> <li>- (...) considerando que a missão é exclusivamente no âmbito da proteção civil, existe um conjunto de fatores que podem potenciar a insegurança e o nosso <i>know-how</i> como órgão de polícia criminal, poderia ser sempre uma mais-valia para a segurança da força.</li> <li>- O GIPS está preparado, tem condições de <b>qualidade humana</b> e de <i>know-how</i> técnico e <b>recursos logísticos</b> para tal, embora careça de um maior reconhecimento pelas suas qualidades.</li> </ul>	<p>Q.3.1.5</p> <p>Q.3.1.2</p> <p>Q.3.1.4</p> <p>Q.3.1.7</p>

Fonte: Autor<sup>81</sup>

Quadro nº 8- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.2

E	Ideias principais das respostas à questão 3.2	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Claro que sim. É sempre uma mais-valia</b>, o facto de uma entidade como o GIPS ter estas duas valências (...).</li> <li>- Em qualquer país da Europa estão muito definidas estas questões, apesar de elas <b>em determinadas ações se puderem confundir</b> eu diria, de se puderem juntar também, na maioria delas <b>estamos a falar no âmbito do Mecanismo, do safety e não do ponto de vista do security</b>.</li> </ul>	<p>Q.3.2.1</p> <p>Q.3.2.2</p> <p>Q.3.2.4</p>
E2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depende (...). Numa missão internacional de combate a um incêndio florestal, eu <b>tenho dúvidas que deixassem os militares do GIPS atuar armados</b>. Contudo, num contexto com uma componente securitária mais forte, <b>como é o caso do Haiti, isso se calhar era uma vantagem</b>, mas exige outro tipo de procedimentos de modo a garantir o respeito pelos procedimentos internacionais em matéria de resposta a catástrofes.</li> <li>- <b>Pode ser uma mais-valia desde que bem enquadrada</b>. Noutros casos esta componente <i>security</i> deve ser deixada de lado e <b>a valência safety deve estar mais destacada</b>.</li> </ul>	<p>Q.3.2.2</p> <p>Q.3.2.3</p> <p>Q.3.2.4</p>
E3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Numa missão destas de natureza humanitária, não são permitidas a entrada de armas. (...) a sua natureza e formação, mais associada à vertente de <i>security</i>, obviamente que numa resposta qualquer e numa situação mais complexa que pudesse por em causa a segurança da população, <b>estariam sempre mais bem preparados</b>, (...) e se calhar <b>poder ter uma tomada de decisão diferente</b>.</li> <li>- (...) esta parceria entre os Bombeiros e os militares do GIPS <b>será sempre uma mais-valia num teatro de operações em emergências complexas</b>.</li> </ul>	<p>Q.3.2.2</p> <p>Q.3.2.5</p> <p>Q.3.2.6</p>
E4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Sim, claramente</b>. (...) há missões específicas que importa garantir estas duas vertentes. Contudo, em países que não são os nossos, nomeadamente no <i>security</i>, esta potencialidade pode nem sequer ser aplicada.</li> </ul>	<p>Q.3.2.1</p>

<sup>81</sup> Adaptado de Sarmento (2013).



	- A questão de atuarem armados pode ser um constrangimento e pode nem ser possível (...). poderá eventualmente ser até mais vantajosa no nosso país.	Q.3.2.2
E5	- <b>Sim, é uma mais-valia</b> e voltando a falar no nosso estatuto militar, o empenhamento do GIPS no Mecanismo é feito <b>estritamente na vertente do safety</b> (...) os militares do GIPS têm vasto conhecimento e uma larga experiência na vertente da segurança. - Muitas vezes <b>estas vertentes funcionam de forma complementar</b> . Nesse aspeto é <b>uma mais-valia em relação aos demais, desde que bem enquadrada</b> . Noutros casos esta componente <i>security</i> deve ser deixada de lado. - É uma força militar e <b>tem conhecimentos no âmbito da segurança</b> . <b>Este conhecimento em determinado tipo de situações é uma mais-valia</b> .	Q.3.2.1 Q.3.2.4 Q.3.2.7 Q.3.2.6 Q.3.2.3  Q.3.2.7 Q.3.2.3
E6	- <b>Sim</b> . Quando Portugal foi ativado para o Haiti, essa situação ficou ainda mais clara. - Se tivesse avançado o GIPS, este conseguiria perfeitamente atuar no terreno, pois <b>consegue por um lado, proteger a sua força e ao mesmo tempo garantir a vertente do safety</b> .	Q.3.2.1  Q.3.2.6
E7	- Não. O exercício da competência de segurança ( <i>security</i> ), nunca pode ser exercida em território não nacional, pelo que nós nunca vamos armados. - É uma situação bastante delicada, pelo que na minha opinião a questão do <i>security</i> fora do nosso país não é uma mais-valia.	Q.3.2.11
E8	- <b>Entendo que sim</b> . Somos uma força completa. (...) uma força que vai para um determinado cenário <b>para além do safety tem de o complementar com o security, e o GIPS tem essa capacidade</b> . Isto é fundamental, sendo que uma força tem de ser completa e autónoma (...). <b>tem capacidade de ser uma força autossustentável no âmbito do Mecanismo</b> (...).	Q.3.2.1 Q.3.2.6  Q.3.2.9
E9	- <b>Sem dúvida alguma</b> . O GIPS é e será sempre uma mais-valia em qualquer quadro de apoio e assistência humanitária, seja no âmbito do Mecanismo, seja noutro âmbito qualquer. - O GIPS enquanto <b>força de proteção e socorro de natureza militar e policial</b> deveria ser considerada, sem dúvida uma referência quer no país, quer na Europa. - (...) os seus militares tem uma elevada preparação física, psicológica, de socorro e resgate e simultaneamente, uma preparação técnico-militar e policial, que permite que os mesmos <b>consigam operar em cenários sob ameaça, garantindo a sua proteção, a da população, estabelecendo a ordem se necessário e garantir ao mesmo tempo o socorro</b> . - (...) a política da assistência internacional, é sempre não-armada. Porém <b>os conhecimentos e a exigente preparação numa força desta natureza é sempre melhor</b> , do que uma meramente civil. - (...) <b>não existe um consciente conhecimento das verdadeiras capacidades do GIPS e as mais-valias que o seu empenhamento poderá trazer para a União Europeia</b> .	Q.3.2.1  Q.3.2.6  Q.3.2.5 Q.3.2.10
E10	- É isto que nos diferencia da maioria das forças. (...) <b>os seus elementos são órgãos de polícia criminal e ao mesmo tempo também conseguem prestar socorro</b> . Não fazem só a segurança mas também fazem a proteção e socorro. - (...) <b>uma mais-valia para este Mecanismo</b> . - (...) <b>para que as forças atuem é fundamental que haja condições de segurança</b> (...). - Temos autonomia para garantir a nossa segurança e a segurança dos outros que estamos a ajudar pela vertente do <i>security</i> .	Q.3.2.6  Q.3.2.3 Q.3.2.8 Q.3.2.6
E11	- <b>É claramente uma mais-valia</b> . Os cenários de catástrofe estão muitas vezes de mão dada com situações de insegurança e criminalidade, existindo sempre uma grande janela de oportunidade para a desordem pública. - <b>A dupla valência de security e safety permite ao GIPS dar uma resposta mais completa do ponto de vista de garantir a segurança e conseguir intervir em cenários de catástrofe</b> .	Q.3.2.1  Q.3.2.6

Fonte: Autor<sup>82</sup>

<sup>82</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

**Quadro nº 9- Análise de conteúdo das respostas à questão 3.3**

E	Ideias principais das respostas à questão 3.3	Seg.
E6	- (...) <b>participação em exercícios no âmbito do Mecanismo</b> , e também por alguma formação no âmbito dos cursos do Mecanismo. - Deveriam existir <b>mais exercícios</b> e <b>mais formação</b> , mas são passos que poderão ser dados no futuro.	Q.3.3.1 Q.3.3.2
E7	- Fui dos primeiros oficiais da GNR a <b>frequentar a formação do Mecanismo</b> . - No âmbito do Mecanismo não foi adquirido nenhum material ou equipamento em específico. - Na altura <b>fazíamos alguns exercícios</b> . Sei que o pessoal tem alguns exercícios, por iniciativa própria da entidade que tem os módulos.	Q.3.3.2  Q.3.3.1
E8	- A forma de processamento da participação do GIPS tem sido evolutiva. Começamos primeiro com uma fase de observação e com apenas <b>alguns militares com conhecimentos do Mecanismo</b> . De seguida <b>acabamos por adquirir equipamentos</b> , tendo começado depois a <b>treinar em Portugal através de exercícios</b> , e a especializar militares (...). A formação do Mecanismo começou a alargar-se para um maior número de <b>militares (...)</b> o GIPS está pronto para integrar uma força internacional.	Q.3.3.2 Q.3.3.3 Q.3.3.1 Q.3.3.2
E9	- O GIPS tem participado em <b>alguns exercícios efetuados no âmbito do Mecanismo (...)</b> . Atualmente <b>encontra-se a preparar um exercício USAR</b> , que vai ter lugar em Portugal, em Junho de 2017 – Modex Falck. - Ao longo destes anos, alguns dos seus oficiais também tem <b>participado em cursos do nível introdutório no âmbito do mecanismo</b> . - A preparação do GIPS passa pelo seu <b>treino contínuo e diário para melhorar a sua eficiência operacional</b> . - <b>Encontramo-nos a iniciar um processo de certificação de um Módulo Médio USAR</b> nos termos do INSARAG (...) contribuimos para melhorar e dar um salto muito qualitativo na resposta do GIPS em caso de catástrofe. - Encontramo-nos também a efetuar algumas <b>aquisições logísticas</b> para dotar o Módulo de condições mais propícias para a projeção da força.	Q.3.3.1  Q.3.3.2 Q.3.3.5 Q.3.3.6  Q.3.3.3
E10	- (...) em termos operacionais nunca fomos empenhados mas <b>em termos de exercícios já fomos empenhados diversas vezes</b> . - Os oficiais do GIPS têm tido <b>formação no âmbito do Mecanismo</b> para perceber o seu funcionamento, ficando credenciados como peritos (...).	Q.3.3.1 Q.3.3.2
E11	- O GIPS apenas tem <b>participado em exercícios</b> e formações no âmbito do Mecanismo. - (...) <b>contacto com diferentes entidades, o intercâmbio de conhecimentos</b> e visualizar diferentes realidades. Isto acaba por criar dinâmicas bastante positivas, permitindo ter contacto <b>e interação com elementos de diferentes áreas</b> e facilitando depois a intervenção em cenário de missão internacional no âmbito do Mecanismo	Q.3.3.1 Q.3.3.2 Q.3.3.4

Fonte: Autor<sup>83</sup>

**Quadro nº 10- Análise de conteúdo das respostas à questão 4.1**

E	Ideias principais das respostas à questão 4.1	Seg.
E1	- (...) <b>o país que necessita de ajuda faz um alerta (...)</b> . - <b>O Mecanismo a partir daí lança uma informação</b> . A partir desse momento os países com módulos inscritos ficam em pré-alerta (...) - O Mecanismo pede <b>uma equipa de peritos</b> , ou mesmo um <i>team leader</i> , mas além dessa circunstância pede também forças. No caso do Chile, tivemos dois pedidos: um pedido de forças, <b>isto é do módulo que estava inscrito</b> e também um perito para acompanhar a missão no âmbito da coordenação da operação.	Q.4.1.1  Q.4.1.3 Q.4.1.6
E2	- É <b>recebido o pedido de assistência internacional no sistema CECIS (...)</b> .	Q.4.1.1

<sup>83</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

	<p>- Após ser analisada a situação e o cenário em questão, <b>é verificado o pedido e é avaliada (...) quais são as capacidades nacionais</b> que temos para responder aquela matéria, ou seja, temos aqui uma perspectiva global daquilo que são as capacidades de intervenção dos vários agentes de proteção civil e rapidamente conseguimos perceber se temos ou não capacidade para compor e enviar uma força (...).</p> <p>- <b>No final a decisão é sempre política</b>, ou seja, temos de ter sempre luz verde da tutela pois há uma análise, uma avaliação política que é feita daquilo que são os interesses nacionais.</p> <p>- (...) a nossa intervenção nacional aqui tem sido sempre uma intervenção muito desinteressada. É uma intervenção pura em termos de solidariedade.</p> <p>- <b>Cabe-nos a nós, ANPC, operacionalizar no terreno aquilo que de facto for decidido superiormente.</b></p>	<p>Q.4.1.2</p> <p>Q.4.1.5</p>
E3	<p>- (...) <b>o país afetado solicita a ativação do Mecanismo (...).</b></p> <p>- <b>O Centro de Operações deste Mecanismo (...) recebe o pedido e difunde por todos os estados-membros.</b></p> <p>- Portugal irá <b>analisar se temos ou não capacidade de resposta</b>, remetendo esta informação para o Sr. Presidente da ANPC, que irá articular-se com a tutela, sendo necessário haver sempre uma resposta política.</p> <p>- Quando aparece uma luz verde a nível político, o presidente da ANPC dá a orientação para satisfazer o pedido de ajuda, e é nesse momento que <b>o CNOS começa a desencadear os procedimentos para criar a resposta</b>, através da mobilização da equipa para dar início à missão.</p> <p>- <b>A gestão e a coordenação de uma missão de proteção civil, independentemente da força enviada, é sempre coordenada pela ANPC.</b></p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.2</p> <p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.5</p>
E4	<p>- <b>Esta ativação ou é feita ao abrigo do Mecanismo, ou então abrigo de acordos bilaterais (...).</b></p> <p>- O início do processo parte sempre de um <b>pedido do país lesado (...). Cada país responde depois se tem capacidades e condições para responder a esse pedido.</b></p> <p>- A proximidade é depois um fator importante.</p> <p>- Se o país for aceite, <b>processa-se todo o sistema</b>, (...) existindo aqui sempre elementos do Mecanismo, que fazem o respetivo enquadramento com o Mecanismo.</p> <p>- Quando chegamos a um determinado país temos de nos enquadrar sempre, com aquilo que são as normas e procedimentos do mesmo.</p>	<p>Q.4.1.4</p> <p>Q.4.1.1</p>
E5	<p>- <b>Isso ultrapassa-me.</b> Aquilo que eu posso dizer aqui e que não posso deixar de referir é que efetivamente, a projeção de forças nacionais para o estrangeiro, neste caso o envio da FEB para o Chile, é motivo de grande satisfação e de grande orgulho quando realmente há uma força portuguesa que desempenha uma missão deste cariz em território estrangeiro.</p>	<p>Q.4.1.8</p>
E6	<p>- (...) esse país (...), irá assim <b>pedir ao Mecanismo ajuda (...)</b></p> <p>- <b>O Mecanismo através do CCRE difunde esse pedido de apoio para todos os países</b> e esse respondem se são ou não voluntários.</p> <p>- O Chile teve um grande problema de incêndios florestais não tendo capacidade para os controlar (...). Portugal disse que estaria disposto a avançar. Por via do Governo foi dada essa autorização e <b>a FEB avançou pois é a única entidade no país com o módulo necessário.</b></p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.2</p> <p>Q.4.1.6</p>
E7	<p>- (...) <b>o país que precisa de ajuda pede ajuda ao Mecanismo.</b> O Mecanismo contacta os países com <b>módulos no âmbito dessas competências.</b> Os países contactam o Mecanismo a manifestar a sua disponibilidade e a partir daí, é o Mecanismo que faz a articulação e a agilização para que tudo chegue ao teatro de operações.</p> <p>- Já aconteceu, (...) Espanha pedir ajuda diretamente a Portugal <b>no âmbito do acordo bilateral</b>, não passando pelo Mecanismo.</p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.6</p> <p>Q.4.1.4</p>
E8	<p>- Quando existe uma catástrofe num determinado país, <b>esse país faz um pedido de ajuda informando o Mecanismo através do Emergency Response Coordination Center (CCRE) (...).</b></p> <p>- <b>O Mecanismo informa os países inscritos no Mecanismo deste pedido de ajuda, e os países por sua vez informam o Mecanismo da sua capacidade de resposta (...).</b></p> <p>- O Mecanismo tem <b>uma pool de peritos com funções específicas e com formação (...)</b> com o objetivo de preparar o terreno para a receção das forças, através de reconhecimentos, observação, comunicação do ponto de situação, número de vítimas, locais para a receção das forças, locais para a instalação das forças, etc.</p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.3</p>



E9	<p>- A ativação das forças é despoletada pelo <b>pedido de ajuda internacional pelo estado afetado</b>. Se for efetuado, o Mecanismo por regra é ativado e Portugal, se tiver capacidades, <b>quer através dos módulos inscritos</b>, quer pelos <b>peritos que possui</b>, fica <b>disponível para ceder o apoio solicitado</b>.</p> <p>- Depois <b>a escolha recai sobre o Módulo que possui as características mais apropriadas para o tipo de apoio solicitado</b>.</p> <p>- (...) <b>é a Comissão Europeia através do DG-ECHO que escolhe os peritos a projetar</b>.</p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.6</p> <p>Q.4.1.3</p>
E10	<p>- Esse país afetado, se não tiver condições para fazer o pedido o Mecanismo pode ser na mesma ativado, mas por regra, <b>existe um pedido formal de apoio ao CCRE. O Mecanismo informa depois todos os países participantes (...)</b>. Os países (...) respondem ao Mecanismo, e <b>dizem se podem intervir ou não</b>. O Mecanismo é que decide quem é que vai empenhar <b>de acordo com os módulos</b>. Contudo, isto não condiciona os <b>acordos bilaterais que existem entre outros países</b>.</p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.6</p> <p>Q.4.1.4</p>
E11	<p>- Existe um <b>pedido internacional por parte do Chile</b>, sendo que <b>vários países cederam diversos meios</b> como é o caso de Espanha, França e Portugal.</p> <p>- Todo este processo passa muito por uma <b>escolha política</b>, da tutela, que <b>avaliando os módulos inscritos aciona a força que melhor corresponde ao pedido de ajuda</b> enviado.</p> <p>- <b>É consecutivamente a mesma força escolhida para teatros internacionais</b>, causando descontentamento da nossa parte e não havendo um maior reconhecimento no trabalho desenvolvido até agora.</p> <p>- (...) sentimos claramente uma desvalorização enorme das potencialidades que representamos no seio internacional e nacional.</p>	<p>Q.4.1.1</p> <p>Q.4.1.2</p> <p>Q.4.1.6</p> <p>Q.4.1.7</p>

Fonte: Autor<sup>84</sup>

Quadro nº 11- Análise de conteúdo das respostas à questão 4.2

E	Ideias principais das respostas à questão 4.2	Seg.
E1	<p>- <b>É sempre uma questão complexa</b>. (...) quando o <i>safety</i> entra em ação, (...) <b>devem ser asseguradas as condições de segurança</b>.</p> <p>- <b>As equipas de socorro só devem entrar quando há efetivamente condições de segurança</b> para esses operacionais intervirem. Se o país não tem condições para assegurar essa circunstância, <b>tem que fazer pedidos nesse âmbito para que seja garantida a segurança dos operacionais mobilizados para o terreno</b>.</p>	<p>Q.4.2.3</p> <p>Q.4.2.1</p> <p>Q.4.2.7</p>
E2	<p>- <b>As equipas que seguem neste tipo de cenários são responsáveis pela sua própria segurança</b>. Em situação como o Haiti, onde além daquilo que é intervenção em matéria de proteção civil, podemos ter problemas de segurança no local, <b>à partida cabe às autoridades nacionais garantirem essa segurança</b>.</p> <p>- <b>Isto mexe com questões do foro legal ou do foro da jurisprudência daquilo que é o direito internacional</b> e que de facto não permite que determinadas coisas se façam acordo prévio ou pelo menos um entendimento muito claro entre os países sobre aquilo que irá acontecer.</p> <p>- <b>A segurança é da responsabilidade da host nation</b> (...). É por isso que hoje em dia se tem trabalhado tanto a questão do <i>host nation support</i>, ou seja <b>garantir que os países estão em condições de receber a ajuda humanitária, de receber forças de proteção civil</b> e que lhes dão condições para que elas possam de facto trabalhar, sobretudo ao nível do enquadramento e <b>aqui a segurança tem um papel absolutamente preponderante</b>.</p>	<p>Q.4.2.2</p> <p>Q.4.2.1</p> <p>Q.4.2.3</p> <p>Q.4.2.7</p>
E3	<p>- A vertente de segurança é analisada sempre caso a caso, sendo que <b>para cada situação este trabalho é feito no CNOS</b>.</p>	<p>Q.4.2.4</p>
E4	<p>- (...) <b>tentar criar uma uniformidade a esse nível</b> e um conjunto de regras que possam ser aceites por cada país, mas sempre previamente negociado.</p> <p>- <b>Não é fácil uniformizar procedimentos a esse nível</b>, com a vertente do <i>security</i>.</p> <p>- No que diz respeito à segurança, ao nível dos cidadãos, <b>as coisas têm que ser muito mais trabalhadas de forma mais minuciosa</b>, por forma a evitar constrangimentos.</p>	<p>Q.4.2.5</p> <p>Q.4.2.3</p> <p>Q.4.2.7</p>

<sup>84</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

E5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A vertente da segurança ao longo dos últimos anos tem sido o objetivo principal (...) <b>existe alguma falta de estratégia em termos de posicionamento no teatro de operações.</b></li> <li>- (...) a segurança dos elementos que atuam em cenários de catástrofe assume bastante importância. Deste modo, as forças só devem ser projetadas no terreno e começar a sua atividade desde que realmente <b>estejam reunidos determinado tipo de pressupostos, nomeadamente a segurança</b>, não só das forças mas também de terceiros.</li> </ul>	<p>Q.4.2.7 Q.4.2.10</p> <p>Q.4.2.7</p> <p>Q.4.2.1</p>
E6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim, claro que sim mas <b>este é um caminho que o próprio Mecanismo vai ter de fazer.</b></li> <li>- Já se pensa que a própria EU deve ter módulos prontos a ser ativados a qualquer momento independentemente do parecer governamental (...).</li> <li>- Estou convicto que num futuro muito breve será colocada essa questão, de alguns <b>módulos terem capacidade de dar condições de segurança</b> à própria força (...).</li> </ul>	<p>Q.4.2.6</p> <p>Q.4.2.8</p>
E7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Isso <b>é sempre uma responsabilidade da autoridade local.</b></li> <li>- (...) o maior módulo já tem um grupo de pessoas que garantem a segurança dos restantes elementos, sendo um módulo mais robusto. Deveria haver esse cuidado de <b>mobilizar este tipo de módulo para um cenário onde de facto é necessário garantir a segurança das próprias pessoas.</b></li> </ul>	<p>Q.4.2.1</p> <p>Q.4.2.8</p>
E8	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concordo. Dependendo do local e do país onde haja essa catástrofe e seja solicitada a ajuda, será importante (...) <b>verificar se a resposta que vai dar tem condições de segurança.</b> (...) o GIPS, que possui a capacidade de <i>safety</i> e de <i>security</i> na mesma força, e acima de tudo tem militares completos pois tem formação ao nível da proteção e socorro e ao nível de força de segurança.</li> <li>- <b>O estudo prévio do terreno do teatro de operações</b> para onde estamos a enviar a força, tem de ser feito convenientemente, por forma a decidir qual a força a avançar.</li> </ul>	<p>Q.4.2.1 Q.4.2.9</p> <p>Q.4.2.10</p>
E9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sim. Devia haver um critério definido (por ex.: <b>o módulo ser composto por elementos com natureza policial</b>), tal como todos os outros critérios que se encontram legalmente tipificados.</li> <li>- Eventualmente podia não ser um critério vinculativo, mas sim preferencial, quando o nível de ameaça do estado afetado assim o exigisse, devendo por isso estar legalmente tipificado (...)</li> </ul>	<p>Q.4.2.8</p>
E10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por regra, os países afetados solicitam especialistas nas diferentes áreas, que foram consequência daquilo que aconteceu, como por exemplo um sismo. (...) <b>dever de garantir as condições de segurança para as forças poderem atuar.</b></li> <li>- <b>É uma mais-valia, nós (GIPS) já termos essa perspetiva em termos do security</b>, mas <b>é uma responsabilidade adstrita no Mecanismo</b> (...).</li> </ul>	<p>Q.4.2.1</p> <p>Q.4.2.9 Q.4.2.6</p>
E11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando uma região não consegue garantir a segurança, <b>esse país tem de garantir a segurança.</b></li> <li>- (...) <b>a grande vantagem do GIPS, é que é uma força de segurança de natureza militar</b>, caracterizando-se pela disciplina, resiliência e robustez física e psicológica.</li> <li>- Na vertente do <i>secutiy</i>, <b>o GIPS possui sensibilidade e um conjunto de ferramentas para criar procedimentos de segurança</b>, precaver, avaliar e dar informações válidas sobre os diferentes cenários de catástrofe.</li> <li>- O GIPS tem capacidade para recolher e transmitir informação credível para o CCRE, relativamente à situação de segurança existente no local (...)</li> </ul>	<p>Q.4.2.1</p> <p>Q.4.2.9</p>

Fonte: Autor<sup>85</sup>

Quadro nº 12- Análise de conteúdo das respostas à questão 5

E	Ideias principais das respostas à questão 5	Seg.
E1	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Essa coordenação é excelente.</b> Está bem definido quais são os módulos que estão inscritos e temos o ponto de contacto para o Mecanismo. (...) é nesse âmbito que respondemos perante um qualquer pedido do Mecanismo. <b>Está previamente definido e está assegurado quem é que responde perante determinada circunstância.</b></li> </ul>	<p>Q.5.1 Q.5.2</p>
E2	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Tem vindo a crescer.</b> Temos vindo a trabalhar nesta matéria.</li> </ul>	<p>Q.5.3</p>

<sup>85</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existe ainda um longo caminho a percorrer, sendo que temos que formar mais pessoas, ter mais peritos nacionais das diferentes entidades formados nesta matéria, e reforçar esta integração das outras entidades naquilo que é a participação nacional no Mecanismo.</li> <li>- Somos o ponto de contacto mas não temos a soberania da participação, ou seja, essa participação é tão mais rica quanto mais participada for pelas outras entidades, e aí temos todos a ganhar, não só a ANPC, mas também o país e todas as outras entidades participantes.</li> </ul>	Q.5.4
E3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Neste momento é a melhor, sendo que existe uma boa articulação.</li> <li>- Temos oficiais de ligação no CNOS responsáveis exatamente por serem a ponte de contacto para as diferentes entidades (...).</li> <li>- (...) temos esta facilidade de articulação com todas as entidades.</li> </ul>	Q.5.1 Q.5.5 Q.5.2 Q.5.5
E4	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A cooperação (...) é baseada em anos de experiência e parece-me que é a adequada.</li> <li>- (...) muita facilidade de comunicação e eventualmente de mobilização.</li> <li>- A ANPC tem as condições e as pessoas adequadas para desenvolver esse processo.</li> </ul>	Q.5.1 Q.5.5 Q.5.6
E5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É uma coordenação que tem vindo a melhorar dia após dia.</li> <li>- Começa a haver realmente um sentimento de proteção civil, de colaboração e de articulação, sendo que os agentes de proteção civil têm que colaborar, e acima de tudo têm que se complementar, pois o sistema é um só e todos trabalham num objetivo comum. É importante que exista sempre uma entidade a coordenar, e neste caso concreto é a ANPC, que tem feito um bom trabalho, sendo algo que é inquestionável e que é bem aceite por parte de todos os agentes de proteção civil.</li> <li>- O relacionamento entre a ANPC e a GNR é excelente e a coordenação decorre dentro do que é expectável (...).</li> </ul>	Q.5.3 Q.5.5 Q.5.4  Q.5.6 Q.5.1  Q.5.5
E6	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ela tem existido se bem que, fazendo a FEB parte integrante da ANPC, tem sido por vezes de alguma forma privilegiada ou beneficiada (...). (...) pois a transmissão da informação é mais rápida. Por vezes, a transmissão da informação para outras entidades demora mais, sendo um processo complexo.</li> <li>- São aspetos que espero que tenham tendência a melhorar e que no futuro exista um processo mais célere.</li> </ul>	Q.5.7  Q.5.8  Q.5.3
E7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relativamente simples (...). (...) relação muito pessoal entre todos e um processo de agilização bastante simples. Interagimos diretamente uns com os outros.</li> <li>- (...) há um contacto direto imediato ainda antes de haver um pedido.</li> <li>- Tem sido uma boa relação.</li> </ul>	Q.5.5   Q.5.1
E8	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considero que é boa. A ANPC tem um papel fundamental no contacto direto com o Mecanismo. A ANPC é o elo de ligação e qualquer contacto externo é feito através da ANPC, quer para cima, quer para baixo. A coordenação e o papel da ANPC em Portugal é equilibrada e organizada para com todos os agentes de proteção civil (...).</li> </ul>	Q.5.1 Q.5.6  Q.5.5
E9	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A escolha recai quase sempre para os mesmos (Estrutura da ANPC e Bombeiros), não sendo dadas as mesmas oportunidades às outras entidades que participam também no Mecanismo.</li> <li>- Deveria haver por parte da ANPC, reuniões mais periódicas de atualização e debate sobre o papel de Portugal no quadro de ajuda no âmbito do Mecanismo, com especial relevância para as entidades que participam ativamente no mesmo.</li> </ul>	 Q.5.7  Q.5.9
E10	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É uma boa relação. A ANPC (...), é no fundo uma autoridade coordenadora de esforços, ou seja, visa fomentar a entreaajuda entre as diversas forças e entidades.</li> </ul>	Q.5.1
E11	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há uma coordenação desigual e não equitativa.</li> <li>- (...) em várias situações o GIPS não esteve em pé de igualdade com os restantes agentes de proteção civil, como foi o caso do Haiti e das forças enviadas para Espanha há cerca de dois anos.</li> <li>- Existe ainda um longo caminho para que exista uma total imparcialidade da ANPC para com todas as forças de proteção civil em Portugal (...).</li> <li>- (...) sentimos que existe alguma desvalorização das potencialidades do GIPS (...).</li> </ul>	Q.5.7   Q.5.3

Fonte: Autor

<sup>86</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

## APÊNDICE H - ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS RESPOSTAS

Tabela n.º 3- Análise estatística das respostas à questão 1

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 1													
Q.1.1	X						X	X		X		4	36%
Q.1.2	X	X		X		X	X	X	X	X	X	9	81%
Q.1.3		X	X									2	18%
Q.1.4		X										1	9%
Q.1.5		X	X									2	18%
Q.1.6				X								1	9%
Q.1.7					X							1	9%
Q.1.8						X			X	X		3	27%
Q.1.9									X			1	9%

Fonte: Autor<sup>87</sup>

Tabela n.º 4- Análise estatística das respostas à questão 2.1

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 2.1													
Q.2.1.1	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	10	91%
Q.2.1.2	X	X				X		X			X	5	45%
Q.2.1.3		X										1	9%
Q.2.1.4			X									1	9%
Q.2.1.5				X					X			2	18%
Q.2.1.6				X		X						2	18%
Q.2.1.7	X	X			X		X	X	X	X	X	8	72%
Q.2.1.8		X	X								X	3	27%
Q.2.1.9									X			1	9%

Fonte: Autor<sup>88</sup>

<sup>87</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

<sup>88</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

**Tabela n.º 5- Análise estatística das respostas à questão 2.2**

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 2.2													
Q.2.2.1	X			X	X	X	X	X	X	X	X	9	81%
Q.2.2.2		X	X		X	X	X	X	X	X	X	9	81%
Q.2.2.3		X		X	X			X	X		X	6	54%
Q.2.2.4		X										1	9%
Q.2.2.5			X			X						2	18%
Q.2.2.6			X	X								2	18%
Q.2.2.7	X							X	X		X	4	36%
Q.2.2.8									X			1	9%

Fonte: Autor<sup>89</sup>

**Tabela n.º 6- Análise estatística das respostas à questão 2.3**

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 2.3													
Q.2.3.1	X	X	X		X	X			X		X	7	63%
Q.2.3.2	X							X			X	3	27%
Q.2.3.3		X	X									2	18%
Q.2.3.4		X	X	X	X	X		X	X		X	8	72%
Q.2.3.5				X								1	9%
Q.2.3.6					X							1	9%
Q.2.3.7							X		X			2	18%
Q.2.3.8								X			X	2	18%
Q.2.3.9										X		1	9%
Q.2.3.10									X			1	9%

Fonte: Autor<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

<sup>90</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

**Tabela n.º 7- Análise estatística das respostas à questão 3.1**

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 3.1													
Q.3.1.1	X								X			2	18%
Q.3.1.2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	11	100%
Q.3.1.3		X	X		X		X	X		X		6	54%
Q.3.1.4		X		X	X	X		X	X	X	X	8	72%
Q.3.1.5			X		X						X	3	27%
Q.3.1.6						X			X			2	18%
Q.3.1.7		X			X		X				X	4	36%

Fonte: Autor<sup>91</sup>

**Tabela n.º 8- Análise estatística das respostas à questão 3.2**

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 3.2													
Q.3.2.1	X			X	X	X		X	X		X	7	63%
Q.3.2.2	X	X	X	X								5	36%
Q.3.2.3		X			X					X		3	27%
Q.3.2.4	X	X			X							3	27%
Q.3.2.5			X						X			2	18%
Q.3.2.6			X		X	X		X	X	X	X	7	63%
Q.3.2.7					X							1	9%
Q.3.2.8										X		1	9%
Q.3.2.9								X				1	9%
Q.3.2.10									X			1	9%
Q.3.2.11							X					1	9%

Fonte: Autor<sup>92</sup>

<sup>91</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

<sup>92</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

**Tabela n.º 9- Análise estatística das respostas à questão 3.3**

Seg.	Entrevistados						Frequência (n)	Percentagem (%)
	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 3.3								
Q.3.3.1	X	X	X	X	X	X	6	100%
Q.3.3.2	X	X	X	X	X	X	6	100%
Q.3.3.3			X	X			2	33%
Q.3.3.4						X	1	16%
Q.3.3.5				X			1	16%
Q.3.3.6				X			1	16%

Fonte: Autor<sup>93</sup>

**Tabela n.º 10- Análise estatística das respostas à questão 4.1**

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 4.1													
Q.4.1.1	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	10	91%
Q.4.1.2		X	X			X					X	4	36%
Q.4.1.3	X							X	X			3	27%
Q.4.1.4				X			X			X		3	27%
Q.4.1.5		X	X									2	18%
Q.4.1.6	X					X	X		X	X	X	6	54%
Q.4.1.7											X	1	9%
Q.4.1.8					X							1	9%

Fonte: Autor<sup>94</sup>

<sup>93</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

<sup>94</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

Tabela n.º 11- Análise estatística das respostas à questão 4.2

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 4.2													
Q.4.2.1	X	X			X		X	X		X	X	7	63%
Q.4.2.2		X										1	9%
Q.4.2.3	X	X		X								3	27%
Q.4.2.4			X									1	9%
Q.4.2.5				X								1	9%
Q.4.2.6						X				X		2	18%
Q.4.2.7	X	X		X	X							4	36%
Q.4.2.8						X	X		X			3	27%
Q.4.2.9								X		X	X	3	27%
Q.4.2.10					X			X				2	18%

Fonte: Autor<sup>95</sup>

Tabela n.º 12- Análise estatística das respostas à questão 5

Seg.	Entrevistados											Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11		
Questão 5													
Q.5.1	X		X	X	X		X	X		X		7	63%
Q.5.2	X		X									2	18%
Q.5.3		X			X	X					X	4	36%
Q.5.4		X			X							2	18%
Q.5.5			X	X	X		X	X				5	45%
Q.5.6				X	X			X				3	27%
Q.5.7						X			X		X	3	27%
Q.5.8						X						1	9%
Q.5.9									X			1	9%

Fonte: Autor

<sup>95</sup> Adaptado de Sarmento (2013).

<sup>96</sup> Adaptado de Sarmento (2013).



## **ANEXOS**

## ANEXO A - ESTRUTURA ORGÂNICA DO GIPS

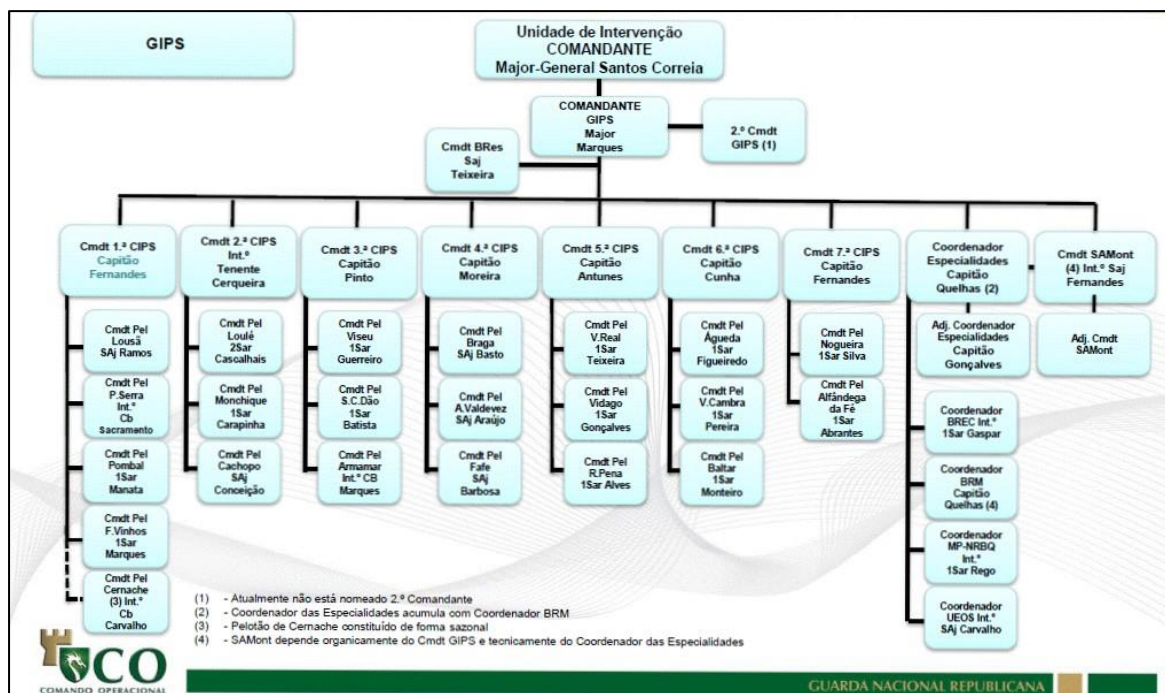


Figura n.º 1- Estrutura orgânica do GIPS

Fonte: GNR (2016)

## ANEXO B - PROCESSO DE ATIVAÇÃO

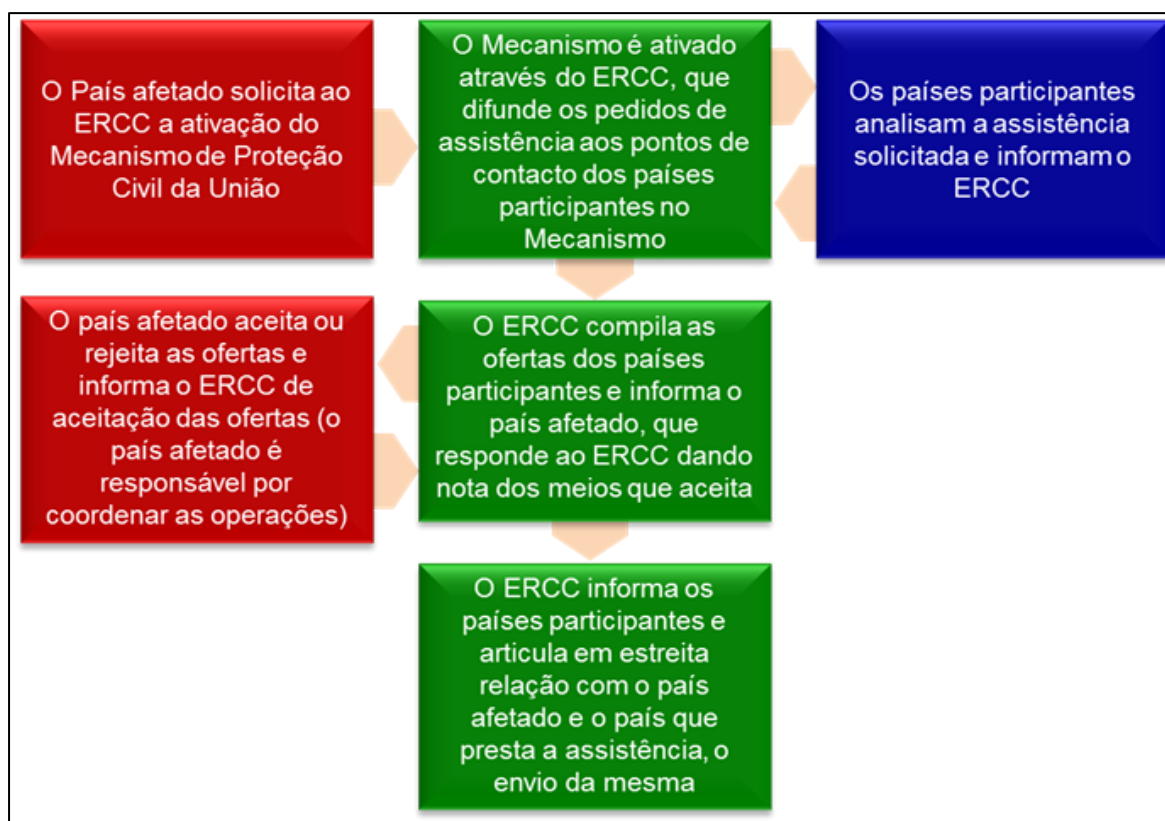


Figura n.º 2- Processo de ativação

Fonte: ANPC (2017)<sup>97</sup>

<sup>97</sup> Informação concedida pelo CNOS da ANPC em 19 de março de 2017.

## ANEXO C - PARTICIPAÇÃO EM EXERCÍCIOS

Tabela n.º 13- Participação de Portugal em exercícios do Mecanismo

ANO	PAÍS	EXERCÍCIO	CENÁRIO	PARTICIPAÇÃO NACIONAL
2005	ITÁLIA	<b>EUROSOT</b>	Sismo	Equipa comando e coordenação ANPC, Módulo USAR do RSB, 4 equipas K9 (2 GNR e 2 PSP)
2007	LUXEMBURGO	<b>EULUX</b>	Sismo	Equipa comando e coordenação ANPC, Módulo USAR do RSB, 2 equipas K9 GNR
2008	ITÁLIA	<b>SARDINIA</b>	Incêndios Florestais	Equipa comando e coordenação ANPC, I Brigada CB Voluntários, I Brigada GIPS e I Brigada FEB
2009	FRANÇA	<b>TERROR ATTACK</b>	Ataque Terrorista	Equipa comando e coordenação ANPC, PMA INEM e Módulo NRBQ da FAP
2011	FRANÇA	<b>EU RICHTER</b>	Sismo e Matérias Perigosas	Equipa comando e coordenação ANPC, ERAS
2013	ITÁLIA	<b>TWIST</b>	Tsunami e Matérias Perigosas	Equipa comando e coordenação ANPC, ERAS FEB, Equipas mergulhadores dos CB Voluntários

Fonte: ANPC (2017)<sup>98</sup>

<sup>98</sup> Informação concedida pelo CNOS da ANPC em 21 de março de 2017.

## ANEXO D - PARTICIPAÇÃO EM MISSÕES


<b>Irão 2003</b>	• SISMO: Equipa composta por ANPC, RSB, INEM, PSP
<b>Marrocos 2004</b>	• SISMO: Equipa composta por ANPC, RSB, INEM, PSP
<b>Sudoeste Asia 2005</b>	• TSUNAMI: Diversas equipas (Indonésia, Tailândia)
<b>Grécia 2007</b>	• IF: Avião CL215 com oficial de ligação
<b>Peru 2007</b>	• SISMO: Perita ANPC integra Equipa Mecanismo
<b>Haiti 2010</b>	• SISMO: FOCON ANPC, FEB, INEM, INMLCF, AMI
<b>Chile 2011</b>	• SISMO/TSUNAMI: Perito ANPC integra Equipa Mecanismo
<b>Cabo Verde 2014</b>	• ERUPÇÃO VULCANICA: Perita ANPC integra equipa ONU
<b>Equador 2016</b>	• SISMO: Perito ANPC integra Equipa Mecanismo
<b>Chile 2017</b>	• INCENDIOS FLORESTAIS: Força Nacional 52 Bombeiros

Figura n.º 3- Participação de Portugal em missões operacionais internacionais de proteção civil

Fonte: ANPC (2017)<sup>99</sup>

<sup>99</sup> Informação concedida pelo CNOS da ANPC em 21 de março de 2017.

## ANEXO E - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE GFFF DO GIPS


		Resource Information
		Portugal_Modules_GroundForestFireFighting_2261 - PORTUGAL
This document was generated by CECIS on 01/26 12:42 UTC		
Country :		PORTUGAL
General Type :		Modules - TASTs
Type :		Ground Forest Fire Fighting -
Component :		
Total Number :		1
Name :		PT/GFFF/01
Deployment	Ready for Departure :	6 hour(s)
	Readiness on Site :	1 hour(s)
	Available Time Period :	7 day(s)
	Point of Departure :	Lisbon - Portugal
Resource Description :		<p>Possibility to split the module into sub-units: YES (when divided into sub-units the module <u>looses</u> efficiency)</p> <p>Number of water backpacks: 4</p> <p>Total capacity of backpacks: 25 l/each</p> <p>Number of fire flex tanks: 4</p> <p>Total Capacity of flex tanks: 12000l</p> <p>Number of pumps: 4</p> <p>Pumping height:</p> <p>Types and length of lines: Will depend on the amount of personnel involved and on the slope.</p> <p>Ability to fight fire without water: YES</p> <p>Ability to operate in areas which are not of easy access, including climbing: YES</p> <p>Ability to be deployed by helicopter: YES</p> <p>Equipment ready to be roped or winched down by helicopter: YES</p> <p>Hoses/couplings are compatible with the following standards: <u>Storz</u></p> <p>Dimensions/diameters and number of hoses: 2025m/25mm/low pressure/81 hoses</p> <p>Communication equipment (description, frequencies): Portable radios/ land and air/ frequencies to be arranged with local authorities; SAT phones; GSM phones.</p>
Attachments :		GFFF_PT_01_GNR_GIPS.doc

Generated by CECIS on 2017/01/26 12:42:03 UTC

Figura n.º 4- Ficha de inscrição do MPC de GFFF do GIPS

Fonte: CE (2017)

## ANEXO F - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE CBRNDET DO GIPS


											
<b>Resource Information</b> Portugal_Modules_Chemical,Biological,Radiological_2260 - PORTUGAL											
<small>This document was generated by CECIS on 01/26 12:38 UTC</small>											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30%;"><b>Country :</b></td> <td>PORTUGAL</td> </tr> <tr> <td><b>General Type :</b></td> <td>Modules - TASTs</td> </tr> <tr> <td><b>Type :</b></td> <td>Chemical, biological, radiological and nuclear detection and sampling (CBRN) -</td> </tr> <tr> <td><b>Component :</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total Number :</b></td> <td>1</td> </tr> </table>		<b>Country :</b>	PORTUGAL	<b>General Type :</b>	Modules - TASTs	<b>Type :</b>	Chemical, biological, radiological and nuclear detection and sampling (CBRN) -	<b>Component :</b>		<b>Total Number :</b>	1
<b>Country :</b>	PORTUGAL										
<b>General Type :</b>	Modules - TASTs										
<b>Type :</b>	Chemical, biological, radiological and nuclear detection and sampling (CBRN) -										
<b>Component :</b>											
<b>Total Number :</b>	1										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="2"><b>Name :</b> PT/CBRNDET/01</td> </tr> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center; vertical-align: middle;"><b>Deployment</b></td> <td><b>Ready for Departure :</b> 4 hour(s)</td> </tr> <tr> <td><b>Readiness on Site :</b> 2 hour(s)</td> </tr> <tr> <td><b>Available Time Period :</b> 7 day(s)</td> </tr> <tr> <td><b>Point of Departure :</b> Lisbon - Portugal</td> </tr> </table>		<b>Name :</b> PT/CBRNDET/01		<b>Deployment</b>	<b>Ready for Departure :</b> 4 hour(s)	<b>Readiness on Site :</b> 2 hour(s)	<b>Available Time Period :</b> 7 day(s)	<b>Point of Departure :</b> Lisbon - Portugal			
<b>Name :</b> PT/CBRNDET/01											
<b>Deployment</b>	<b>Ready for Departure :</b> 4 hour(s)										
	<b>Readiness on Site :</b> 2 hour(s)										
	<b>Available Time Period :</b> 7 day(s)										
	<b>Point of Departure :</b> Lisbon - Portugal										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30%;"><b>Resource Description :</b></td> <td>           Capacities and components as laid down in the implementing rules are fulfilled.            Especially:            Protective suits: Type 1A, 3B, 3, 5 and 6;            People working simultaneously in hot zone:            3 elements + 3 on reserve            Continuous intervention during 7 days            Marking material: YES            Safe containment for waist:            Decontamination facilities for personnel: YES            Supply of technical equipment for hazard containment and neutralisation: YES         </td> </tr> </table>		<b>Resource Description :</b>	Capacities and components as laid down in the implementing rules are fulfilled. Especially: Protective suits: Type 1A, 3B, 3, 5 and 6; People working simultaneously in hot zone: 3 elements + 3 on reserve Continuous intervention during 7 days Marking material: YES Safe containment for waist: Decontamination facilities for personnel: YES Supply of technical equipment for hazard containment and neutralisation: YES								
<b>Resource Description :</b>	Capacities and components as laid down in the implementing rules are fulfilled. Especially: Protective suits: Type 1A, 3B, 3, 5 and 6; People working simultaneously in hot zone: 3 elements + 3 on reserve Continuous intervention during 7 days Marking material: YES Safe containment for waist: Decontamination facilities for personnel: YES Supply of technical equipment for hazard containment and neutralisation: YES										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td><b>Attachments :</b></td> <td>CBRNDET_PT_01_GNR_GIPS.doc</td> </tr> </table>		<b>Attachments :</b>	CBRNDET_PT_01_GNR_GIPS.doc								
<b>Attachments :</b>	CBRNDET_PT_01_GNR_GIPS.doc										

Generated by CECIS on 2017/01/26 12:38:37 UTC

**Figura n.º 5- Ficha de inscrição do MPC de CBRNDET do GIPS**

**Fonte: CE (2017)**

## ANEXO G - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE CBRNUSAR DO GIPS

		<b>Resource Information</b> <b>Portugal_Modules_SearchAndRescueInCbrnConditions_2257 - PORTUGAL</b>
<small>This document was generated by CECIS on 05/02 08:43 UTC</small>		
<b>Country :</b>		PORTUGAL
<b>General Type :</b>		Modules - TASTs
<b>Type :</b>		Search and rescue in CBRN conditions -
<b>Component :</b>		
<b>Total Number :</b>		1
<b>Name :</b>		PT/USARCBRN/02
<b>Deployment</b>	<b>Ready for Departure :</b>	4 hour(s)
	<b>Readiness on Site :</b>	2 hour(s)
	<b>Available Time Period :</b>	7 day(s)
	<b>Point of Departure :</b>	Lisbon - Portugal
<b>Resource Description :</b>		Capacities and components as laid down in the implementing rules are fulfilled. Protective suits: Type 1A, 3B, 3, 5 and 6; People working simultaneously in hot zone: 3 elements + 3 on reserve Continuous intervention during 10 days Marking material: YES Safe containment for waist: NO Decontamination facilities for personnel and rescued victims: YES Equipped personnel for contaminated environment, in accordance with MUSAR requirements: YES Supply of technical equipment for hazard containment and neutralisation: YES
<b>Attachments :</b>		USARCBRN_PT_02_GNR_GIPS.doc


Generated by CECIS on 2017/05/02 08:43:27 UTC

**Figura n.º 6- Ficha de inscrição do MPC de CBRNUSAR do GIPS**

**Fonte: CE (2017)**



## ANEXO H - FICHA DE INSCRIÇÃO DO MPC DE MUSAR DO GIPS

		Resource Information	
		Portugal_Modules_MediumUrbanSearchAndRescue_2259 - PORTUGAL	
This document was generated by CECIS on 01/26 12:43 UTC			
Country :		PORTUGAL	
General Type :		Modules - TASTs	
Type :		Medium urban search and rescue -	
Component :			
Total Number :		1	
Name :		PT/MUSAR/02	
Deployment	Ready for Departure :	4 hour(s)	
	Readiness on Site :	4 hour(s)	
	Available Time Period :	7 day(s)	
	Point of Departure :	Lisbon - Portugal	
Resource Description :		Performance in accordance with international guideline - INSARAG Search dogs: 6 Capabilities: - Technical search equipment and search dogs; - Marking material; - Basic shoring; advanced life support; - CBR detection and isolation; - Able to operate in areas which are not easy accessible; - Intrinsically safe communications system; - Open access; - Moving/handling weights; - Lighting equipment; - Energy independence – generators; - Rescue in rubble.	
Attachments :		MUSAR_PT_02_GNR_GIPS.doc	

Generated by CECIS on 2017/01/26 12:43:35 UTC

**Figura n.º 7- Ficha de inscrição do MPC de MUSAR do GIPS**

**Fonte: CE (2017)**